



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS

**A GEOGRAFIA DA(S) FELICIDADE(S) EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA
AMAZÔNIA PARAENSE: O CASO DA RESEX-MAR MOCAPAJUBA**

BELÉM-PA
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS

**A GEOGRAFIA DA(S) FELICIDADE(S) EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA
AMAZÔNIA PARAENSE: O CASO DA RESEX-MAR MOCAPAJUBA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial a obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território

Linha de pesquisa: Dinâmicas Socioambientais e Recursos Naturais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo

BELÉM-PA
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237g Santos, Fernando Junio da Costa.
A geografia da(s) felicidade(s) em unidade de conservação na
Amazônia paraense : o caso da Resex-Mar Mocapajuba / Fernando
Junio da Costa Santos. — 2024.
xviii, 158 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Belém, 2024.

1. Felicidade. 2. Territorialidade. 3. Governança. 4. Bem
Viver. 5. Reservas Extrativistas Marinhas. I. Título.

CDD 910.13337

FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS

**A GEOGRAFIA DA(S) FELICIDADE(S) EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA
AMAZÔNIA PARAENSE: O CASO DA RESEX-MAR MOCAPAJUBA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial a obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Socioambientais e Recursos Naturais na Amazônia.

RESULTADO: (X) APROVADO () REPROVADO

Belém, 29/08/2024

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS ALEXANDRE LEAO BORDALO**
Data: 02/09/2024 16:34:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo - **Orientador**
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal do Pará

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA APARECIDA DA SILVA PIMENTEL**
Data: 04/11/2024 19:05:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Márcia Aparecida da Silva Pimentel - Examinadora Interna
PPGEO/UFPA

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO ANGELO PEREIRA DE LIMA**
Data: 04/11/2024 17:26:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira Lima - Examinador Interno
PPGEO/UFPA

Documento assinado digitalmente
 **LUIS OTAVIO DO CANTO LOPES**
Data: 07/11/2024 11:50:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luís Otávio do Canto Lopes - Examinador Externo
PPGEDAM/UFPA

Documento assinado digitalmente
 **FABIANO DE OLIVEIRA BRINGEL**
Data: 04/11/2024 20:10:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel - Examinador Externo
PPGG/UEPA

A Deus, Rosy Viviane Santos, Pororoquinha da Saudade, Samuelzinho Pressão, Isabela e Teresa. Maria Feliz e Manoel dos Santos (*in memorian*).

AGRADECIMENTOS

Dadas as especificidades inerentes à produção de um documento científico como este, infelizmente não consigo citar a todos que gostaria aqui. Sabemos, o caminho foi árduo. Então, agradeço desmedidamente ao professor orientador Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo por, de modo tão humano/humanista, me conduzir neste processo. À professora Dra. Márcia Aparecida da Silva Pimentel, por me permitir adentrar ainda mais nos ambientes costeiros marinhos, a partir dos contatos iniciais com os extrativistas. Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. De modo especial também, presto meus agradecimentos ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), por todo o zelo científico e institucional para a autorização da pesquisa. À Secretaria Municipal de Educação de Belém do Pará que me concedeu uma licença para que eu pudesse dar o *sprint* final no documento. Ao *staff* de “logística de campo”, com certeza, sem essa equipe eu não conseguiria desempenhar uma boa pesquisa *in loco*: professor Vando Moraes (grande irmão, parceiro e professor de geografia), Seu Domingos e Adailson (amigo, você é caro!). E, em caráter inestimável também, aos extrativistas, pescadores e pescadoras que, em meio às lutas diárias, puderam segurar um pouco a “flecha do tempo” e colaborar diretamente para a realização desta pesquisa. Aliás, essa tese é com e para vocês.

Sim, feliz. A Ti quero tudo ofertar e para
sempre cantar. Sim, feliz. (Moisés Azevedo
Filho, 2024, CCSH)

RESUMO

A presente tese de doutoramento investiga cientificamente a relação dada entre sociedade e natureza no contexto da RESEX-Mar Mocapajuba, zona costeira da região do Salgado paraense. Baseou-se na problemática estabelecida entre a pressão de uso humano que se faz sobre a natureza não humana e a garantia dos bens (materiais e imateriais) necessários à sobrevivência ao longo do tempo futuro. Nesse sentido, a questão central incumbiu-se de averiguar se as dinâmicas socioambientais (re)produzidas na UC são demarcadoras de felicidade no território. Felicidade essa que se dá no processo de tomada de decisões cotidianas em contínua articulação com as dimensões ecológica, cultural, política e econômica. Para isso, aproximaram-se os conceitos de territorialidade e de governança a fim de se desvelar os movimentos estratégicos para a tomada de decisão coerente com a realidade ambiental local, ressaltando-se as dimensões ecológica, cultural, política e econômica. Com base nos aportes teóricos oriundos do pensamento complexo, a pesquisa traçou um percurso metodológico alinhado às contribuições da Geografia Ambiental, centrada na inseparabilidade entre humanidade e natureza. Valeu-se de instrumentais empíricos como pesquisa de campo e observação participante, aplicação de entrevistas semiestruturadas e de questionário, levantamento bibliográfico e composição de quadros para a análise de resultados. Ao final, sugerem-se alguns achados, tais como, o reconhecimento do ambiente como um sistema complexo formado pelas dimensões ecológica, cultural, política e econômica, as quais atuam concomitantemente na composição do território; a necessária coerência nos processos de tomada de decisão, desde a esfera individual até a coletiva; a exigência de um fortalecimento do processo educacional articulado ao saber ambiental local como condição da sustentabilidade; a felicidade como um constructo inerente ao território; e a ciência geográfica como um arcabouço premente para melhor interpretação da realidade complexa.

Palavras-chave: territorialidade, governança, felicidade, bem viver, reservas extrativistas marinhas.

ABSTRACT

This doctoral thesis scientifically investigates the relationship between society and nature in Marine's Extractivist Reserve Mocapajuba, coast zone in the northeastern Pará. It was based on the problem between human pressure on nature and the guarantee of essential goods for survival over time. Thus, the central question was to determine whether the socio-environmental dynamics produced in the Conservation Unit are markers of happiness in the territory. Happiness occurs in the process of making daily decisions in continuous articulation with the ecological, cultural, political and economic dimensions. The concepts of territoriality and governance were articulated in order to reveal strategic movements for decision-making consistent with the local environmental reality, highlighting the ecological, cultural, political and economic dimensions. Based on theoretical contributions from complex thinking, the research outlined a methodological path aligned with the contributions of Environmental Geography, centered on the inseparability between humanity and nature. It used empirical instruments such as field research and participant observation, application of semi-structured interviews and questionnaires, bibliographical survey and composition of tables for analyzing results. In the end, some findings are suggested, such as the recognition of the environment as a complex system formed by ecological, cultural, political and economic dimensions, which act concomitantly in the composition of the territory; the necessary coherence in decision-making processes, from the individual to the collective sphere; the requirement to strengthen the educational process linked to local environmental knowledge as a condition for sustainability; happiness as a construct inherent to the territory; and geographic science as a pressing framework for better interpretation of complex reality.

Keywords: Territoriality. Governance. Happiness. Good Living. Marine's Extractive Reserve.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa de localização e Área de Estudo	21
Figura 2 -	Arquitetura conceitual e metodológica	26
Figura 3 -	Pórtico de entrada do município de São Caetano de Odivelas	74
Figura 4 -	A orla de São Caetano de Odivelas	75
Figura 5 -	A RESEX-Mar e sua complexidade (geo)ecossistêmica	85
Figura 6 -	Por dentro do mangue	92
Figura 7 -	Elementos de reprodução e manutenção do ecossistema manguezal	93
Figura 8 -	Unidades de Paisagem da RESEX-Mar Mocapajuba	94
Figura 9 -	A praia da Ponta Bom Jesus	95
Figura 10 -	Catador e sua relação com o manguezal	96
Figura 11 -	Extrativista e plantas medicinais	97
Figura 12 -	Embarcações e apetrecho de pesca	103
Figura 13 -	Expressão da arte urbana em São Caetano de Odivelas (1)	106
Figura 14 -	Expressão da arte urbana em São Caetano de Odivelas (2)	106
Figura 15 -	Grau de conhecimento sobre o funcionamento de uma RESEX	111
Figura 16 -	Conhecimento sobre a existência de uma RESEX no município	112
Figura 17 -	Câmara temática do perfil de beneficiário em ação	128
Figura 18 -	A reunião do Conselho Deliberativo	132
Figura 19 -	A casa de farinha	138
Figura 20 -	Souvenirs	139
Figura 21 -	Palco do 42º Festival do Caranguejo	140
Figura 22 -	A felicidade como horizonte	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Matriz de Indicadores de Bem Viver	67
Quadro 2 -	Produções científicas e estudos sobre o Bem Viver	70
Quadro 3 -	Categorias de Manejo IUCN (1994)	76
Quadro 4 -	Comunidades pertencentes ao município São Caetano de Odivelas	82
Quadro 5 -	Argumentações relativas ao fortalecimento dos saberes	107
Quadro 6 -	A importância da preservação ou conservação do ambiente	109
Quadro 7 -	A construção de um ambiente melhor	113
Quadro 8 -	Anseios de profissão entre o público jovem	114
Quadro 9 -	Motivos para a escolha profissional	114
Quadro 10 -	Anseios para a garantia da qualidade ambiental	115
Quadro 11 -	Composição do CONDEL da RESEX-Mar Mocapajuba	123
Quadro 12 -	Demandas socioeconômicas dos extrativistas	136
Quadro 13 -	Narrativas do Bem Viver como elementos de felicidade	143
Quadro 14 -	Elementos socioambientais para a (re)produção da felicidade no território em Mocapajuba	154

LISTA DE SIGLAS

AMUPESC – Associação de Mulheres da Pesca de Cachoeira
AP – Área Protegida
APP – Área de Proteção Permanente
AUREM – Associação dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas
AUREMOCA – Associação do Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CEP – Conselho de Ética em Pesquisa
CEPNOR – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Norte
CNS – Conselho Nacional da População Extrativista
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDEL – Conselho Deliberativo
CONFREM – Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
FIB – Felicidade Interna Bruta
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA – Instituto Socioambiental
IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza
MCD – Membros do Conselho Deliberativo
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MONAPE – Movimento Nacional de Pescadores
MOPEPA – Movimento Nacional dos Pescadores do Estado do Pará
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
NGI – Núcleo de Gestão Integrada
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – organização da Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
RAC – Residentes em Área Central
RCF – Residentes em Comunidades de Fronteira
RESEX – Reserva Extrativista
RESEX-Mar – Reserva Extrativista Marinha
SEMAS – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI – Terra Indígena
UC – Unidade de Conservação
UCUS – Unidade de Conservação de Uso Sustentável
WJP – World Justice Project

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Delimitação da problemática e Objetivos	22
1.1.1	Objetivos	24
1.2	Hipóteses	25
1.3	Metodologia	25
1.3.1	A arquitetura conceitual e metodológica: uma via interpretativa complexa	25
1.3.2	Aproximações ao pensamento complexo	28
1.3.3	A Geografia Ambiental	34
1.3.4	Os métodos de investigação (instrumental)	39
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS	46
2.1	Territorialidade(s)	46
2.2	Governança(s)	50
2.3.1	Progresso, desenvolvimento ou sustentabilidade? Para onde (en)caminha(r) a flecha do tempo?	55
2.4	A Felicidade e Bem Viver	60
3	MOCAPAJUBA: NA FLECHA DO TEMPO TERRITORIAL LOCAL	72
3.1	O processo de formação territorial local	72
3.2	A institucionalização das Áreas protegidas no mundo e no Brasil	75
3.3	O contexto RESEX-Mar como movimento de luta	78
4	AS DIMENSÕES DE ANÁLISE DA COMPLEXIDADE (GEO)ECOSSISTÊMICA EM MOCAPAJUBA	84
4.1	A dimensão ecológica	88
4.2	A dimensão cultural	99
4.3	A dimensão política	116
4.4	A dimensão econômica	134
5	A GEOGRAFIA DA(S) FELICIDADE(S) EM MOCAPAJUBA	141
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
	REFERÊNCIAS	156
	APÊNDICE A	168
	APÊNDICE B	169
	APÊNDICE C	170
	APÊNDICE D	172
	ANEXO A	173
	ANEXO B	175

APRESENTAÇÃO

Esta produção científica é resultado de um extravasamento intelectual forjado ao longo da flecha do tempo e suas estruturas dissipativas. Remete-se ao processo de aprendizado constante e *ad aeternum* do autor. Isso inicia potencialmente desde o ventre materno, a considerar todas as implicações que a ancestralidade aí conduz, passando pela educação familiar, escolar e acadêmica, além das incontáveis aprendizagens oportunizadas pelas interações com a outridade, principalmente com os amigos mais próximos e que coadunam com as vias interpretativas do mundo ao redor.

Nesse percurso da flecha do tempo, as discussões que permeiam a dimensão cultural sempre foram uma característica marcante na concepção deste autor. Tanto que em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ao abordar as questões relacionadas ao que chamou de *Territorialidade do Movimento Bregueiro em Belém do Pará*, em 2008, já sinalizava duas principais identidades acadêmicas e uma mais de formação do sujeito em si (como se fosse possível separar isso). As duas primeiras identidades são: o espírito científico inovador, porque até então a chamada Geografia Cultural não tinha uma produção mais densa em se tratando da Universidade Federal do Pará (UFPA), e mesmo na Amazônia; e o próprio vínculo às matrizes teóricas do “cultural”, as quais proporcionam um viés de interpretação da realidade a partir do sujeito. A dimensão mais “corriqueira” é a da identidade “bregueira”, assumida desde longas datas. Aqui caberia provavelmente mais uma tese.

E caberia! Salvo não fossem as exigências postuladas pelo sistema de fomento às pesquisas acadêmicas que realinhou os parâmetros de financiamento de bolsas de estudos para a condição de a pesquisa ter que ser realizada com base no perfil de produção acadêmica do orientador. E como, na época do Mestrado, mesmo adentrando ao Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos Amazônicos da UFPA, com um projeto sobre o brega, houve, então, uma readequação de rota. Logo, em nível de Mestrado, o autor pôde ampliar os horizontes de perspectiva mais cultural para uma aproximação com os debates sobre Áreas Protegidas (AP) e Unidades de Conservação (UC), defendendo sua dissertação no final no ano de 2012, com o título: *Cultura, Territorialidade e Desenvolvimento Local, o caso da APA do rio Curiaú no Amapá*.

Todo esse processo foi novamente refletido em aprendizagens. Com base na dissertação, era premente olhar para a realidade em volta e compreendê-la como um movimento constante de melhorias. O problema é que as melhorias são extremamente relativas. Cada pessoa atribui um “melhor” às coisas, ou seja, a questão era como viabilizar uma tomada de

decisão com foco no “desenvolvimento pleno” que fugisse dos individualismos. A resposta é longa, mas aqui nesta tese ela aparece nas entrelinhas, porque, dadas as aprendizagens, em nível de doutoramento, já não é condizente realizar o debate pelo viés do desenvolvimento, embora seja importante conhecer essas matrizes teóricas e empíricas (isso foi retratado neste documento).

É necessário, pois, pensar a complexidade do real e, nesse sentido, é importante retomar Edgar Morin quando diz que mesmo no caminho das incertezas é possível vislumbrar certezas. E assim produziu-se esta tese, com intuito de se aproximar dessa complexidade do real, dessa complexidade sistêmica em constante mutação. Nessa trajetória, a ciência geográfica permitiu um olhar integrador entre variados campos do saber. Por isso, para citar os mais centrais, aqui são tecidos diálogos com a Antropologia, Economia, Ecologia e Ciência Política.

Por meio desse olhar integrador é possível imaginar outros mundos fundamentados na filosofia do Bem Viver andino e amazônico. Sendo assim, debruçou-se sobre a realidade ambiental complexa vivida na RESEX-Mar Mocapajuba, instaurada nos recortes territoriais do município de São Caetano de Odivelas, zona costeira do Salgado paraense, e ali pôde-se configurar, pelos vieses científicos, o que se chama Geografia da(s) Felicidade(s) – os parênteses fazem referência à pluralidade e complexidade desse fenômeno. Portanto, considerando o movimento de ordem-desordem-organização característico de qualquer realidade, os resultados apresentados são testemunhas deste tempo presente (ano de 2024, não obstante muitas etapas da pesquisa tenham sido realizadas antes) e, por isso, são completamente passíveis de alterações, melhor, mutações ao longo da flecha do tempo. Cabem, então, às próximas investigações científicas postularem novos conhecimentos.

O fato é que as aprendizagens caminham no horizonte do desconhecido. Isso quer dizer que não há como mensurar plenamente o que se viveu durante as pesquisas de campo, durante as leituras das obras que balizaram a pesquisa, durante as entrevistas, durante as informalidades. Durante, inclusive, as vivências inestimáveis e estabelecimento de redes interpessoais, entre os anos de 2013 a 2017, quando o autor exerceu sua atividade profissional como professor de geografia nos municípios de São Caetano de Odivelas e Vigia (PA). Defronta-se, portanto, com a infinitude do saber, o que impele o espírito científico a desenvolver cada vez mais a própria ciência.

De modo mais intrínseco a esta pesquisa, nota-se ao longo do processo geográfico e histórico que os projetos do chamado desenvolvimento (sustentável ou outro adjetivo qualquer), pensados para a região amazônica, foram planejados e implementados sem um fiel conhecimento acerca das realidades locais vividas pelos diversos sujeitos que nela habitam.

Inúmeros deles foram efetivados incoerentemente via decisões *top-down*. Em sentido contrário, na tentativa de perceber a realidade e as intencionalidades na esfera particular/subjetiva para, então, pensar uma felicidade socioambiental coletiva na esfera macro/geral, esta tese aponta uma possibilidade singular de entendimento “de baixo para cima”, uma vez que os dados coletados em campo revelam uma boa participação ou engajamento das comunidades extrativistas envolvidas nos processos de tomadas de decisão para com o seu respectivo território. Tudo num processo de embates acalorados. Porém, mesmo que haja desafios e conflitos, há sinergias que favorecem à coerência na relação entre comunidades locais, ambiente e tomada de decisão.

É preponderante igualmente somar-se aos desejos de superação das barreiras históricas das injustiças, das disparidades sociais e das ineficiências econômicas os estudos teóricos e empíricos a respeito da governança ambiental. Especialmente se isso for baseado em uma integração de abordagens interdisciplinares - e até transdisciplinares - que apostem vencer os desafios ambientais, territoriais e de governança presentes na realidade social amazônica.

Mais precisamente relacionada à questão social, a pesquisa pode tornar-se um instrumento referencial para que os governantes locais, comunidades ou instituições privadas planejem estrategicamente as intervenções em seu território. Assim, é passível de estímulo à elaboração de projetos de garantia da qualidade de vida que considerem *ipso facto* as particularidades locais.

Nesse prisma, ideias novas podem ser geradas ao se analisar as diferentes formas de utilização física, econômica e social de recursos naturais. Além do mais, uma análise integrada que englobe a configuração do ambiente, os diversos sujeitos locais e a gama de instituições pode resultar em uma melhor compreensão de como os diferentes usos de recursos, os sujeitos e políticas públicas estão relacionados. E, para potencializar isso, a análise da(s) territorialidade(s) pode elucidar como os grupos de interesses se articulam para abordar os desafios ambientais comuns e de multiescala.

Em se tratando de uma pesquisa em nível de doutoramento acadêmico, há um apelo orientado para uma produção científica que traga novidades na abordagem teórica e empírica, bem como de densidade na análise, pois deve contemplar o extremo grau de complexidade que emana da realidade estudada. Assim, ao propor a interlocução entre os conceitos de territorialidade e governança com foco no alcance da felicidade (compreendida pela leitura sobre o *Buen Vivir* andino e amazônico) em unidade de conservação da Amazônia paraense pretende-se alcançar patamares científicos de suma importância que influenciarão nas tomadas de decisões nos, e pelos, territórios locais e mundiais.

Nesse sentido, ao analisar políticas latino-americanas recentes que se baseiam constitucionalmente em práticas do *Buen Vivir*, observa-se um processo permeado de conflitos (que ensaiam rupturas), mas confere uma possibilidade propositiva para um novo mundo que se distancie do modelo/projeto de governança do território unilateral do capitalismo. Conflitos, pois contrapor-se a “economia do absurdo” é fomentar embates nos quais, em muitas situações, os países latino-americanos, precisamente em sua parcela social composta por populações originárias, perdem – seja no aspecto político, econômico, cultural ou ambiental. No entanto, surgem desse contexto possibilidades que inspiram mudanças significativas na complexa relação entre sociedade e natureza, do local ao global.

Ademais, ao se elucidar o caso amazônico, testemunham-se conflitos e rupturas igualmente incontáveis. Logo, esta pesquisa empreende dar uma resposta mais próxima da realidade dos envolvidos no contexto da luta pela sobrevivência em RESEX-Mar, em trecho situado ao longo da maior e mais preservada faixa contínua de manguezais do mundo. Remete-se daí que as análises propostas podem revelar resultados interessantíssimos do ponto de vista da própria efetividade de gestão, favorecendo, inclusive, a processos de tomada de decisão de modo mais coerente com a realidade territorial, não somente em UC, mas em qualquer nível escalar de reprodução da vida (do indivíduo ao coletivo; dentro e fora das redes técnicas e informacionais).

Os resultados desta produção acadêmico-científica, portanto, possibilitarão a construção de ferramentas técnicas para eventuais intervenções de políticas públicas sustentáveis na RESEX-Mar investigada. Além disso, fortalecerão o acervo teórico-bibliográfico em crescente produção na Amazônia, em especial, no que diz respeito ao arcabouço teórico-conceitual relacionado à Ciência Geográfica em sua abordagem ambiental, a qual se perfaz em um diálogo de saberes pujante com a Ecologia Política.

Do ponto de vista estrutural, a tese é composta por seis capítulos. No primeiro, esboçam-se as considerações iniciais e apresentam-se a delimitação da problemática e os objetivos da pesquisa; em seguida, são explicitadas as hipóteses e a metodologia. O problema instaurado trata eminentemente da pressão de uso humano que se faz sobre a natureza não humana e que provoca escassez de recursos ambientais e, em maior escala, crise global. Mais especificamente, questiona-se a respeito de como as comunidades extrativistas na RESEX-Mar Mocapajuba tracejam um caminho de felicidade no território, a partir de seu inerente processo de (re)produção da vida em consonância com a natureza. Elenca-se a articulação entre territorialidade e governança como movimento estratégico para a garantia da(s) felicidade(s).

Como *background* teórico e metodológico, para se aproximar de uma melhor e mais adequada interpretação da realidade, valeu-se das contribuições da teoria do pensamento complexo.

No segundo capítulo, abordam-se os pressupostos teóricos que balizam a tese, no sentido muito mais de uma aproximação com leituras que ajudam a explicar a realidade experienciada do que algo estritamente delimitado. Nessa perspectiva, foi importante iniciar um diálogo com as matrizes teóricas acerca da Geografia Ambiental, pois engendra um movimento epistemológico que tenta evitar a clivagem entre sociedade e natureza, buscando um diálogo de saber com outros campos do conhecimento científico e vernacular. Por conseguinte, analisa-se o conceito de Territorialidade, o qual contribui para o entendimento das relações de poder intrínsecas ao território estudado. O diálogo com o conceito de Governança é importante para que se compreenda as articulações necessárias para a tomada de decisão. E o conceito de Felicidade, em conjugação com o de Bem Viver, perfaz um caminho teórico aristotélico, mas que relaciona as atuais possibilidades de se pensar a felicidade enquanto um construto de inerência territorial e, portanto, geográfica.

No terceiro capítulo, discorre-se sobre a flecha do tempo territorial local. Subdivide-se em três tópicos: a formação territorial, o contexto de formação das áreas protegidas e o contexto RESEX-Mar como movimento de lutas. No primeiro tópico, traça-se um percurso histórico do processo de formação territorial. Nesse caso, tanto do município de São Caetano de Odivelas, quanto da UC. No segundo, abordam-se as dinâmicas de constituição das Áreas Protegidas em nível mundial, regional e local, como um mecanismo de âmbito institucional e legal para se promover a preservação ou a conservação ambiental. Nessas sendas, o estabelecimento das Reservas Extrativistas no Brasil e, especialmente, na Amazônia e em Mocapajuba foram (e são) resultados de um vertiginoso engajamento dos movimentos sociais locais na luta para a garantia dos seus meios de (re)produção da vida, o que será visto com mais detalhes no terceiro tópico deste capítulo.

No quarto capítulo, estabelecem-se as análises pertinentes às dimensões ecológica, cultural, política e econômica, dentro do que se chama Complexidade (Geo)ecossistêmica em Mocapajuba. Na dimensão ecológica, embora exista um recorte analítico mais vinculado a *physis*, o discurso científico está centrado no saber ambiental local dos extrativistas no que se refere aos seus entendimentos sobre os “tempos da natureza”. Na dimensão cultural, não se discute somente a questão da (re)produção do modo de vida, mas também o que está sendo feito para a garantia da transmissão do saber ambiental local entre as gerações. Na dimensão política, as argumentações estão ancoradas no processo de tomada de decisão tanto individual quanto coletiva e tem nas análises das Atas de reunião do Conselho Deliberativo da RESEX-Mar uma

profícua centralidade. Na dimensão econômica, o trato científico discorre sobre a produção e distribuição dos bens necessários à sobrevivência com ênfase na proposta de tentativa de inversão da lógica de mercado em voga para uma alternativa aos ideais de desenvolvimento imposto via modo de produção do sistema capitalista.

No quinto capítulo, revelam-se os achados da investigação quando se descreve a Geografia da(s) Felicidade(s) em Mocapajuba. Entre esses, podem-se adiantar: o reconhecimento do ambiente como um sistema complexo formado pelas dimensões ecológica, cultural, política e econômica, as quais atuam concomitantemente na composição do território; a necessária coerência nos processos de tomada de decisão, desde a esfera individual até a coletiva; a exigência de um fortalecimento do processo educacional articulado ao saber ambiental local como condição da sustentabilidade; a felicidade na qualidade de um constructo inerente ao território; e a ciência geográfica na condição de um arcabouço premente para melhor interpretação da realidade complexa.

No sexto e último capítulo, retomam-se alguns pontos inerentes ao percurso investigativo e estabelecem-se as considerações finais.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre sociedade e natureza estabelecida ao longo da história carrega consigo processos de tomada de decisões orientados primordialmente pelas próprias necessidades de sobrevivência do ser humano: seja ao buscar beber água para saciar a sede ou ingerir algum tipo de alimentação para cumprir uma exigência mínima de cunho fisiológico. Nesse sentido, nota-se que toda tomada de decisão é resultado de apreciações subjetivas ou intersubjetivas oriundas da articulação (complexa, cambiante e constantemente redefinida) entre dinâmicas de natureza não humana e dinâmicas sociais. Logo, pode-se afirmar que, de modo geral, não somente a (re)produção, mas também a manutenção e perpetuação dos seres vivos dependem fundamentalmente de uma compreensão mais ampla e nítida acerca dos processos decisórios que almejam alcançar a felicidade no ambiente.

Dentro dessa perspectiva, esta tese de doutoramento buscou evidenciar alguns caminhos, práticas e pensamentos que apontam para a felicidade no território da Reserva Extrativista Marinha (RESEX-Mar) Mocapajuba, zona costeira da região do Salgado paraense. Nesse contexto amazônico, a dinâmica de (re)produção de territórios e de territorialidades revela um cenário tenso e complexo, principalmente com relação à luta para a efetivação, controle e perenidade do chamado “desenvolvimento socioespacial” (Souza, 2022), seja este concebido exógena ou endogenamente, em especial, nos territórios nos quais habitam comunidades extrativistas (Diegues, 1994; Furlan, 2006; Santos e Simonian, 2017; Pimentel e Ribeiro, 2016; Souza, 2019a). Assim, é urgente que toda intervenção no/do território seja um movimento – ou produto – de um processo coerente de tomada de decisão que possa garantir qualidade de vida, ou melhor, felicidade, a um número cada vez maior de pessoas.

Desse modo, discussões científicas demarcam o economicismo mercadológico como o grande protagonista do desequilíbrio (geo)ecossistêmico¹ no planeta (Acosta, 2016; Leff, 2015; Mendonça, 2001; Santos e Simonian, 2017; Souza, 2019a) e que o próprio termo desenvolvimento não deveria ser sinônimo de crescimento meramente econômico, mas sim de prosperidade (Jackson, 2013), felicidade (Cavalcanti, 2013; Alcantara e Sampaio, 2020) ou do “fluxo imaterial de bem-estar” (Cechin, 2010, p. 13) gerado no processo de transformação/transfiguração da natureza (Suertegaray, 2022), ou seja, do ambiente. Por isso,

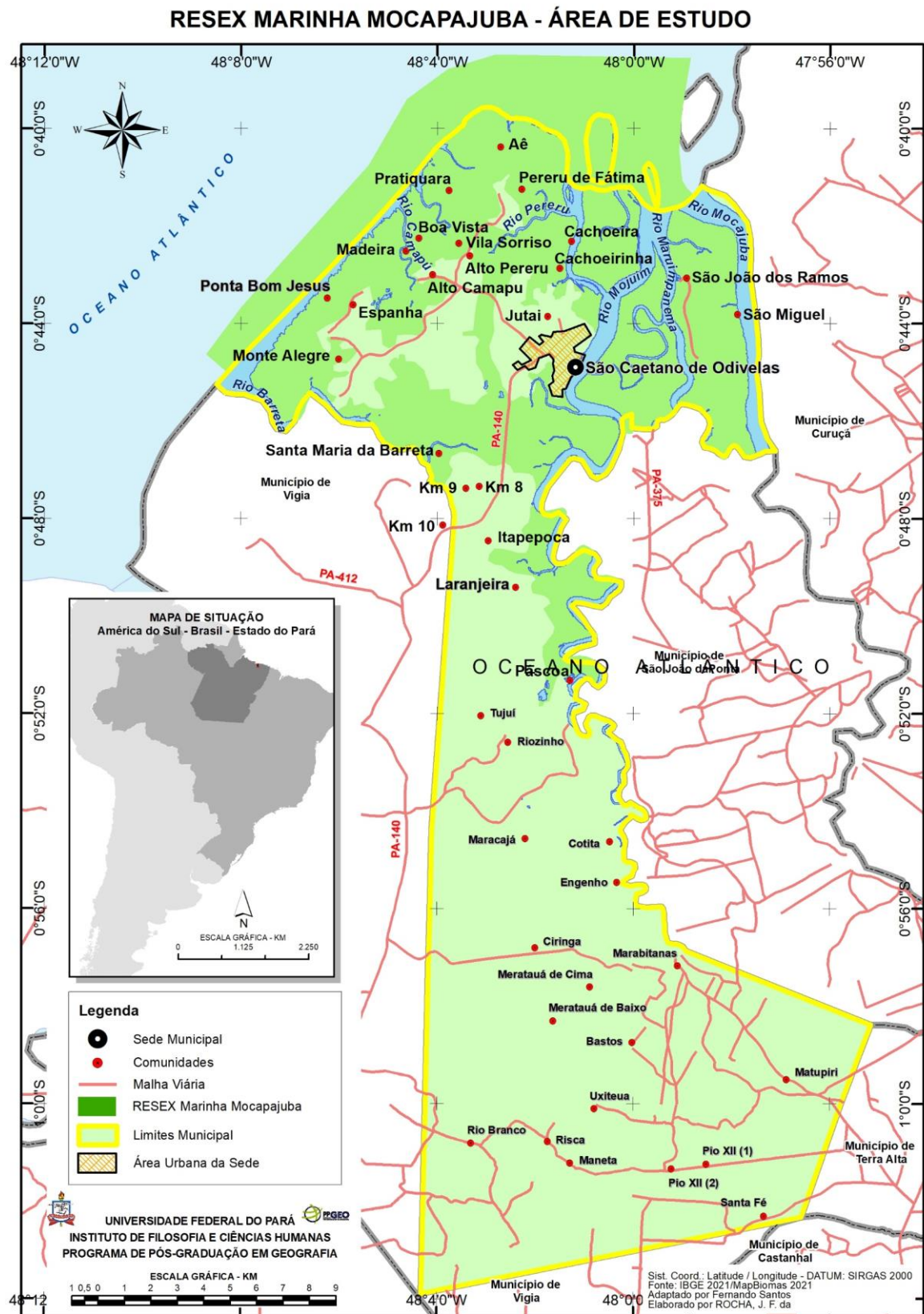
¹ Em Souza (2019a, p. 80), acompanha-se a definição do termo: [...] Outra maneira de nos referirmos aos (geo)ecossistemas, mais direta e enganadoramente mais simples (porquanto é, na verdade, mais complexa, a reboque da plasticidade e da riqueza inerentes ao conceito de ambiente), é vê-los como *ambientes*, resultantes da transformação e apropriação da natureza (“natureza primeira”) pela sociedade [...].

os conceitos centrais aqui trabalhados somados aos dados coletados em pesquisa de campo atestam propósitos contrários a modelos de desenvolvimento que oprimem historicamente a(s) territorialidade(s) e a(s) governança(s) locais. Assim, parte-se da compreensão da territorialidade enquanto expressões ou externalizações de um dado poder, o qual está alicerçado na convergência de múltiplos fatores, sejam esses, fundamentalmente, os de ordem ecológica, cultural, política e econômica (Haesbaert, 2014; Souza, 2019a), e a governança como práticas e articulações estratégicas internas e externas para melhor tomar as decisões em prol do território (Araújo, 2015; Câmara, 2011; Ribeiro, 2015).

Em termos ainda introdutórios, pode-se adiantar que a felicidade é um constructo resultante da condição socioambiental na qual os sujeitos dispõem e conservam bens materiais e imateriais (de ordem natural ou cultural) necessários ao processo de tomada de decisão no e pelo território, num mecanismo endógeno que se reproduz e se retroalimenta ao longo da história, num complexo sistêmico e dinâmico de ordem-desordem e organização (Camargo, 2012; Camargo e Guerra, 2007; Dutra-Gomes e Vitte, 2020; Morin, 2023). Para isso, a ciência geográfica aqui exercitada valeu-se da abordagem teórica da Geografia Ambiental, vistas em Souza (2019a; 2019b; 2022) e Santos (2022).

A RESEX-Mar Mocapajuba localiza-se no município de São Caetano de Odivelas, pertencente à região imediata e intermediária de Belém, zona costeira do nordeste paraense (Mapa 1). Trata-se de uma Unidade de Conservação (UC) criada pelo Decreto Federal, s/n, de 10/10/2014, sob a responsabilidade administrativa, em âmbito federal, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), ligado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Limita-se ao norte com o oceano atlântico; a leste com o rio Mocajuba, na divisa com o município de Curuçá; a oeste com o rio Barreta, no limítrofe do município de Vigia (PA); e ao sul, no médio curso do rio Mojuim, em fronteira com o município de São João da Ponta. Essa Área Protegida (AP) possui o tamanho aproximado de 21.029 hectares. Por outro lado, em sua totalidade, o município é composto por 41 comunidades, além da sede municipal, com população de 16.666 pessoas (IBGE, 2022) e tem área total de 46.416,6 hectares. A base econômica da vida gira em torno da pesca (espécies variadas) e da coleta (principalmente de caranguejo – *ucides cordatus*), da agricultura e do extrativismo; somados a esses, há receitas geradas por meio do comércio e serviços locais, além dos vínculos na esfera pública ou outros benefícios, tais como as aposentadorias.

Figura 1 - Mapa de localização da Área de Estudo



Fonte: Autoria própria (2024)

No mapa de localização da área de estudo, observam-se as comunidades extrativistas pertencentes ao território da RESEX-Mar Mocapajuba. No comparativo das áreas do território municipal e da RESEX-Mar tem-se aproximadamente 45% de espaço ocupado voltado à UC. Isso revela um impacto significativo na questão da gestão, e da própria governança, que se faz no território odivelense, tanto por parte de quem está à frente da UC, como no caso o ICMBIO e a Associação de Usuários da RESEX-Mar Mocapajuba (AUREMOCA) via Conselho Deliberativo (CONDEL), quanto da própria Prefeitura Municipal local.

1.1 Delimitação da problemática e dos Objetivos

A história da sociedade mostra que, frente ao desafio da sobrevivência, os interesses práticos na utilização e proteção de recursos naturais e culturais existem desde os tempos prístinos (Santos, 2012; Simonian, 2018). Mediante às dinâmicas resultantes das relações entre sociedade e natureza geograficamente situadas, o ambiente tem sido bastante alterado ao longo dos tempos e enfrenta, de modo cada vez mais severo, a fragmentação dos habitats, a perda da biodiversidade e o esgotamento dos recursos, ou bens de natureza não humana, necessários à reprodução da vida no planeta. Destarte, em especial a partir do século XX, a criação de Áreas Protegidas (AP) tem sido o modo de as sociedades reagirem aos problemas de ordem ambiental (Araujo, 2007; Castro Júnior *et al.*, 2009; Diegues, 2000; Santos e Simonian, 2017), considerando também a conjugação das dimensões ecológica, cultural, política e econômica que se expressam no e pelo território.

Nesse processo, os vieses que amparam as tomadas de decisões nos países são orientados por marcos institucionais e legais. Como exemplo, cita-se todo um percurso histórico e geográfico desde a criação do Parque de Yellowstone, nos Estados Unidos (em 1872), até a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Brasil (em 2000), passando pelas elaborações de documentos oficiais em cada Conferência promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), além das discussões e produções científicas de grupos ambientalistas e Organizações Não-Governamentais (ONG).

O fato é que hoje existem mais de 200.000 áreas protegidas no mundo. Cada país tem sua maneira de propor e gerenciar suas AP. Inclusive diverge-se na própria definição de Área Protegida, a qual pode ou não incluir as Unidades de Conservação – a exemplo de Territórios Indígenas (TI) que é uma AP sem ser UC (Araújo, 2007), áreas militares e as Áreas de proteção Permanente (APP). São espaços, portanto, formulados para conservar o patrimônio natural e

cultural e sustentar seus benefícios para a reprodução social. No caso brasileiro as UC, definem-se como

“[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; (Brasil, 2011. p. 5).

Esses territórios permitem que as pessoas estejam conectadas com o ambiente e estejam em constante transformação para estimularem suas inspirações, seu processo educacional, seus alcances de felicidades e tomadas de decisões. Assim, ao proteger os (geo)ecossistemas (Souza, 2019a), que são essenciais para a manutenção da vida, a população mundial pode estruturar melhor a sua subsistência e aspirações humanas para oferecer soluções baseadas na natureza e na cultura com intuito de enfrentar os complexos desafios socioambientais do mundo de hoje.

Nesse caminho, as RESEX-Mar respeitam a categorização dada via Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como pertencente ao grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCUS). No bojo de sua constituição, são centrais os objetivos de garantir a conservação da biodiversidade dos ecossistemas de manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas, e assim assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e proteger os meios de vida e a cultura das comunidades tradicionais extrativistas da região. Ademais, de acordo com o ICMBIO, 87% do ecossistema manguezal brasileiro situa-se no interior de alguma UC – o que corresponde a uma área de 12.114km² distribuída em 120 UCs (55 UCs federais, 46 UCs estaduais e 19 UCs municipais) – e que 80% dos manguezais brasileiros estão localizados em três estados do bioma amazônico: Maranhão (36%), Pará (28%) e Amapá (16%) (ICMBIO, 2018).

Dentro dessa perspectiva, retoma-se que a efetivação de práticas conservacionistas não é nova e nem privilégio das sociedades ocidentais modernas (Alegretti, 2008; Diegues, 2000; Santos e Simonian, 2017; Silva, 2014). Assim, o propósito científico aqui postulado vai ao encontro das ações, feições ou nuances de felicidade no/do ambiente, para além do discurso da sustentabilidade (como mero adjetivo) ou do desenvolvimento (Acosta, 2016; Cavalcanti, 2013; Gudynas, 2011; Jackson, 2013; Leff, 2015; Porto-Gonçalves, 2017, 2023), considerando as territorialidades e mecanismos de gestão, cogestão e de governança vigentes na RESEX-Mar estudada.

Diante do exposto e, em diálogo com Bachelard (1996, p. 18) quando afirma que “Para o espírito científico, todo conhecimento é a resposta a uma pergunta”, suscitam-se questões que

dão direcionamento amplo à discussão da problemática tratada. Em primeiro lugar, elenca-se uma questão central: as dinâmicas socioambientais (re)produzidas na RESEX-Mar Mocapajuba são demarcadoras de felicidade no/do território?

Nesse sentido, a contribuir na elaboração de uma resposta coerente com a realidade são também necessários quatro questionamentos secundários articulados à questão central:

1. Como os processos de tomada de decisão articulam territorialidade(s) e governança ambiental para a garantia da felicidade na RESEX-Mar Mocapajuba?
2. Quais as implicações socioespaciais, em suas dimensões ecológica, cultural, política e econômica, são evidenciadas a partir das (re)produções das territorialidades na RESEX-Mar Mocapajuba?
3. Como as comunidades extrativistas locais estão inseridas nos processos de tomada de decisão na RESEX-Mar Mocapajuba?
4. Quais materialidades ou imaterialidades demarcam a felicidade na RESEX-Mar Mocapajuba?

1.1.1 Objetivos

Geral:

Analisar as dinâmicas socioambientais (re)produzidas na RESEX-Mar Mocapajuba como demarcadoras de felicidade no/do território.

Específicos:

- a) Analisar os processos de tomada de decisão que articulam territorialidade(s) e governança ambiental para a garantia da felicidade na RESEX-Mar Mocapajuba.
- b) Identificar as implicações socioespaciais, em suas dimensões ecológica, cultural, política e econômica, evidenciadas a partir das (re)produções das territorialidades na RESEX-Mar Mocapajuba.
- c) Compreender como as comunidades extrativistas locais estão inseridas nos processos de tomada de decisão na RESEX-Mar Mocapajuba.
- d) Apontar materialidades e imaterialidades que demarcam a felicidade na RESEX-Mar Mocapajuba.

1.2 Hipóteses

As comunidades extrativistas habitantes do município de São Caetano de Odívalas (PA) e usuárias da RESEX-Mar Mocapajuba (re)produzem relações com o ambiente que estimulam a felicidade no território. Esse processo ocorre de modo relacional aos ideais de desenvolvimento - ou sustentabilidade - ditados pelo sistema capitalista (que se pauta na alta performance da economia de mercado e que funciona como âncora fundamental das dinâmicas de geração e acumulação de lucros desse modo de produção vigente em tempos de globalização). Trata-se de um movimento relacional, pois os processos de tomada de decisão dialogam e ponderam com o que a dinâmica do grande capital impõe (a natureza como mercadoria) e os anseios de felicidade oriundos endogenamente (Bem Viver). Esse diálogo acaba por ser um exercício vital cotidiano, mas que tem nas reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX-Mar o marco estratégico para decidir em prol do território.

Por sua vez, na perspectiva da felicidade, como um constructo inspirado no Bem Viver (andino e amazônico), é possível vislumbrar um novo modelo de sociedade, capaz de construir uma sustentabilidade ambiental coerente com a realidade do modo de vida local e que apresente respeito amplo aos tempos e movimentos da natureza. Nessa perspectiva, há o favorecimento da dialogicidade, da solidariedade e da reciprocidade entre os sujeitos; e que foque em processos democráticos que decidam pela garantia da qualidade de vida majoritária no ambiente.

1.3 Metodologia

1.3.1 A arquitetura conceitual e metodológica: uma via interpretativa complexa

Num esforço ensaístico para destacar as minúcias acerca do funcionamento dos conceitos e das categorias que se interconectam, dialogam e produzem alguma implicação teórica e empírica, seguindo o objetivo de viabilizar a interlocução sistêmico-operacional entre territorialidade(s) e governança ambiental, com foco no estabelecimento de uma Geografia da(s) Felicidade(s) defendida aqui, esboçou-se uma ilustração, entendida como arquitetura conceitual e metodológica para ajudar na elucidação da realidade (Figura 1 adiante).

A ideia basilar é pensar o sujeito e o seu entorno. Esse sujeito é detentor de bens materiais e imateriais, os quais são a condição *sine qua non* de sua reprodução e subsistência. Materiais: suas roupas, seus materiais de higiene, seus instrumentos de trabalho, sua casa, seu

terreno, seus instrumentos de lazer, entre tantos outros exemplos. Imateriais: de ordem das representações simbólicas, suas crenças, suas espiritualidades, seus saberes, seus fazeres, seus festejos, seus gostos, desejos, enfim, aquilo que de fato não se mensura, mas há indissociabilidade na formação do ser em cada ser humano.

Figura 2 - Arquitetura conceitual e metodológica



Fonte: Autoria própria (2024).

Outro ponto de credencial indispensável é entender que nenhum sujeito vive isoladamente no mundo. Os seres humanos, portanto, vivem em sociedade (neste caso, em comunidade) na qual se reproduz com maior ou menor intensidade (a depender do grupo humano analisado) todo esse complexo de materialidade e imaterialidade do ser. Por sua vez, tal complexidade do ser, em uma interpretação geográfica, manifesta-se no espaço geográfico por meio das suas relações com a natureza de ordem não humana. Aliás, nesse contexto de produção do espaço, e do próprio ambiente como será visto, Souza (2019a, p. 66) enfatiza que

É crucial reconhecer que a *erste Natur* e a *zweite Natur* não são outra coisa que *processos e relações espacializados*, e mais uma questão de *tornar-se* do que uma questão de *ser*. Tudo isso está intimamente relacionado com um problema de escala. Uma dada feição geomorfológica, como tal, é naturogênica (e, portanto, *nessa medida*, e somente nela *erste Natur*), mas o território da unidade de conservação que foi criada para proteger um “monumento natural” específico e os poucos pequenos edifícios na entrada do parque são produtos sociais (portanto, *zweite Natur*); não só uma torre de escritórios ou uma torre residencial, mas também uma única janela e uma única porta são produtos sociais (portanto, *zweite Natur*), mas as moléculas dos materiais de construção utilizados são naturogênicas (portanto, *erste*

Natur) – a menos que, como hoje em dia acontece com quase tudo, sejam sintéticas, isto é, concebidos e produzidos socialmente (porém, mesmo neste caso, embora os seres humanos produzam as substâncias e “reinventem/reproduzam a natureza”, eles não produziram os átomos que formam as moléculas que formam as substâncias).

De acordo com esse autor, é possível perceber que na reprodução da vida não há uma fronteira muito nítida entre processos naturais e processos sociais, pois esses fenômenos se desenvolvem em uma dinâmica relacional nos mais variados recortes escalares.

Ao dialogar com Santos (2008), sustenta-se que o espaço geográfico seja formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. Em outras palavras, o espaço geográfico é complexo e mutável ao longo de sua temporalidade porque resulta da relação dada entre sociedade e natureza.

Assim, segundo a perspectiva de Suertegaray (2001, 2021), a presença do homem concretamente como ser natural e, ao mesmo tempo, como alguém oposto à natureza, promoveu/promove profundas transformações, “transfigurações” como diz a autora, na natureza mesma e na sua própria natureza, o que acarreta pensar o espaço geográfico como um todo uno e múltiplo, aberto a incontáveis conexões que se expressam por diferentes conceitos da Ciência Geográfica: território, paisagem, região, lugar, ambiente, entre outros.

Na sequência das arguições para detalhamento da Figura 1, compreende-se o ambiente como sendo

Para nós, aqui e agora, o ambiente é fruto da (re)transformação, (re[s])significação e reapropriação incessantes da primeira natureza mediante as relações sociais, e inclui, necessariamente, os seres humanos, conquanto nem tudo no ambiente seja antropogênico (e malgrado tudo aquilo que existe ser mediado, para nós, pela consciência humana modelada pela história e pela cultura). O ambiente, assim, não é algo que ‘nos envolve’, um envoltório: o ambiente somos também nós, histórica e culturalmente situados. (Souza, 2019a, p. 79)

Nessa direção, delineia-se o termo ambiente dentro de uma esfericidade tortuosa e com pontilhados. A tortuosidade é para representar a dinâmica de construção do ambiente (semelhante aos processos de configuração de um território), uma vez que esse processo não é linear; enquanto o pontilhado serve para indicar as influências externas que esse ambiente recebe e mesmo a potencialidade com que determinado ambiente extravasa não meramente seus limites, mas também suas territorialidades.

De acordo com Souza (2019a), onde há sociedade, há relações de poder; e onde há relações de poder, estas se projetam sobre o espaço formando territórios. Por esse motivo é que

tudo ambiente - ou dimensão ambiental - necessita ter uma abordagem dialógica com a (re)produção do território e de territorialidades.

No que se refere ao termo “territorialidades”, ele se apresenta tortuoso e pontilhado pelos mesmos motivos da delinação conferida ao termo “ambiente”. É pertinente elucidar que a definição teórica a respeito dos conceitos será detalhada em seção específica mais adiante. No entanto, cabe antecipar que as territorialidades são expressas das mais diversas maneiras, a depender das relações de poder que as produzem e as reproduzem. Portanto, também é passível de influências externas e internas de acordo com determinado ambiente.

O termo “governanças”, embora em linha tortuosa, que indica as tensões engendradas na hora de se tomar as decisões sobre o território, tem na literatura definições e modelos consolidados sobre esse processo, divulgando, inclusive (e a exemplo), índices de efetividade sobre os mais variados tipos de governança, por isso sua linha de definição é fechada. E está grafado no plural porque as articulações tecidas para uma tomada de decisão melhor, via CONDEL no caso, são também multifacetadas.

Concernente aos termos “Governo, Sociedade Civil e Mercado”, esses são interpretados como os principais indutores de todo o processo de produção do território e de territorialidades porque são fenômenos ou movimentos que acabam por se materializar na condição de vetores para o ordenamento territorial. Assim, compreende-se que todos esses elementos de representatividade da dinâmica de articulação entre territorialidades e governanças têm um sentido que é a felicidade, entendida como composição socioambiental coesa, a qual retroalimenta a própria dinâmica de produção e de reprodução do território. É mister afirmar ainda que a questão do Bem Viver figura como um arcabouço filosófico necessário, o qual, se bem arraigado nas vivências do/no ambiente, fortalece as relações intracomunitárias e favorece ao alcance ou vivência da(s) felicidade(s) – no plural, porque cada sujeito em cada comunidade (A, B, C, D ou E) experimenta diferentemente tal processo.

Longe de desejar que esta tese se esgote na interpretação da Figura 1, alguns detalhamentos sobre ela se fazem bastante pertinentes, pois encaminham uma via interpretativa da pesquisa. Nessa perspectiva, explicita-se a compreensão do percurso metodológico em si.

1.3.2 Aproximações ao pensamento complexo

Todo percurso epistemológico das ciências é sempre oscilante quanto às suas credenciais que validam as verdades científicas. É válido lembrar que, do ponto de vista do saber (científico e não científico), muito se construiu ao longo do tempo histórico, em especial,

pós-revolução iluminista no século XVIII. No entanto, nesse processo, como fundamento de todo postulado teórico, o espírito científico carrega consigo inquietudes que são dadas como um movimento ininterrupto de questionamentos ou problemáticas da ordem do real que proporcionam o anseio de rompimento com os chamados “obstáculos epistemológicos” (Bachelard, 1996, p. 17), pois,

Quando se procuram as condições psicológicas do progresso da ciência, logo se chega à convicção de que é em termos de obstáculos que o problema do conhecimento científico deve ser colocado. E não se trata de considerar obstáculos externos, como a complexidade e a fugacidade dos fenômenos, nem de incriminar a fragilidade dos sentidos e do espírito humano: é no âmago do próprio ato de conhecer que aparece, por uma espécie de imperativo funcional, lentsidões e conflitos [...] O conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras. Nunca é imediato e pleno.

Nessa direção, esta tese lança uma luz da razão científica sobre o território de Mocapajuba no intuito de conhecer ou desvelar essa realidade (ou realidades), uma vez que existem vários obstáculos epistemológicos que impedem uma compreensão melhor das relações e reproduções da vida ali instauradas. Um deles esbarra, por exemplo, na concepção de ambiente por parte das comunidades extrativistas locais e de outras instituições que se apresentam para compor, não somente a RESEX-Mar, mas o próprio município de São Caetano de Odivelas. Outros obstáculos podem versar sobre as concepções de natureza, cultura, território, entre tantos. Como dito, trata-se de um caminho variável e, portanto, não linear.

Ainda para Bachelard (1996, p.24), toda cultura científica deve começar por uma catarse intelectual e afetiva que esteja em constante movimento e busque substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico: “[...] dialetizar todas as variáveis experimentais, oferecer, enfim, à razão razões para evoluir.” E, de acordo com Alves (2009), o cientista conta com apenas duas coisas para sustentar uma ideia nova: o amor por ela e a promessa de abertura para novos campos do conhecimento. Esse deseja também “[...] construir um discurso que fale não sobre si, mas sobre o mundo, discurso que só tem sentido em virtude de sua possibilidade de ser a verdade.” (Alves, 2009, p. 178).

Ao propor a formulação de novas ideias e ao retomar as arguições feitas acerca da Figura 1, é possível notar que o método de interpretação da realidade aproxima-se das elucubrações oriundas da teoria do pensamento complexo (Dutra-Gomes e Vitte, 2020; Camargo, 2012; Camargo e Guerra, 2007; Morin, 2023). Este prevê que “um todo emerge a partir de elementos constitutivos que interagem, e o todo organizador que se constituiu retroage sobre as partes que o constituem” (Morin, 2002, p. 23). O todo ora tratado é o território composto pela RESEX-Mar Mocapajuba. A parte, ou melhor, as partes são formadas pelas

dimensões ecológica, cultural, política e econômica que atravessam o saber e o fazer das comunidades extrativistas locais e a organização do complexo institucional (sociedade, poder público e mercado). Assim, o lócus investigativo é forjado como um todo complexo sistêmico aberto.

A teoria do pensamento complexo presume uma dialogicidade entre teorias das mais diversas matrizes epistemológicas, o que é base para o que Morin (2002) chama de “anel epistemológico”. Segundo o autor,

O esquema que apresentei não é um esquema de integração sintético e harmonioso; como disse, contém brechas em cada instância, uma fenda entre a determinação psicocerebral e a determinação sociocultural. E o problema da epistemologia complexa é fazer comunicar estas instâncias separadas, é, de certo modo, fazer o circuito. Não quero dizer que cada um de nós tenha de passar o tempo a ler, a informar-se em todos os domínios. Não. Mas o que digo é que, quando se coloca o problema do conhecimento, logo o problema do conhecimento do conhecimento, somos obrigados a conceber os problemas que acabei de enumerar [...] É necessário, com efeito, que nos apercebamos de que é muito difícil e que não é uma tarefa individual. É uma tarefa que necessita do encontro, da troca entre todos os investigadores e universitários que trabalham nestes domínios disjuntos e se fecham como ostras quando são solicitados.

Ao mesmo tempo devemos saber que já não há mais privilégios, mais tronos, mais soberanias epistemológicas: os resultados das ciências do cérebro, do espírito, das ciências sociais, da história das ideias, etc., devem retroagir sobre o estudo dos princípios que determinam tais resultados. O problema não está em que cada um perca a sua competência. Está em que a desenvolva o suficiente para a articular com outras competências que, ligadas em cadeia, formariam o anel completo e dinâmico, o anel do conhecimento do conhecimento (Morin, 2002, p. 33).

Como uma tarefa que necessita do encontro e busca articular competências oriundas de outras epistemologias científicas, confere-se, nesta pesquisa, centralidade aos pressupostos da ciência geográfica. Destarte, Dutra-Gomes e Vitte (2020, p. 5) mostram que “a relação entre Geografia e complexidade oferece uma importante arena com entendimentos e conceitos abertos e passíveis de evocar novas propostas epistemológicas”. E ainda que

A complexidade se refere às interações espaço-temporais particulares, realizadas a partir do local, de relações internas que configuram os sentidos de regras universais. Ou seja, pelas distribuições e pelas interações das diferenças que coexistem horizontalmente, desenham-se as especificidades das regras de um fenômeno em determinado espaço-tempo. Assim, as regras, o universal, não são mais fundamentais que as diferenças, mas coexistem em simbiose. Toda a manifestação na natureza detém, ao mesmo tempo, propriedades “universais” e “singulares” que são atravessadas por padrões, regras, aleatoriedades e acasos. Em termos amplos, os argumentos são assim de superação das subjugações universalistas - capitalistas, morais, científicas - e da busca de um novo sentido de universal, que se apoie também na autoconstrução pelas singularidades locais. (p. 8)

É necessário, portanto, uma perspectiva científica integradora que compreenda a inseparabilidade entre o endógeno e o exógeno, entre a própria natureza e a sociedade, entre o local e o global (neste caso Mocapajuba-Mundo), e desvele a realidade propondo alternativas (de felicidade) que priorize as decisões que se dão no local, pois

O progresso precisa ser pensado e construído de acordo com as finalidades locais, de cada pessoa e grupo, que, a partir das interações particulares, percebem e constroem seu próprio espaço geográfico. Produzem também o seu próprio sentido de evolução, ou melhoria, e, assim, de humanidade e cidadania, emergidas a partir das pretensões e dos anseios locais. (Dutra-Gomes e Vitte, 2020, p. 8).

Ao tratar desse arcabouço epistemológico, Limberger (2006, p. 105) também destaca que

Abordagens integradoras são necessárias atualmente para a compreensão de um mundo, no qual as fronteiras culturais, históricas, políticas, econômicas e sociais, não respeitam mais os limites físicos e tecem um emaranhado complexo, sendo que seus fenômenos não são mais respondidos pela redução e disjunção. Não existe mais uma maneira de se tratar o homem sem considerar um espaço geográfico nem mesmo se referir a um ambiente físico sem relacioná-lo a uma intervenção antrópica, por menor que seja: as diferentes escalas e esferas necessitam ser integradas.

A integração de saberes complexos pontuada pela autora ressoa novamente nos argumentos de Dutra-Gomes e Vitte (2020, p.10) quando salientam que

Com base em referências da teoria da complexidade em sua relação com a Geografia, podem ser reconhecidas considerações para auxiliar e contribuir como embasamento para uma leitura integrativa, de diálogos socioculturais e epistêmicos [...] A perspectiva dialógica da complexidade é sustentada pela convergência de entendimentos com outras tradições e campos do conhecimento, como é o caso da relação entre Filosofia e complexidade.

Então, diante da matriz epistemológica proposta, esta tese, partindo do olhar geográfico, estabelece articulações teóricas necessárias para compreensão mais acurada das realidades vivenciadas. Isto ocorrerá mesmo quando alguns conceitos, categorias e até autores pareçam não dialogáveis do ponto de vista metodológico. Todavia, remonta-se a Morin (2002) quando assegura que conhecer é uma aventura incerta, frágil, difícil, trágica; e também quando enaltece e afirma que

É neste sentido, creio, que podemos colocar-nos o problema da complexidade, isto é, da dificuldade de permanecermos no interior de conceitos claros, distintos, fáceis, para concebermos a ciência, para concebermos o conhecimento, para concebermos o mundo em que estamos, para nos concebermos a nós na relação com este mundo, para nos concebermos a nós

na relação com os outros e para nos concebermos a nós na nossa relação com nós mesmos que é, afinal, a mais difícil de todas. (Morin, 2002, p. 34)

Nas sendas desse desafio geográfico, Limberger (2006, p. 108) nota que

Como a Geografia estuda a organização do espaço, e isto engloba entender vários aspectos tanto do geossistema quanto do sistema sócio-econômico e a emergência de sua relação; e como se sabe que tal junção é ainda bastante hipotética (porque se se separa estes “sistemas”; então, se perde a característica sistêmica), enfatiza-se a necessidade de aprofundamento nas discussões e pesquisas em torno da complexidade deste tema. Ou seja, apesar de algumas incompatibilidades entre o conceito e a prática da teoria dos sistemas, não se deve deixar de lado esta abordagem que tende a muito contribuir para o progresso da ciência, inclusive e principalmente, a geográfica.

E, para reforçar esse movimento de aproximação com as interpretações provenientes da Teoria da Complexidade, Camargo e Guerra (2007, p. 152) compreendem que o planeta Terra seja

Um grande conjunto constituído por diversos subconjuntos, em que o sistema Terra constitui o todo que mantém o princípio da não-existência de partes isoladas e sim de padrões em uma inseparável teia de relações. Assim, o sistema planetário organiza-se de forma complexa, podendo ser auto-organizado, seja pelo feedback ou mesmo por equifinalidade, em que o acaso é fruto da totalização.

Em outras palavras, Camargo (2012) afirma que sistemas complexos, como a atual dinâmica da economia-mundo globalizada, só podem ser pensados à luz das teorias da auto-organização, pois suas variáveis são expostas constantemente à imprevisibilidade em razão da sua grande complexidade, ou seja, do grande número de variáveis que atuam em conjunto no espaço e que se ampliam diariamente.

Em diálogo com a sistemática do pensamento complexo, Neves e Sodré (2022) assinalam os três princípios básicos complementares e interdependentes para pensar a complexidade da realidade: a dialógica, a recursão organizacional e o hologramático. A dialógica permite articular questões que são antagônicas e complementares. Já a recursão organizacional está atenta às questões de produção ou de transformação da natureza como “via de mão dupla”, porquanto,

A natureza não é receptáculo passivo dos processos sociais, sua dinâmica ativa e reativa retroage sobre a sociedade em uma via relacional que mescla condicionantes e condicionamentos, causa e efeito não são definições exclusivas, e sim coexistentes (p. 203).

Por fim, tem-se o princípio hologramático, que está assentado na assertiva de que o todo só existe graças à engrenagem preponderantemente solidária das partes e estas partilham de um ideal comum, que é a própria afirmação da essência do todo.

Dentro de tais construções epistêmicas e valendo-se de uma perspectiva integradora, que visa evitar a disjunção entre sociedade e natureza, todo este estudo é balizado pela abordagem da Geografia Ambiental, a partir das leituras propostas por Mendonça (2001), Porto-Gonçalves (2006), Souza (2019a, 2019b) e Suertegaray (2021, 2022).

Nas palavras de Souza (2019b, p. 21),

A Geografia Ambiental constitui uma tentativa não de substituir os conteúdos particulares e especializados associados à “Geografia Física” e à “Geografia Humana”, mas sim um intento, bem mais modesto e realista, de promover a valorização de problemas e questões em que o diálogo de saberes vinculados ao conhecimento da Terra como morada humana dá o tom. Ela representa e expressa uma crença de que, para se evitar o empirismo ingênuo e se alcançar profundidade analítica e densidade teórica, não é necessário, de modo algum, abdicar de uma certa “transversalidade” de perspectiva. A “verticalização” contínua da busca por conhecimento, mais ou menos indiferente ou mesmo hostil à capacidade de pôr em contexto e granjear visão de conjunto, não só não é a única forma válida de edificação do saber científico, mas, ainda por cima, é uma estratégia limitada e limitante. Pouco sábia, poderíamos completar.

Como visto, aposta-se no diálogo de saberes, fato que permite inferências conectadas à transdisciplinaridade, capazes de expor uma compreensão mais adequada da complexidade ambiental relacionada à racionalidade ambiental (Leff, 2003), pois o ambiente é o outro complexo na ordem do real e do simbólico, o qual provoca uma transgressão da realidade unidimensional e sua globalidade homogeneizante, para dar curso ao porvir de um futuro sustentável, atraído pela relação com o outro e aberto a um processo infinito de criação e diversificação.

A retomar os pensamentos de Morin (2023, p. 18), o conhecimento dos problemas fundamentais e globais requer a reconexão dos conhecimentos separados, divididos, compartimentados e dispersos. Assim, ressalta,

[...] acontece que o nosso ensino orienta a separar os conhecimentos e não a ligá-los [...] O método pretende apreender a complexidade, não a completude, pois estamos condenados a incompletude. O conhecimento complexo não pode, no seu seio, eliminar a incerteza, a insuficiência, o inacabado. Mas tem o mérito de reconhecer a incerteza, a insuficiência, o inacabado dos nossos conhecimentos.

Nesse sentido, articulando os arcabouços epistemológicos suscitados, pensa-se haver uma sinergia de cunho intelectual com os pressupostos da teoria da complexidade ou do

chamado pensamento complexo conforme o que se conseguiu observar, em primeiro lugar, nas pesquisas de campo e, em segundo, na literatura que versa sobre as temáticas no bojo desta tese: Território/Territorialidade; (Meio) Ambiente; Geografia Ambiental; Governança; Unidades de Conservação; e Felicidade.

1.3.3 A Geografia Ambiental

Ao longo do levantamento bibliográfico para a construção desta seção deparou-se com uma longevidade interessante no que diz respeito às abordagens sobre Geografia Ambiental, ou suas devidas aproximações. Desde Heródoto e Estrabão quando assimilavam um caminho interpretativo da geografia como GEO=TERRA e GRAFIA=DESCRIÇÃO já apontavam para estudos que mostravam os traços naturais e sociais das terras que percorriam, ou seja, os traços naturais como o ambiental que abrigava diferentes modos de vida do homem (Canali, 2002). Segue-se à Idade Moderna com Alexander Von Humboldt e seu “hábito de ver o Globo como um grande todo” não se permitindo dissociar, portanto, natureza (ou ambiente) da humanidade/sociedade. O fato é que

Assim, a geografia, ao estudar as relações entre o homem e o meio, ou, entre a sociedade e a natureza, na busca de explicar os relacionamentos entre esses dois domínios da realidade, sempre esteve no fulcro da questão ambiental. [...] a relação homem-meio contém em si duplo aspecto, ou seja, é relação ecológica e é relação histórico-social. Assim, a questão ambiental encontra-se fundamentada na relação de propriedade das forças produtivas, determinadas pelas relações em suas partes fundamentais. (Canali, 2002, pp. 166-167)

Souto (2016) explica que em maior ou menor grau, a temática ambiental sempre esteve presente na geografia, podendo ser distintos dois momentos: um período naturalista, que vai da consolidação da geografia como ciência no século XIX a meados do século XX; e um período ambientalista, que vai das décadas de 1950 e 1960 até os dias atuais. Trata-se de um percurso que parte da abordagem puramente descritiva e classificatória do ambiente, sem inclusão do homem na análise; passa pela fase em que o homem é incluído, porém ainda apenas como um componente natural; e culmina na fase em que já se considerava o homem como um ser social em relação com o ambiente. Para a autora, tais visões concorrem e há aquelas que ainda hoje são adotadas, mesmo com o avanço do pensamento geográfico.

Com base no que diz Mendonça (2002), tal concepção aqui adotada toma em consideração a convicção de que a abordagem geográfica do ambiente transcende à desgastada discussão da dicotomia geografia física versus geografia humana, pois concebe a unidade do

conhecimento geográfico como resultante da interação entre os diferentes elementos e fatores que compõem seu objeto de estudo. Assim, a presente leitura geográfica de ambiente (re)assegura e ao mesmo tempo reflete-se numa outra perspectiva da abordagem ambiental, como afirmou Veyret (1999) *apud* Mendonça (2002, p. 125), pois,

De fato, para um geógrafo, a noção de meio ambiente não recobre somente a natureza, ainda menos a fauna e a flora somente. Este termo designa as relações de interdependência que existem entre o homem, as sociedades e os componentes físicos, químicos, bióticos do meio e integra também seus aspectos econômicos, sociais e culturais.

Cabe nessa interpretação, sobre a relação humanidade/sociedade e natureza, o que postula Suertegaray (2002, p. 19), para quem o espaço e, portanto, sua dimensão ambiental é uno e múltiplo. Para essa autora,

A presença do homem concretamente como ser natural e, ao mesmo tempo, como alguém oposto à natureza promoveu/promove profundas transformações na natureza em si mesma e na sua própria natureza [...] Esta transformação vimos chamando os de transfiguração. Significa dizer que o homem, por meio de seu desenvolvimento técnico, é capaz de não só intensificar processos naturais, como também produzir novos. Estas práticas, como anteriormente nos referimos, transfiguram a natureza, ou seja, transformam-na em outra figura, em outra coisa, que poderá conter a figura de origem, mas não será mais a mesma.

Tal transfiguração, ressaltada pela autora, ocorre, no caso da natureza, muitas vezes como subordinação pelos processos sociais de apropriação e de exploração no contexto político que norteia as práticas sociais em nossa sociedade. Desse modo, no significado de transfiguração subjaz uma relação de poder (Suertegaray, 2021). Daí decorre a razão de pensar que o conceito de ambiente é uma possibilidade de leitura do espaço geográfico e do próprio território. Assim, ambiente constitui um conceito, o qual permite compreender a transfiguração da natureza e da natureza humana pelas práticas sociais.

E ainda, na busca incessante para desatrelar o termo “meio ambiente”, manifesta-se a autora:

A subordinação da natureza aos processos sociais gera ambiente e este é diferente de meio. Enquanto o meio tem um fundamento orgânico/harmônico e funcional, o ambiente pode ser pensado como produto social, que, ao hibridizar natureza e sociedade, favorece a uma transfiguração da natureza, de forma distinta, de lugar para lugar, de sociedade para sociedade, além de expressar contradição/conflito. Este movimento permite compreender que o conceito de natureza é cultural e que dele derivam as diferentes formas de apropriação da materialidade, que nos dão condições de existência e de reprodução social. (Suertegaray, 2021, p. 61)

Em Souza (2019a, 2019b) acompanha-se a referência a Orlando Valverde, Porto-Gonçalves e Dirce Suetergaray como os precursores de uma *environmental geography* no Brasil ainda na década de 1980, já com uma estruturação metodológica de não mera ponte entre sociedade e ambiente, mas enquanto um “diálogo de saberes” multi, inter e até transdisciplinares, potencializados especialmente pelas discussões em voga no campo da Ecologia Política. Segundo este autor, ao ser apresentada enquanto um enfoque, uma perspectiva, uma maneira de olhar, fortalece-se a ideia de que a Geografia Ambiental é uma maneira de construir o objeto de conhecimento que privilegia os hibridismos, o diálogo de saberes, ao mesmo tempo em que se abdica da pretensão de delimitar um novo “território subdisciplinar”.

Sem embargo, e nas palavras de Souza (2019b, p. 34), a Geografia Ambiental parece ter um lugar importante a ocupar neste alvorecer do século XXI, em que o “ambiental” tão propalado (“mudança climática global”, “eventos extremos”, “riscos”, “desastres” etc.) muitas vezes ainda é apreciado de modo compartimentado ao reproduzir vícios como o “naturalismo”, ao lado do “economicismo” e do “culturalismo”. De acordo com este autor,

Trata-se de, cultivando tudo isso, não parar de acreditar que a “transversalidade”, o diálogo de saberes é possível e imprescindível – e que a Geografia, apesar dos pesares, possui um potencial imenso e uma história riquíssima quanto a isso, que merecem ser valorizados como manancial de ideias e fonte de inspiração [...] A Geografia Ambiental se afigura, efetivamente, como um olhar que é, na realidade, resultado de um cruzamento de olhares [...] (Souza, 2019b, p. 25).

Para que o diálogo de saberes proposto seja efetivo, Souza (2019b) assinala que sejam necessários três movimentos: a) estimular e catalisar diálogos de saberes científicos dentro e fora da Ciência Geográfica; b) garantir diálogos com os saberes vernaculares (ditos locais) e c) priorizar o caráter “ecumênico” da Geografia, no sentido de romper com o que chama de “divisão do trabalho acadêmico” (p. 32) entre, novamente, o físico e o social (humano) nessa ciência. Assim, as produções intelectuais oriundas da Geografia Ambiental têm como pretensão potencializar uma acurada interpretação, ou leitura mais próxima do real, articulando os conceitos de território/territorialidade e governança para se pensar resoluções de problemáticas mais adequadas a RESEX-Mar estudada, seja tal resolução desencadeada por parte do poder público, seja por parte das comunidades extrativistas ou do terceiro setor, ou via conjugação e interlocuções entre tais atores nos processos de tomadas de decisão.

Isso abre possibilidades de se pensar (e agir) (n)o ambiente como um constructo complexo, seja pela própria via do pensamento complexo (Morin, 2002) ou pelo o que sinaliza Leff (2003, p.38),

[...] A complexidade ambiental gera o inédito no encontro de outridades, enlaçamento de diferenças, complexidade de seres e diversificação de identidades. No ambiente subjaz uma ontologia e uma ética oposta a todo princípio homogeneizante, a todo conhecimento unitário, a toda globalidade totalizante. Abre uma política que vai além das estratégias de dissolução de diferenças antagônicas em um campo comum e sob uma lei universal. A política ambiental é uma convivência no dissenso.

Imbricado nesse processo (de complexidade não somente ambiental, mas ontológica) existem topologias de complexização, quais sejam: do real, do conhecimento, da produção, do tempo, das identidades, das interpretações e do ser. Desse modo, Leff (2003) afirma que a complexidade ambiental implica o reconhecimento do ambiente (na dimensão individual, familiar e comunitária) enquanto um potencial produtivo fundado na capacidade produtiva de valores de uso naturais que geram os processos ecológicos; da produtividade tecnológica como organização do conhecimento para um processo sustentável de produção; da produtividade cultural que emerge da criatividade, inovação e organização social, fundada não somente em critérios produtivos, mas nos processos simbólicos que dão significado e conduzem as formas de conhecimento e as práticas de uso da natureza; dos mecanismos de solidariedade social e dos sentidos existenciais que definem identidades culturais diversas e múltiplas estratégias de aproveitamento sustentável dos recursos naturais.

Nessas diretrizes, o argumento construído em torno de “valores de uso”, “organização do conhecimento”, “produtividade cultural”, “processos simbólicos”, “solidariedade social” e “identidades” denuncia o caráter imprescindível do retorno às nossas bases eminentemente culturais para que se construa um relacionamento de cunho sustentável contraposto a atual totalidade mercadológica imposta pelo sistema capitalista disseminado no mundo via globalização. Assim, uma “pedagogia da complexidade ambiental” (enquanto metodologia de ensino-aprendizagem para o re-conhecimento do ser e do mundo) significa que “aprender o mundo parte do próprio ser de cada sujeito; que é um processo dialógico que desborda toda racionalidade da comunidade construída sobre a base de um possível consenso de sentidos e verdades” (Leff, 2003, p. 58).

Nas sendas dessa pedagogia, Leff (2003, p. 62) dispõe alguns princípios para “aprender a aprender a complexidade ambiental” pelos quais entende-se que o ambiente é objetividade e subjetividade, exterioridade e internalidade; integrado por identidades múltiplas, um processo dialógico, um saber que constitui o ser, na articulação do real e do pensamento

complexo. Enfim, é apreender um saber ser com a outridade que vai além do “conhece-te a ti mesmo”, como a arte da vida que contribui para um processo de construção coletiva do saber, no qual cada um aprende desde seu ser particular.

A retomar o diálogo teórico com Mendonça (2012), ressalta-se que não há a pretensão de se adotar a Ciência Geográfica como a que dá conta de toda a integralidade das questões ambientais. E justamente, por isso, lança-se mãos para construir uma proposta dialógica com outros saberes, científicos ou não – dado que os saberes locais ou vernaculares (Acosta, 2016; Souza 2019a) são extremamente válidos e devem ser considerados em qualquer processo de tomada de decisão.

[...] Tentamos deixar claro que a geografia é uma das muitas vivências que aborda o tema e, na medida do possível, tem, procurado equacionar as questões atinentes ao assunto. É preciso que se sublinhe também, para uma compreensão e interferência salutar da problemática, que os grupos que atuam devem se constituir de especialistas das mais diferentes áreas do conhecimento e serem completados por representantes da sociedade organizada e dirigentes políticos (Mendonça, 2012, p. 68).

Ainda, segundo o autor, o tratamento da temática ambiental é, por assim, dizer, atividade bastante complexa do ponto de vista teórico e mais ainda do ponto de vista da práxis. Para ele, “somente as ações desenvolvidas do ponto de vista da holisticidade da temática é que conseguem apresentar resultados satisfatórios no tocante às tentativas de recuperação e preservação de ambientes degradados, locais, regionais ou planetário - a biosfera. Tal complexidade abarca até a maneira de como se deve conceber o meio ambiente”. (Mendonça, 2012, p. 70).

Nesse momento, quando se retomam as análises pertinentes ao que se constatou na parte empírica desta tese, o esforço intelectual parte da visão de mundo como geógrafo que interpreta a realidade como um resultado de múltiplas interações, das mais diversas ordens (cultural, política, econômica, ecológica, litosférica, hidrosférica, atmosférica, inclusive cósmica), e que cada sujeito ao tecer suas incontáveis relações no e com o ambiente deseja, de algum modo, alcançar ou vislumbrar um Bem Viver (felicidade), configurando-se tal felicidade como um produto (geo)ecossistêmico intrínseco à reprodução do próprio ambiente. E, como a Geografia Ambiental presume um diálogo de saberes, é nítido que não há como guiar toda e qualquer intervenção no território sem uma compreensão holística que integre de fato dinâmicas sociais e natureza não humana. Por isso, também esta tese é orientada a partir dos pressupostos da teoria do pensamento complexo, porque todo esse movimento dinâmico entre natureza e sociedade não é algo tão previsível quanto ao que, majoritariamente, os projetos políticos de

desenvolvimento de um dado espaço tem demonstrado: discursam sobre sustentabilidade, mas buscam a todo custo aprovar exploração petrolífera, por exemplo. Inclusive, esse fato foi suscitado durante reunião do CONDEL da RESEX-Mar estudada.

1.3.4 Os métodos de investigação (instrumental)

Em Chauí (2000), tem-se que o método seja um caminho ordenado do pensamento que, por intermédio de um conjunto de regras e procedimentos racionais, busca alcançar determinada finalidade ou objetivo. Nessa direção, Neves e Sodré (2022, p. 204), reforçam:

O método é uma estratégia do sujeito que se apoia em segmentos programados, por isso inclui a precariedade do pensar e as incertezas. O método pode ser considerado, assim, um caminho/ensaio/estratégia, o qual contém um conjunto de princípios teórico-metodológicos que dão suporte à reflexão. No entanto, não existe no mercado receita para bem pensar, o método não é metodologia ou programa a aplicar, é uma ajuda à estratégia do pensamento. Logo, enfatiza-se a necessidade de um caminho que deve ajudar a qualquer um a elaborar sua estratégia cognitiva, situando e contextualizando suas informações, conhecimentos e decisões, tornando-o apto para enfrentar o desafio onipresente da complexidade.

Assim, antes de tudo, é de extrema importância ampliar a nitidez quanto a três principais processos de ordem autorizativa (e institucional) desta pesquisa: o primeiro está relacionado à anuência do ICMBIO; o segundo, vinculado à emissão do parecer favorável do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Pará (UFPA); e o terceiro, atribuído à autorização registrada em ata do CONDEL da RESEX-Mar Mocapajuba. Esses processos constituem-se como passos essenciais para elaboração desta pesquisa, pois sem eles não seria possível dar aprofundamento no sentido de produção científica. E fica um legado a respeito desse árduo passo a passo, a fim de que futuros pesquisadores também desejem enveredar-se pelas investigações científicas em Unidade de Conservação. Tais documentos serão disponibilizados nos apêndices desta tese.

Além de todo arcabouço epistemológico já citado, valeu-se igualmente de instrumentais técnicos e empíricos adequados para responder coerentemente à problemática em discussão. Nessa proposta de trajetória metodológica, executou-se um estudo de caso como estratégia de pesquisa. Conforme postula Yin (2005, p. 23),

Em contraste, questões do tipo "como" e "por que" são mais explanatórias, e é provável que levem ao uso de estudos de casos, pesquisas históricas e experimentos como estratégias de pesquisa escolhidas. Isso se deve ao fato de que tais questões lidam com ligações operacionais que necessitam ser traçadas ao longo do tempo, em vez de serem encaradas como meras repetições ou incidências. Assim, se você deseja saber como uma comunidade conseguiu

impedir com sucesso a construção de uma autoestrada, seria pouco provável que você confiasse em um levantamento de dados ou em um exame de arquivos; seria melhor fazer uma pesquisa histórica ou um estudo de caso.

A natureza qualitativa da pesquisa não exclui o contato com metodologias quantitativas, pois uma das marcas dos métodos qualitativos é a flexibilidade (Martins, 2004; Severino, 2007), principalmente quanto às técnicas de coleta de dados que se adequam às observações realizadas em contextos diferentes. Segundo Martins (2004, p. 292), “[...] a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la”.

Houve levantamento de dados secundários em plataformas *on-line* do próprio ICMBIO, MMA, Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outras instituições, além de coletas de dados via informações bibliográficas e documentais relacionadas às questões priorizadas, em atas, portarias, decretos, leis e instruções normativas. Grande parte do material consultado compõe também os apêndices deste documento acadêmico.

O principal pilar de sustentação do esforço empírico aqui sistematizado foi, sem dúvidas, a pesquisa de campo na área e entorno da RESEX-Mar Mocapajuba. Tais investigações apoiaram-se em observações participantes (Malinowski, 1978). Nelas, a interação pesquisador e objeto permitiu identificar o que tem centralidade fundamental para se alcançar a felicidade nesta UC. E, como salientado por Boni e Quaresma (2005), a observação participante se distingue da observação comum na medida em que pressupõe a integração do investigador ao grupo investigado, ou seja, o pesquisador deixa de ser um observador externo dos acontecimentos e passa a fazer parte ativa deles.

De posse das documentações necessárias para a realização da pesquisa de campo, seguiu-se a Mocapajuba em deslocamento principal realizado pela BR-316, sentido leste, e acesso a PA-140 na confluência com o município de Santa Isabel do Pará. Prossegue-se a nordeste na rodovia estadual até o seu final quando se encontra com o município de São Caetano de Odivelas, distante cerca de 120km do centro da capital paraense (Belém do Pará). Um percurso que pode ser realizado, em média, em uma hora e cinquenta minutos (em veículo próprio).

O campo foi realizado em dias não consecutivos, dado a questões de ordem financeira, logística e adequação de agenda dos entrevistados. Realizou-se, então, um total de 35 dias de imersão em campo, assim distribuídos: cinco dias em abril de 2022, quando foi possível realizar

um *survey* (Babbie, 2003, p.33), na condição de um primeiro “mecanismo de busca”, e dialogar informalmente com representantes do poder público municipal (Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Educação) e representante da Associação de Usuários da RESEX-Mar Mocapajuba (AUREMOCA), além de poder realizar as primeiras observações de caráter mais científico (considerando que este autor já tinha conhecimento prévio da área de estudo por exercer suas funções laborais no município entre os anos de 2013 a 2017); e os outros 30 dias foram intercalados entre os meses de abril de 2023 a junho de 2024.

Em meio à execução da pesquisa de campo aplicaram-se as entrevistas semiestruturadas e um questionário, bem como, diálogos informais foram realizados no sentido de fornecer uma visão aproximativa do problema pesquisado (Gil, 1999). O público-alvo das entrevistas divide-se estrategicamente em três principais categorias: 1. Membros do Conselho Deliberativo (MCD), entre titulares e suplentes, no intuito de se compreender melhor os processos de tomada de decisão na RESEX-Mar, uma vez que o CONDEL é a instância democrática de maior poder decisório para a UC; 2. Residentes em Comunidades de Fronteira (RCF), são habitantes que residem na área fronteira aos limites da RESEX-Mar, na intenção de se tentar mensurar qualitativamente como que está a vazão ou a capilaridade das tomadas de decisão em prol da UC; e 3. Residentes em Área Central (RAC) da sede municipal, com o objetivo também de se tentar mensurar qualitativamente como que ocorre a vazão ou a capilaridade das tomadas de decisão em prol da UC – com a diferença de que esse público, em hipótese, não teria os mesmos interesses ou engajamentos nas questões que envolvem Mocapajuba, uma vez que suas relações com o ambiente são de caráter mais urbanocêntricos.

A faixa etária dos entrevistados ficou entre 24 a 68 anos. Realizaram-se 30 (trinta) entrevistas semiestruturadas, sendo 20 (vinte) formais com gravação e 10 (dez) informais, sem gravação. As 20 (vinte) que foram devidamente gravadas em arquivos de áudio totalizaram 12 horas, 10 minutos e 13 segundos de registros orais e foram assim computadas: 09 (nove) MCD, 09 (nove) RCF e 2 (dois) RAC. Todos os entrevistados formais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentado e minuciosamente explicado antes de se iniciar o diálogo investigativo. Os áudios das gravações tiveram os principais trechos transcritos para compor as argumentações que solidificam esta tese e são apresentados ao longo do texto no formato de citação direta ou em quadros que compilam as narrativas. A autoria das falas se dá no formato de sigla, de acordo com a categorização acima detalhada (MCD, RCF ou RAC) seguido de sua idade e de seu gênero. Isso para garantir o compromisso ético de resguardar a real identidade de quem está tecendo as argumentações, considerando todas as nuances e particularidades que envolvem situações conflituosas entre os sujeitos e instituições

ligados ao território estudado. Do público entrevistado formalmente, 08 pessoas são do gênero feminino e 12 do gênero masculino. Do público entrevistado informalmente, uma pessoa é do gênero feminino e nove do masculino.

É bom ressaltar que a entrevista semiestruturada tem como característica um roteiro com perguntas abertas e é indicada para estudar um fenômeno com uma população específica. Deve existir flexibilidade na sequência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o entrevistador pode realizar perguntas complementares para entender melhor o fenômeno em pauta (Manzini, 2012). Nesse sentido, indicam-se os questionamentos orientadores na perspectiva da garantia de um diálogo aberto para buscar identificar e compreender como e quais os elementos de territorialidade e de governança estão articulados e até que ponto favorecem a vivência da felicidade na UC averiguada:

- Como que ocorreu todo esse movimento para que fosse constituída uma Reserva Extrativista aqui?
- Você acha que está havendo algum tipo de melhoria no ambiente?
- Por que é importante todo esse movimento de proteção do ambiente?
- Como que você vê essa questão da juventude? Eles desejam aprender toda essa vivência de pescador (a)/extrativista?
- Como que o Órgão Gestor federal estabelece o diálogo com as comunidades locais?
- Quais os principais desafios ou ameaças a todo esse processo de proteção na RESEX-Mar?
- Você consegue perceber a atuação de outras organizações, empresas ou instituições nesse processo? Se sim, como isso ocorre?
- As expressões culturais locais evocam as particularidades do mangue ou da maré?
- O que você espera ou deseja para o futuro de Mocapajuba?

Os primeiros contatos com os entrevistados foi estabelecido a partir de diálogos e aproximações iniciais com lideranças extrativistas locais propiciados desde fevereiro de 2022, quando da participação no I Workshop Caminhos para Efetividade do Território, liderado pela ONG Rare Brasil. Ali, possibilitou-se também tecer articulações com representantes do ICMBIO, da Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM), Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), pesquisadores vinculados às instituições de Ensino Superior (IES), entre outras instituições.

É válido destacar que o prédio da Colônia de Pescadores Z4 (e a própria instituição em si) funcionou como ponto de apoio extremamente estratégico, pois era dali que se projetavam as visitas às comunidades e elencavam-se os extrativistas a serem entrevistados. Foi um processo extremamente ético e cuidadoso, um verdadeiro exercício de gestão do estranhamento e da desconfiança, tanto do pesquisador quando dos interlocutores. Assim, uma vez realizadas as devidas apresentações e elucidações prosseguiu-se com o roteiro acima, mas antes, coletaram-se informações iniciais, tais como: nome, data de nascimento, tempo de residência local, formação ou escolaridade e a atuação profissional (ou não) no momento.

A partir de então, o diálogo se estendia por no mínimo 25 minutos, incorporando-se o exercício do olhar e do ouvir atentos, como propõe Oliveira (2000), atos por meio dos quais se busca interpretar a sociedade e a cultura do outro em sua verdadeira interioridade, em que o processo de conhecer depende e, sobretudo, revela-se no mundo cultural dos sujeitos (Trivinõs, 1992). Logo, esse contato dialógico e essa liberdade dada para proferir até os próprios sentimentos dos interlocutores fortaleceram a estrutura da pesquisa.

No processo de entrecruzamento dos dados das entrevistas com a hipótese da demarcação da felicidade, é mister notar que não há uma pergunta direta sobre. Como será visto, as estruturas de articulação das argumentações dos entrevistados permitem conferir se há ou não felicidade no ambiente/território. Embora a pergunta “O que você espera ou deseja para o futuro de Mocapajuba?” tenha sido planejada com essa intenção, inúmeras vezes, durante as narrativas, os entrevistados demarcavam a felicidade antes de ser feito tal questionamento. Portanto, tal constructo encontra-se como um resultado proveniente das vivências dos sujeitos, passível de ser detectado a partir de suas falas, pelas quais proferem suas “histórias de vida” (Boni e Quaresma, 2005).

Em relação ao questionário, ele foi aplicado a 124 estudantes da Escola Estadual de Ensino Médio Osvaldo Brito de Farias, na faixa etária entre 15 a 19 anos. Era formado no total por 15 itens, sendo os sete primeiros voltados basicamente à identificação do alunado. Logo, as análises que seguem incumbem-se de explorar apenas os itens de 8 a 15. Dos 124 questionários entregues, 110 foram devolvidos preenchidos, parcial ou totalmente, e o restante (14) foi descartado. Assim, a amostra da pesquisa via aplicação de questionário é de 110 estudantes, sendo 40 matriculados no primeiro ano, 30 no segundo e 40 no terceiro ano do Ensino Médio.

Como há itens de respostas abertas (discursivas) muitos redigiram em suas argumentações mais de um elemento ou estrutura relativa ao saber ambiental (Leff, 2015), e alguns também não responderam, mesmo que tenham devolvido o questionário e se predisposto

a colaborar com a pesquisa. Assim, a amostragem para cada item analisado também varia de acordo com a própria tabela de análise dos dados.

Nos quadros relativos às interpretações dos itens do questionário utilizou-se alguns elementos de coerência para facilitar uma análise de dados mais adequada. Esses elementos de coerência são: Estrutura de Argumentação e Padrões Temáticos. A Estrutura de Argumentação trata basicamente da ideia central, daquilo que o estudante escreveu em seu texto. Daí, estabeleceu-se uma síntese frasal que corresponde à centralidade da resposta dada. Por sua vez, os Padrões Temáticos foram os elementos de coerência criados para aproximar os elementos textuais da Estrutura de Argumentação no intuito de compor uma certa unidade temática. Isso permite visualizar melhor o que o estudante pretendeu informar, conhecer um pouco do seu repertório lexical e, inclusive, atuar melhor politicamente nas demandas que eles levantam.

Este instrumento é de tipo misto, ou seja, apresenta tanto questões abertas (cinco no total), que exigem uma resposta de construção textual subjetiva ampla, e questões fechadas (três no total) que sinalizam algumas opções pré-estabelecidas e permitem mensurar algo mais específico. A intenção primordial foi de coletar dados que apontem para: 1. O reconhecimento da existência de uma RESEX-Mar no município, entre o público jovem; 2. O interesse deste público na continuidade das práticas e saberes extrativistas; 3. Práticas cotidianas alinhadas à conservação ou preservação ambiental; 4. O entendimento sobre a importância da preservação ou conservação do ambiente; e 5. Os anseios para o futuro, do ponto de vista ambiental local.

É pertinente notar que houve comunicação inicial com a direção da escola para efetivar a aplicação do questionário. Após autorização, pôde-se adentrar em cada uma das nove salas de aula que atendem aos estudantes, explicar o que iria ocorrer, a finalidade e os usos de tal coleta de dados e a voluntariedade do processo (não era obrigatória a adesão). Cada participante tinha até 20 minutos para responder à pesquisa. Toda essa dinâmica de coleta ocorreu em uma manhã e uma tarde.

Após realizado tal procedimento, sistematizaram-se as respostas. A tabulação das perguntas fechadas foi feita com o auxílio do programa Microsoft Excel, bem como, a geração dos respectivos gráficos e quadros. Na organização da tabulação das respostas abertas, leu-se atentamente a cada um dos textos elaborados pelos participantes, agrupou-se tais redações por padrões temáticos de acordo com a estrutura de argumentação tecida e conjecturaram-se as devidas análises presentes no capítulo dos resultados desta pesquisa. Aqui houve também o auxílio do Microsoft Excel para compor as aproximações temáticas e visualizar melhor as relações entre os textos.

Foram gerados dois mapas. Um de localização da área de estudo e outro que retrata um pouco mais de perto o ecossistema manguezal e sua relação com a (re)produção da vida em Mocapajuba e São Caetano de Odivelas. Registros imagéticos foram capturados da realidade observada em campo para melhor contribuir na identificação, análise e compreensão do imaginário local, das sensações e mesmo das realidades materiais locais (Simonian, 2007). Nesse contexto, pelo que se coletou durante as pesquisas de campo, principalmente nas entrevistas, o marco temporal da pesquisa fica estabelecido entre 1999 a 2024.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

2.1 Territorialidade(s)

Ao conceber teoricamente que a territorialidade é a expressão de poder que eclode das conjecturas políticas, econômicas, culturais e ambientais de cada indivíduo ou coletividade, materializando-se (ou não) no espaço geográfico, faz-se pertinente esclarecer que esta é qualidade intrínseca ao território. Nesse sentido, em uma das considerações feitas por Haesbaert (2013) há uma diferenciação teórica entre território e territorialidade. Territorialidade ganha, portanto, horizontes mais amplos que território, mas sempre prenunciando cautela quanto a sua condição genérica para a existência de um território, tenha ele existência efetiva ou não, ou se está vinculado à dimensão simbólica ou “vívda” do território.

É nítido, para o autor supracitado, a qual concepção este poder está vinculado. Trata-se basicamente de uma definição relacional assentada nas considerações de Foucault que vê em toda relação social uma relação de poder, sendo o poder não apenas mediador, mas constituinte, indissociável, que abre margem para uma abordagem das dimensões simbólicas, de qualquer relação social. Nessa perspectiva, afirma-se que tal concepção de poder é anti-estruturalista porque somente é possível compreender o poder na indissociabilidade entre suas dimensões mais estritamente políticas, econômicas e simbólicas. Enfatizam-se, portanto, dimensões e não estruturas. Ele afirma ainda que, em se tratando de um conceito polissêmico, uma definição fechada e não dialógica com o que a própria epistemologia deste conceito já trouxera seria algo eminentemente descontextualizado do real.

Contudo, nesse processo, é importante tecer uma diferença conceitual e epistemológica em relação ao espaço geográfico. Em primeiro lugar, considera-se o espaço geográfico como o objeto de estudo central da Ciência Geográfica, de acordo com Santos (2008).

Na realidade, o corpus de uma disciplina é subordinado ao objeto e não o contrário. Desse modo, a discussão é sobre o espaço e não sobre a geografia; e isto supõe o domínio do método. Falar em objeto sem falar em método pode ser apenas o anúncio de um problema, sem, todavia, enunciá-lo. É indispensável uma preocupação ontológica, um esforço interpretativo de dentro, o que tanto contribui para identificar a natureza do espaço, como para encontrar as categorias de estudo que permitam corretamente analisá-lo.

Essa tarefa supõe o encontro de conceitos, tirados da realidade, fertilizados reciprocamente por sua associação obrigatória, e tornados capazes de utilização sobre a realidade em movimento [...] O desafio está em separar da realidade total um campo particular, susceptível de mostrar-se autônomo e que, ao mesmo tempo, permaneça integrado nessa realidade total [...] O

mundo é um só. Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. (Santos, 2008, pp. 18-19)

Pelas proposições acima, é a técnica quem funciona como método unitário capaz de produzir espaço, pois, é o principal mecanismo que estabelece a relação entre a sociedade e a natureza, uma vez que as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. E quando se refere ao encontro de conceitos na realidade, pode-se, então, compreender que o território, enquanto produto das relações de poder forjados pela sociedade é uma construção concomitante a do espaço.

Para esclarecer o que pode ser chamado aqui de aproximação conceitual entre espaço e território na episteme geográfica, Saquet (2009) explana que o espaço geográfico corresponde ao ambiente que é, por sua vez, metaforicamente, entendido como Terra. O espaço-ambiente é construído pelas forças políticas e do mercado, gerando o território. Há uma interrelação dialógica/dialética entre espaço e território, na qual o território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades, diferenciando-se a partir de três características principais: as relações de poder, as redes e as identidades.

A reforçar a condição relacional entre espaço e território Haesbaert (2013) assegura que, embora não equivalentes, estes nunca poderão ser separados, já que sem espaço não há território. Desse modo, a concepção de território que o autor traz é de uma dimensão espacial que se revela em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico-políticos. É também um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos, bem como assume um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista); e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros) manifesta os processos de desterritorializações e (re)territorializações dados no espaço, em variadas escalas.

Em interpretação de Raffestein (1993, p. 29) o espaço geográfico é uma “prisão original” e o território é produto da ação humana sobre esta prisão fundante. Para o autor, é imperativo entender como o espaço está em posição que antecede o território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que imprime seus direcionamentos sociais em qualquer nível. Direcionamentos esses que partem da apropriação concreta ou abstrata (dimensão simbólica) de um espaço, inaugurando, então, o processo chamado de “territorialização”.

Já para Claval (1999), o território é uma aposta entre poderes, disputado, apropriado, ameaçado, povoado, explorado; ele integra uma dimensão natural (base material), uma dimensão sociopolítica (sistemas de controle e apropriação) e uma cultural que expressa a carga simbólica de grupos ou indivíduos que nele capturam uma parte ou a totalidade de sua identidade. Segundo este autor, a construção das identidades está intimamente ligada à organização territorial e à maneira como é percebida por quem é responsável por essa organização ou a experimenta.

Dentro dessa análise, o território é entendido como um espaço de identidades no qual o sentimento é a sua base, onde a forma espacial importa muito pouco, pois essa é amplamente dinâmica. É parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento (Bonnemaison, 2002; Claval, 2002; Medeiros, 2009). Este possui significado biológico, econômico, social e político, mas na sua expressão mais humana representa um lugar de mediação entre homens e sua cultura. Deste modo, toda cultura se relaciona, para além de um discurso, em uma forma de territorialidade “[...] compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira” (Bonnemaison, 2002, p. 99). Segue-se daí que um território é coisa bem diferente de um espaço fechado, protegido por uma fronteira, com limites físicos ou políticos somente. No fundo, ele é muito mais um “núcleo” do que uma muralha e um tipo de relação afetiva e cultural com uma terra, antes de ser um reflexo de apropriação ou de exclusão do estrangeiro.

Com um apelo característico à dimensão política, em Souza (2006, p. 78) o território é “[...] espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]”, funcionando como instrumento de exercício do poder de um grupo, uma vez que o poder é uma propriedade coletiva. Por isso, os territórios que são primordialmente relações sociais projetadas no espaço, e mais que espaços concretos, podem formar-se e dissolver-se em tempos curtos, originando o que o autor chama de territorialidades flexíveis ou móveis. E quando analisadas as dimensões política e cultural da sociedade o território assemelha-se a um “campo de forças”,

[...] uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders), (Souza, 2006, p. 86).

Sem embargo, não apenas o que existe, quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não coincidentes, como, ainda por cima, podem existir

contradições entre as diversas territorialidades por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes. Nesse contexto, as superposições são reflexos de descontinuidade territorial que estabelecem redes constituídas de “nós” e “arcos” os quais representam a funcionalidade e o poder de articulação entre *stakeholders* na realização de um objetivo. Quanto mais fortalecidas, sob o aspecto da “autonomia”, tais redes, mais os grupos envolvidos tendem a alcançar o desenvolvimento (Souza, 2006, p. 88).

No que se refere ao conceito de territorialidade, Haesbaert (2014) indica que esse é visto como a qualidade simples de ser território e, muitas vezes, é concebido em um sentido estrito como a sua dimensão simbólica. No entanto, tais territorialidades se apresentam com o sentido de pertencimento, uso e vivência em um recorte do espaço, ou do território, e que na atualidade se expressam mais em rede (lógica reticular), com a compressão do espaço pelo tempo, do que em zonas contíguas (lógica areal). Perfazendo-se, assim, a configuração de multiterritorialidades pela possibilidade existente na globalização de se poder estabelecer processos de apropriação em pontos distantes do espaço e envolvendo escalas diferentes.

Como visto, a territorialidade apresenta nuances de materialidade e imaterialidade em cada contexto social, histórico e geográfico. Por isso, ela é plural e extravasa muitas vezes os limites legislativos de um território. Nessa perspectiva, Saquet (2009) define que há territórios e territorialidades sobrepostos e em redes. Os territórios e as territorialidades humanas são múltiplos, históricos e relacionais. Há, em cada território, tempos históricos e tempos coexistentes (ritmos) presentes, em unidade, a mesma unidade da relação espaço-tempo e da relação ideia-matéria. A territorialidade corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada.

Com pressupostos semelhantes, Corrêa (2001, p. 25) define a territorialidade como o “[...] conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um dado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas”. Assim, a diversidade de agentes e práticas sociais presentes no espaço pode gerar a alternância e/ou sobreposição de diversas territorialidades, fazendo do território um campo de forças onde se interpolam interesses comuns, divergentes e conflitantes. Essa dinâmica determina modos diversos de uso e apropriação do território, o que envolve grupos sociais múltiplos e, na interpretação de Canto *et al.* (2018), funciona como uma construção relacional moldada pelos conflitos que lhe dão vida e capacidade de mudança. Em outros termos, em se tratando de território ou de territorialidade não há como desviar-se de uma análise sobre conflitos.

É o que Pimentel e Ribeiro (2016) reforçam em seu artigo sobre populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. Para estes autores a sociedade moderna separa a humanidade da natureza e potencializa as relações comerciais tendo o próprio território, e suas relações, como mercadoria. No entanto, salientam que para as populações tradicionais a percepção do território se faz numa perspectiva integrada que considera as dimensões social, política, econômica e cultural, nas quais as identidades e valores simbólicos e afetivos constituem seus territórios e territorialidades.

Portanto, tem-se nas análises das territorialidades envolvidas num processo de governança em UC a possibilidade de melhor compreensão da realidade vivida e potencializa uma melhor tomada de decisão que respeite ou garanta os interesses das comunidades extrativistas locais que prioriza a manutenção e perpetuação dos recursos necessários à sobrevivência da própria natureza e da espécie humana.

2.2 Governança(s)

A literatura sobre o conceito de governança é ampla. Ribeiro (2015) organiza em sua tese uma tipologia conceitual que abarca este conceito em quatro categorias e suas respectivas qualidades ou enfoques:

- a) Governança pública: extremamente burocrática e com viés autoritário, na qual o processo de tomada de decisões é dado de cima para baixo sem considerar particularidades locais.
- b) Governança corporativa: ditada pelo mercado, é extremamente oportunista, atende a demandas mais sociais em casos filantrópicos.
- c) Governança comunitária: baseada em relações de confiança e de solidariedade, é característica de organização social dada de baixo para cima e foca o interesse coletivo na tomada de decisão.
- d) Governança em parceria: baseada na articulação entre Estado, Mercado e Sociedade Civil organizada foca na resolução de problemas com viés um pouco mais democrático.

O mesmo autor considera que esse conceito se refere às atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas. Não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências. Abrange, portanto, as instituições governamentais, bem como mecanismos informais, de caráter não governamental, que fazem com que as pessoas e as

organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas.

Câmara (2011), apresenta uma leitura extensa e aprofundada sobre os mais variados conceitos já publicados sobre governança, evidenciando inclusive definições por parte de organismos internacionais, tais como: o Banco Mundial (BM), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), o Instituto de Governança de Ottawa (IGO), Comissão sobre Governança Global (CGG), Secretário Geral da ONU Kofi Annan, Instituto Internacional de Ciências da Administração (IIAS) e o Instituto de Tecnologia de Tóquio (ITT). E avança destacando elementos centrais que compõem tais descrições:

A maneira pela qual o poder é exercido para o controle do uso de recursos econômicos, sociais e naturais; a instituição de leis e regras que definem como o poder é exercido numa sociedade, fortalecendo a democracia e a participação da sociedade no processo decisório, envolvendo transparência e capacidade institucional; arranjos formais e informais na relação Estado/sociedade; formulação e implementação de políticas públicas, direitos e deveres civis; e Administração Pública. (Câmara, 2011, p. 67)

No sentido de ampliar tais considerações, ao definir-se o conceito de governança, de acordo com Heidemann (2014, p. 35), tem-se: “[...] o modo pelo qual são tomadas as decisões na sociedade e ao modo como os cidadãos e grupos interagem na formulação de propósitos públicos e na implementação de políticas públicas”. Essa interação requer contatos ou trocas de informações entre os grupos, internos externos, interessados em promover melhorias em um espaço. E, a dialogar com Jacobi, Gunther e Giatti (2012), a noção de governança é apoiada no conceito de poder social que media as relações entre Estado e sociedade civil, como espaço de construção de alianças e cooperação permeado por conflitos que decorrem do impacto das assimetrias sociais e seus reflexos no meio ambiente e das formas de resistência, organização e participação dos diversos atores envolvidos.

Na leitura de Buarque (2002), quando trata da questão do desenvolvimento local sustentável, ele aponta que este resultado somente é alcançável a partir da interação e sinergia entre qualidade de vida, relacionada a redução da pobreza (geração de riqueza e distribuição de ativos), a eficiência econômica (relacionada a agregação de valor na cadeia produtiva) e a gestão pública eficiente. São elementos intrínsecos nesse processo: a governança, transbordando da base econômica para as finanças e os investimentos públicos; a organização da sociedade, orientando as políticas e os investimentos públicos locais; e a distribuição de ativos sociais, assegurando a internalização da riqueza e os desdobramentos sociais da

economia. Como visto, a discussão sobre governança é imprescindível em qualquer movimento de tomada de decisão de modo a qualificar o futuro de um território.

Governança que, para Catala (2001), verte-se em uma perspectiva analítica e outra normativa. Pelo viés analítico, governança implica um marco conceitual que capta os arranjos institucionais da sociedade e a sua gestão por atores relevantes. Do ponto de vista normativo, a governança apresenta-se em uma dimensão moral dos atores para melhorar as estruturas institucionais existentes com foco na capacidade de resolução das problemáticas de ação coletiva. Cabe ressaltar que este autor se utiliza do termo “ator estratégico” para aludir a todo indivíduo, organização ou grupo com poderes suficientes para impedir ou perturbar o funcionamento das regras ou procedimentos para as tomadas de decisão e de solução de conflitos coletivos.

Em Matus (1989) depreende-se que para governar é necessário articular constantemente três variáveis do chamado “triângulo de governo”, quais sejam: o projeto de governo, a capacidade de governo e a governabilidade do sistema². Ele estabelece a governança como uma tríade sinérgica que conjuga governo, sociedade civil organizada (ou não) e mercado (iniciativa privada), pois são estes os atores estratégicos que, em suma, interferem diretamente nos processos de tomada de decisão no e pelo território, em especial, nos casos de UC. Assim, a governança pode ser vista como um padrão ou estrutura que emerge de um sistema sociopolítico como resultado de esforços de interação de todos os atores envolvidos, restando saber, neste jogo de interesses, quem ou qual grupo é o maior beneficiado.

Dentro do que propõe Catala (2001), há uma diferença conceitual entre governança e governabilidade. A governança se traduz em ações, naquilo que de fato foi implementado pelas instituições políticas (sem esquecer que o sujeito já é um ente político, e isso implica uma análise nas mais diferentes escalas de interpretação da realidade), enquanto a governabilidade é o esforço sistêmico dos processos que antecipam e acompanham as ações efetivas da governança e seus devidos resultados. Ainda segundo o autor, um sistema social é satisfatório quando este é estruturado socio-politicamente de modo que todos sejam atores estratégicos, interagindo para tomar decisões coletivas e resolver conflitos sob um sistema de regras. Por sua vez, a governança, e seu caráter democrático, é dada somente se a resolução de conflitos entre

² Em síntese, o projeto de governo é um conjunto de propostas de ação. A governabilidade refere-se a possibilidades de ação, ou a relação entre as variáveis que um ator (estratégico) controla e não controla no processo de governo, em outras palavras, quanto mais variáveis decisivas são controladas, maior a liberdade de ação e maior a governabilidade do sistema. E a capacidade de governo define-se como a capacidade para gerar e controlar ações que é traduzida em acervo técnico, métodos, destrezas e habilidades de um ator e sua equipe de governo para conduzir o processo social rumo a objetivos declarados, dados a governabilidade e o projeto de governo.

as partes interessadas seja construída num sistema de regras estratégicas que englobe a participação efetiva de todos, igualdade de votos e a compreensão consciente. Desse modo, a satisfação desses padrões exige um sistema institucional que assegure eleições livres, justas e frequentes, garanta a liberdade de expressão e autonomia associativa e inclua a cidadania à todos.

Nesse horizonte, atualmente os governos estão envoltos num processo de política pública com atores diversos, como empresas de mercado, associações e organizações sem fins lucrativos e cidadãos em geral. E, num cenário complexo de desenvolvimento, é mister compreender que a governança pode ser edificada dentro de uma nova racionalidade: a ambiental. Nesta, a sustentabilidade é ampla e abarca a relação sociedade e natureza, mas permite pensar o princípio da identidade, da diversidade e da pluralidade do outro (Vitte, 2009). Logo, em consonância com c, a governança ambiental tem como objetivo integrar a diversidade de sistemas de gestão, incluindo grupos sociais e sistemas ecológicos.

Um ponto que exige nitidez se faz pertinente quando da utilização do termo gestão. Este refere-se a administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista necessidades imediatas (Souza, 2022). Para outros termos, passíveis de má interpretação, como governo, governabilidade e governança pode-se iluminar: a) governo, tem relação com a estrutura política de um determinado território; b) governabilidade, é a capacidade social para enfrentar positivamente os desafios e oportunidades que se expõem em um determinado tempo (Catala, 2001); e c) governança, são as articulações entre os atores ou sujeitos que se dão no processo que antecipa a tomada de decisão.

Outro ponto necessário é quanto a utilização dos termos “sujeitos” e “atores”. O primeiro refere-se a dimensão individual do próprio pensar e agir do ser; e o segundo ganha uma dimensão mais coletiva porque compreende-se que, em vista dos processos de transformação social e territorial, as tomadas de decisão precisam ser resultados do compartilhamento de ideias com a outridade (Leff, 2003) com foco no Bem Viver de todos. Dito de outro modo, o sujeito como dimensão do indivíduo e o ator como dimensão de caráter mais institucional, portanto, coletivo.

De acordo com Pinheiro (2019), é possível definir a governança como toda a interação pública ou privada que é apresentada enquanto solução para os problemas da sociedade mediante o desenvolvimento da economia e da capacidade de propiciar melhores oportunidades sociais para as pessoas, incluindo as formulações e aplicações de princípios orientadores dessa interação e dos cuidados com as instituições envolvidas no processo.

Na tentativa de aprofundar a dimensão ambiental da governança observa-se que tal discussão ganha maior robustez teórica e empírica especialmente a partir da década de 1990 quando da realização da ECO-92, na cidade do Rio de Janeiro, e a publicação de seu principal documento conhecido como Agenda 21, no qual o capítulo 8 (oito) versa sobre “Integração entre Meio Ambiente e Desenvolvimento na Tomada de Decisões”. Assim, ao longo do tempo, vários autores expandem a literatura tanto no que diz respeito ao conceito em si quanto à avaliação sistemática dos mecanismos de gestão e de governança existentes (Pinheiro, 2019; Câmara, 2011). E, nesse ínterim, BID e WJP (2020) sinalizam que a governança ambiental compreende um amplo conjunto de objetivos e abordagens para a tomada e implementação de decisões relacionadas com o meio ambiente. Na práxis, é o sistema e os processos pelos quais os insumos ambientais – como alocações de orçamentos e números de fiscais – são traduzidos em resultados ambientais, tais como ar e água limpos. Isso inclui mecanismos que asseguram o cumprimento e a aplicação de leis ambientais, bem como práticas destinadas a melhorar resultados ambientais específicos.

Como objetivo maior de uma “boa governança” (Simoni *et al.*, 2013, p. 56), a noção de qualidade de vida deve ser melhor abordada, pois, “[...] Se o alcance da qualidade de vida for um objetivo do planejamento e da gestão, é preciso vincular ao conceito necessidades que possam ser satisfeitas por políticas públicas” (Vitte, 2009, p. 91). É um conceito que lida com interpretações subjetivas, embora um fim comum seja o *Buen Vivir* individual e coletivo, podendo ser traduzido em “felicidade” (Cavalcanti, 2013; Cechin, 2010; Fuscaldo e Urquidi, 2015; Vitte, 2009).

Dentro de um aporte mais geográfico, Dallabrida (s/d) *apud* Fuini e Pires (2009) salienta que o termo governança territorial se refere às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais. Assim, definem-se alguns elementos da governança territorial: dinâmica territorial – como um conjunto de ações em vista do desenvolvimento/tomada de decisão; bloco sócio-territorial – são as lideranças ou atores envolvidos nesse processo; concertação social – trata-se de procedimentos voluntários de conciliação e mediação de forma descentralizada; redes de poder – são as articulação endo e exógenas que fortalecem a estrutura de governança; e pactos sócio-territoriais – acordos ou ajustes da concertação social relacionado a um projeto de desenvolvimento futuro (Fuini e Pires, 2009).

A estrutura de governança territorial é contextual. Os atores locais entram em relação e concebem instituições que os representem, além do próprio ambiente institucional pré-

existente. Configura-se em torno de esquemas diversos (arranjos locais, comitês, circuitos), podendo ser uma governança de tipo variável, entre o público e o privado. Nessa tessitura buscar-se-á mobilizar recursos territoriais locais que atendam aos objetivos de se incrementar a tomada de decisão sobre o território.

Em todo esse sistema, as relações entre atores, instituições, governança, recursos e desenvolvimento territorial são continuamente alimentadas por fluxos comerciais, políticos e de informações, concebendo, portanto, um mecanismo aberto sujeito às modificações por qualquer uma de suas partes (*feedback*) e refratário às inovações e estímulos concorrenciais oriundos de fora ou de dentro do sistema. (Fuini e Pires, 2009, p. 303)

Nessa direção, via decisões coletivas, pode-se lançar mão de estratégias que resultem em “parar de crescer economicamente”, alcançando um chamado nível estacionário (Jackson, 2013). Isso no intuito de garantir uma “prosperidade” pautada na eliminação da fome e da falta de moradia, do fim da pobreza e da injustiça, da esperança de um mundo seguro e pacífico. Enfim, reconciliar as aspirações por uma boa via com as reservas de um mundo finito.

2.3.1 Progresso, desenvolvimento ou sustentabilidade? Para onde (en)caminha(r) a flecha do tempo?

Por meio das arguições levantadas sobre o que vem a ser governança depara-se com um vínculo, desde sua origem, com tomadas de decisões que dialogam intensamente com a economia de mercado, com um sistema econômico eurocêntrico, do chamado sistema-mundo moderno-colonial, que impõe as suas decisões de desenvolvimento (econômico) aos territórios ditos subdesenvolvidos (Porto-Gonçalves, 2006). E numa tese onde se defende a possibilidade de “imaginar outros mundos” (Acosta, 2016) essa vinculação ao mercado como orientador do “futuro comum das gerações” (Comissão, 1991) precisa ter seus laços enfraquecidos. Logo, as argumentações tecidas neste tópico servem para demarcar uma contraposição a todo empreendimento que vise desenvolver um território sem considerar os saberes locais ou endógenos, mas que compreende as esferas de governança como estratégicas para melhor tomar decisão com vistas à felicidade.

Isso porque histórica e geograficamente esse processo se dá de modo incoerente, em vários aspectos, mas principalmente no que diz respeito ao não reconhecimento da necessidade urgente da conservação ou preservação dos recursos naturais para manter a própria humanidade viva *ad infinitum*. Krenak (2020, p. 9) salienta que a questão não é almejar o bem-estar (ocidental), como anseio das políticas de desenvolvimento implementadas exogenamente –

pois, está apoiado em uma ideia de que a natureza está aqui para ser consumida, e mesmo que se faça de maneira consciente e cuidadosa, possui uma ontologia, que separa humanidade do ente natureza –, mas, sim, o Bem Viver: “O Bem Viver pode ser a difícil experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver. É um equilíbrio, um balanço muito sensível e não é alguma coisa que a gente acessa por uma decisão pessoal [...]”.

Nessa direção, é bom destacar que a própria palavra “desenvolvimento”, isoladamente, recorre de modo súbito a uma assimilação cognitiva de outro termo: “crescimento”. Isso não somente em dicionários da língua portuguesa, mas direta ou indiretamente em produções científicas, como as de Buarque (2002), Sachs (1993), Souza (2002), Porto-Gonçalves (2001), mesmo que as pretensões de um ou outro autor supracitado sejam desvincular tal entendimento. Nesse contexto, é importante compreender os usos, ou práticas, relacionadas ao desenvolvimento, o que também já pressupõe um movimento de mudança.

Pode-se antecipar que essa mudança é de ordem social e, como será visto, ambiental. Logo, trata-se de uma transformação resultante da relação entre sociedade e natureza na qual as posturas políticas e econômicas são imprescindíveis na constituição do espaço geográfico e, em consequência, do território. Em síntese, desenvolvimento significa mudança, transformação, alteração, modificação, dada na conjuntura socioespacial inerente à humanidade, restando saber até que ponto tais (re)configurações beneficiam ou prejudicam o quê e a quem.

Em termos muito singelos e puramente introdutórios, pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas, igualmente, a espacialidade. (Souza, 2002. p. 61)

Isso posto, estabelece-se o contraponto entre desenvolvimento e subdesenvolvimento dado pela tendência estrutural no modo de produção capitalista de concentrar a renda. Assim, desenvolvimento e subdesenvolvimento são frutos de situações históricas distintas. São, portanto, expressões da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial, o qual dispõe territorialmente países centrais industrializados de um lado (ou ao norte), e periféricos (não industrializados ou em industrialização) de outro (ao sul), (Porto-Gonçalves, 2006).

A questão do imediatismo no retorno do investimento de capital em uma determinada atividade produtiva põe em xeque a relação da sociedade com o ambiente. Isso porque o desenvolvimento depende do equilíbrio ambiental. Aliás, a dialogar com Sachs (1993), a

sustentabilidade não tem somente a dimensão econômica. E, com efeito, possibilita também progressos sociais, ecológicos, espaciais e culturais.

A sustentabilidade social, na concepção do autor, está assentada na permanência de uma sociedade boa, com equidade maior na distribuição de renda e de bens. No âmbito econômico, deveria existir uma alocação e gerenciamento mais eficientes de recursos e fluxos constantes de investimentos públicos e privados. Na dimensão ecológica, é importante minimizar incisivamente os danos ao meio ambiente, tais como, limitar o consumo de combustíveis fósseis, conservação energética e reciclagens, uso de tecnologia com baixo teor de resíduos e consolidar normas de proteção ambiental. Na dimensão espacial, deve-se priorizar uma configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. E no aspecto cultural dá-se ênfase no que ele chama de ecodesenvolvimento, com continuidade de processos endógenos de mudança ou modernização.

No âmago das discussões sobre desenvolvimento onde são projetados modelos pelos quais a ideia de progresso e crescimento econômico imposta de cima para baixo são elementos centrais, alijando ou desrespeitando as potencialidades locais, ganha força o conceito de desenvolvimento local ou endógeno. Tal endogenia tem origem na década de 1970 e ganha força na década de 1990 devido ao conhecimento das causas da variação dos níveis de crescimento das diversas regiões e territórios. Não obstante, estes apresentam as mesmas condições em termos de fatores produtivos, como capital financeiro, mão de obra ou tecnologia.

O desenvolvimento endógeno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas do território, visando a consolidação de um desenvolvimento genuinamente local e criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas (Moraes, 2003). Pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento centrado nas comunidades locais, rurais e urbanas. Essas poderão passar a desenvolver estratégias e criar ou captar meios para implantar processos permanentes de mobilização, organização e internalização de capacidades, competências e habilidades da comunidade.

É originário da mobilização de forças sociais solidárias e inteligentes quando a comunidade se transforma no próprio sujeito do desenvolvimento no seu espaço de vida (Moraes, 2003; Vázquez-Barquero, 2002), ampliando suas margens de manobra e autonomia nas decisões a respeito de seus destinos. Assim, de acordo com Silva (2009, 2011), pode-se identificar duas dimensões no desenvolvimento endógeno. A primeira, econômica, na qual os grupos empresariais locais utilizam sua capacidade organizativa altamente produtora para se

beneficiarem dos fatores produtivos da região. A segunda, sociocultural, onde os valores e as instituições locais são a base para o desenvolvimento.

É “[...] um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos” (Buarque, 2002, p. 25). Esse processo deve, ainda:

[...] explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento demanda normalmente um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade (p. 26).

Na mesma direção, Muls (2008) apresenta o território como sujeito da ação coletiva em prol do desenvolvimento econômico local. Logo, o desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida, que se dá pela representação política honestamente comprometida.

Por sua vez, Vázquez-Barquero (2002) aponta que o objetivo do desenvolvimento endógeno é sempre buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento local procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. Já para Amaral Filho (2001) é importante destacar que o caráter endógeno desse processo não tem um sentido autocentrado na própria região ou local.

Nesse caminho, fatores propulsores podem ser vistos tanto pelo lado da endogeneização (da poupança ou excedente), como pela acumulação de conhecimento. É um processo claramente intensificado também pelo fomento das inovações e competências tecnológicas, como repercussões sobre o crescimento da produtividade dos fatores. Na escala regional, isso implica numa contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção e retenção consequente do excedente econômico gerado na economia local e/ou excedentes provenientes de outras regiões.

É por meio da solidariedade, integração social e cooperação local, que a sociedade pode ser considerada o principal agente de modernização e transformação cultural e socioeconômica num território (Boisier, 1997; Coelho *et al.*, 2009). Desse modo, no contexto da “nova lógica de participação local”, Caballero-Arias (2007) ao abordar o que chama de pós-desenvolvimento (*post-desarrollo*) vivido na Venezuela demonstra que o local tem se

convertido em um recurso heurístico com forte conteúdo político. Esse é definido e controlado por instâncias externas, entre elas o Estado, onde assume novas significações e apresenta novos cenários de produção sociocultural.

Como visto, o desenvolvimento – que para Porto-Gonçalves (2001) pressupõe uma “quebra do envolvimento original” para se abrir ao mundo e incorporar padrões de progresso, de modernidade –, por ter premissas essencialmente econômicas, acompanha nas sociedades ocidentais, em especial, a disseminação vertiginosa do modo capitalista de produção, muito intensificado a partir da Revolução Industrial na Europa. Entretanto, pelas construções analíticas de Polanyi (1980, p. 51), constata-se que anterior à época vigente “[...] nenhuma economia existiu à base das ditas leis do mercado [...]” e que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais.

De acordo com esse autor, o ser humano essencialmente não age economicamente com interesse individualista e material para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social; sua divisão do trabalho origina-se de diferenças sexuais, geográficas e de desempenho individual; e o trabalho, a terra e o dinheiro não são mercadorias. Trabalho é apenas outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda, mas por razões inteiramente diversas. Terra é somente outro nome para natureza, que não é produzida pelo ser humano e o dinheiro é unicamente símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através dos mecanismos dos bancos e das finanças estatais.

No sentido de aprofundar as incoerências acerca das ideias de desenvolvimento, Acosta (2016, p. 53) enfatiza:

Quando é evidente a inutilidade de seguir correndo atrás do fantasma do desenvolvimento, emerge com força a busca de alternativas ao desenvolvimento, ou seja, de formas de organizar a vida fora do desenvolvimento, superando o desenvolvimento e, em especial, rechaçando aqueles núcleos conceituais da ideia de desenvolvimento convencional, entendido como a realização do conceito do progresso que nos foi imposto há séculos. Isso necessariamente implica superar o capitalismo e suas lógicas de devastação social e ambiental, o que nos abre as portas ao pós-desenvolvimento e, claro, ao pós-capitalismo.

Essas portas ao “pós-capitalismo” são potencialidades que emergem ultimamente, com certo vigor, da filosofia andina do Bem Viver, e que o próprio autor retoma.

Para entender o que implica o Bem Viver, que, como vimos, não pode ser simplesmente associado ao “bem estar ocidental”, há que começar recuperando os saberes e as culturas dos povos e nacionalidades – tarefa que deveriam liderar as próprias comunidades indígenas. Isso, insistimos, não significa negar os êxitos e as mutações proporcionados pelos avanços

tecnológicos, que podem contribuir à construção do Bem Viver. Trata-se de recuperar o que já existe e de inventar, caso seja necessário, novos modos de vida dentro de determinados parâmetros que assegurem os bons conviveres. (p. 94).

Nesse processo, as tomadas de decisões engendradas via CONDEL da Resex-Mar Mocapajuba podem valer-se de todo seu arcabouço cultural, que conjuga passado (ancestralidade e cosmovisão), presente (a decisão em si) e futuro (garantias de sobrevivência), e orientar a “flecha do tempo” (Prigogine, 1996 *apud* Camargo e Guerra, 2007) a um futuro de fato sustentável (Leff, 2015). A considerar duas situações de entendimento da proposta: a primeira que Leff (2015) entende a sustentabilidade dentro de um saber ambiental que forja seu conceito de racionalidade ambiental; a segunda que “a flecha do tempo prigogiana” (Camargo, 2012, p. 168) caminha com velocidades diferentes, de acordo com o ambiente e com as variáveis (estruturas dissipativas) ali instauradas. Cabe, portanto, aos tomadores de decisões compreender as inter-relações dadas no ambiente e bem decidir pela felicidade no território.

2.3 A Felicidade e Bem Viver

No entendimento de Aristóteles (384-322 a.C.), mais precisamente em sua obra intitulada *Ética a Nicômaco* (EC), a felicidade é um bem supremo alcançável a partir da prática cotidiana das virtudes. Tais virtudes formam as qualidades do caráter do ser. Sem elas torna-se impossível a existência de uma vida ética e nem a possibilidade de uma racionalidade como condição humana. Nesse sentido, existem dois tipos de virtudes: as intelectuais e as morais. As intelectuais nos ajudam a entender as verdades eternas e imutáveis e estão relacionados ao conhecimento, à ciência e à teoria; já as morais estão ligadas aos movimentos práticos da própria reprodução da sociedade em si no cotidiano e presume coletividade. Ambas estão relacionadas.

Também se ajusta à nossa concepção a dos que identificam a felicidade com a virtude em geral ou com alguma virtude particular, pois que à virtude pertence a atividade virtuosa. Mas há, talvez, uma diferença não pequena em colocarmos o sumo bem na posse ou no uso, no estado de ânimo ou no ato. Porque pode existir o estado de ânimo sem produzir nenhum bom resultado, como no homem que dorme ou que permanece inativo; mas a atividade virtuosa, não: essa deve necessariamente agir, e agir bem. E, assim como nos Jogos Olímpicos não são os mais belos e os mais fortes que conquistam a coroa, mas os que competem (pois é dentre estes que hão de surgir os vencedores), também as coisas nobres e boas da vida só são alcançadas pelos que agem retamente (EC, 2021. p. 20)

Como visto, o pensador vincula a felicidade a coisas nobres. São, para ele, como “atividades da alma”. Assim, todo conhecimento e todo trabalho visa a algum bem, sendo o mais alto de todos os bens a felicidade: “Verbalmente, quase todos estão de acordo, pois tanto o vulgo como os homens de cultura superior dizem ser esse fim a felicidade e identificam o bem viver e o bem agir como o ser feliz” (EC, p. 9) e, ainda, “Se, pois, para as coisas que fazemos existe um fim que desejamos por ele mesmo e tudo o mais é desejado no interesse desse fim; e se é verdade que nem toda coisa desejamos com vistas em outra (porque, então, o processo se repetiria ao infinito, e inútil e vão seria o nosso desejo), evidentemente tal fim será o bem, ou antes, o sumo bem” (p. 10).

Na perspectiva aristotélica, existe, portanto, uma ética das virtudes caracterizada por atribuir aos sujeitos um processo de tomada de decisão que alcance a felicidade. Isso está posto quando a felicidade e o exercício das virtudes tratam da capacidade do ser humano em fazer acordos (aspecto moral dos fenômenos sociais) e de se chegar a soluções conjuntas para a cidade - como perceptível em outra obra desse filósofo grego (*A Política*).

As excelências, ou virtudes, humanas apenas são realizáveis na esfera da sociedade política. A cidade não é apenas uma comunidade de lugar, nem um recinto amuralhado cujo fim seja evitar a injustiça e facilitar as trocas comerciais. O fim da comunidade política é assegurar aos cidadãos a vida boa (*eu zen*). A vida boa é conforme a virtude (...) Por “vida boa” não se deve entender abundância de bens materiais que caracteriza o que correntemente se chama de a sociedade de consumo, ou mais vulgarmente a boa vida. Os elementos apresentados sublinham que a cidade é uma comunidade de homens livres para viver bem. (Henriques, 1998. p. 26)

De acordo com Henriques (1998), em *A Política* de Aristóteles resumem-se os preceitos finalista e eudemonista da ética aristotélica, quais sejam: todos aspiram a viver bem e à felicidade. Logo, toda ação humana está orientada para o bem e para a felicidade que se define como criatividade da alma dirigida pela virtude perfeita. A virtude mais humana consiste na busca do bem e da felicidade.

É válido lembrar que, no decorrer do tempo, foram vários os postulados filosóficos sobre a temática da felicidade. Dos pré-socráticos na Antiguidade deslocando o eixo da reflexão filosófica da *physis* e do cosmos para o homem e aquilo que concerne a vida do homem em sociedade (Rizzi, 2020) até a uma espécie de “esvaziamento como signo” elencada mais recentemente (Barros Filho e Karnal, 2016). No entanto, há de se conjecturar uma leitura e uma percepção mais adequadas sobre a felicidade proposta nesta tese.

A tudo que se destacou até aqui filosoficamente sobre a felicidade é essencial frisar que a felicidade experimentada na RESEX-Mar Mocapajuba compõe uma realidade objetiva

forjada por materialidades e imaterialidades. As primeiras, podem ser conferidas pelo o que se coletou de falas dos sujeitos durante a pesquisa, documentações públicas (como atas e outros textos, os quais inclusive bradam um “bem viver”) e expressões de cunho mais simbólico-cultural (a exemplo das festividades locais de modo geral). As imaterialidades tem relação com a produção, transmissão e fortalecimento dos saberes locais como um movimento central da sustentabilidade da vida nesse território. Portanto, a felicidade não é um fim em si mesmo. Ela é um construto dinâmico que retroalimenta todo o sistema ambiental complexo de Mocapajuba e seu entorno. Tal processo será esmiuçado em capítulo seguinte.

Em texto de Gudynas (2011), é estabelecida uma relação entre felicidade e bem viver, de origem andina. Bem viver como um conceito vivo atrelado à satisfação das necessidades, à conquista de uma qualidade de vida e morte dignas, ao amar e ser amado e ao crescimento saudável de todos em paz e harmonia com a natureza para o prolongamento das culturas humanas e da biodiversidade. Em seu bojo concentram-se os mais diversos saberes indígenas que apontam para uma série de virtudes, tais como liberdade, felicidade, o festejo na comunidade, a reciprocidade e o convite. Para o autor, trata-se de uma plataforma de ontologias múltiplas que combatem políticas de desenvolvimento como um processo histórico linear e exógeno, aprovam diversas formas de continuidade relacional com o ambiente (a natureza como sujeito de direitos), intensificam as sociabilidades (nem tudo é mercantilizável) e onde a busca de felicidade e do bem viver espiritual são fundamentalmente importantes.

Para além disso, Fuscaldo e Urquidí (2015) retomam que já em Aristóteles é possível notar uma centralidade do Bem Viver coletivo para o alcance da felicidade da pólis grega, pois, o filósofo afirmava que o governo perfeito era aquele capaz de garantir ao corpo social o maior grau de felicidade, impossível de ser alcançada pelos seres individualmente. Somente a felicidade de todos os habitantes da pólis garantiria a felicidade individual: o bem viver aristotélico dependeria, portanto, da comunidade política. Assim, a pólis somente é exitosa levando em consideração a totalidade de seus membros. Segundos os autores: “Enquanto o filósofo grego centrava-se na relação estabelecida entre os indivíduos da pólis, o *Buen Vivir* no Equador e na Bolívia parte de referentes próprios das cosmovisões indígenas do altiplano e, em especial, de sua relação com a Pachamama e o cosmos, considerados como matrizes vivas e integrada por forças animistas” (p. 91).

Nessa lógica de compreensão da felicidade como um constructo resultante da cosmovisão andina do Bem Viver é importante esmiuçar epistemologicamente esse “conjunto de ideias que se están forjando como reacción y alternativa a los conceptos convencionales sobre el desarrollo.” (Gudynas, 2011, p. 1). Desse modo, um ponto de partida a se adotar é

compreender o Bem Viver como uma matriz ideológica dos povos originários andinos (Alcântara e Sampaio, 2017; Acosta, 2016; Gudynas, 2011; Krenak, 2020; Silva, 2020), capaz de fundamentar o conceito. Assim, Silva (2019, p. 2) descreve-o:

O conceito de *sumak kawsay* (em quéchua ou quíchua³) ou *suma qamaña* (em aimara), respectivamente *buen vivir* ou *vivir bien* em tradução aproximada ao espanhol, “bem viver”/“bom viver”⁴ ou “viver bem” em português⁵. A depender do autor, *sumak kawsay* poderia ser entendido ainda por “vida limpa e harmônica”, ou por “boa vida”. *Suma qamaña* poderia significar “viver em paz”, “conviver bem”, levar uma “vida doce”, “criar a vida do mundo”. Há diversas outras sugestões de tradução para *sumak kawsay* e para *suma qamaña*, às vezes parecendo haver praticamente uma para cada linguista ou intelectual indianista.

Em Krenak (2020, p. 6) pode-se obter um pouco mais de nitidez sobre essa tradução:

Os nossos parentes Quechua e Aymara têm, ambos, em suas línguas, com pequena diferença de expressão, uma palavra que é *Sumak Kawsai*. “O *Sumak Kawsai* é uma expressão que nomeia um modo de estar na Terra, um modo de estar no mundo. Esse modo de estar na Terra tem a ver com a cosmovisão constituída pela vida das pessoas e de todos os outros seres que compartilham o ar com a gente, que bebem água com a gente e que pisam nessa terra junto com a gente. Esses seres todos, essa constelação de seres, é que constituem uma cosmovisão.”

No que se refere à cosmovisão, Fuscaldo e Urquidi (2015, p. 89) aprofundam a concepção quando salientam que convém compreender o mundo andino como um mundo heterogêneo, um “acontecer” e um “fluxo”, repleto de “diálogos” e dotado de “reciprocidades” contínuas e ininterruptas, onde cada um, seja um homem, uma árvore, uma pedra, é um ser que dialoga e se corresponde de igual a igual, pois está sempre se relacionando com equivalentes. E, com base em Walsh (2009) *apud* Fuscaldo e Urquidi (2015), esse caráter holístico é composto por quatro princípios fundamentais, quais sejam: complementaridade, reciprocidade, relacionalidade e correspondência.

A complementaridade exige que se reconheça a incompletude do ser, que se abre à interação com o outro e que propõe, então, um equilíbrio entre coletividade (comunidade) e individualidade. A reciprocidade origina as práticas de apoio mútuo e solidariedade que se dão

³ Quéchua no Peru ou quíchua no Equador.

⁴ Silva (2019) aponta que na nota introdutória em Acosta (2016), Tadeu Breda, tradutor e editor do livro, observa que “bom viver” é a tradução que mais respeita o original em espanhol e quíchua. Isso porque *sumak* é um adjetivo (que significa na tradução ao espanhol *hermoso, bello, bonito, precioso, primoroso, excelente*), assim como *buen* e “bom”. No entanto, o tradutor faz a opção “política” e não “linguística” pelo termo “bem viver”, porque este vem sendo utilizado pelos movimentos sociais brasileiros há alguns anos; é a expressão em uso no Brasil.

⁵ Por vezes, se utiliza adicionalmente a expressão guarani *ñande reko*, que poderia ser entendida por “vida harmoniosa”, de acordo com Acosta (2016); Gudynas (2011), Fuscaldo e Urquidi (2015) e Silva (2019).

entre os grupos de família e família ampliada pertencentes a um *ayllu*⁶. A relacionalidade alude a uma totalidade feita da interconexão entre todos os seres existentes, que se complementam, relacionam e autorregulam. Por último, a correspondência remete às relações harmoniosas estabelecidas entre todos os componentes da realidade, não como uma relação automática de causa e efeito, mas como nexos que se estabelecem a partir das dimensões do simbólico, dos rituais e dos vínculos afetivos.

Em resumo, a saúde e a vitalidade das comunidades resultam da vida em harmonia com a sociedade, a natureza, o mundo divino e as leis. Dependem também de uma relação equilibrada com a terra e com a ordem cósmica, representada pelos astros, montanhas e elementos da natureza. Sobre isso Fuscaldo e Urquidi (2015, p. 90) sublinham que

A vida, por sua vez, corresponde a uma totalidade do visível – existências compreendidas no âmbito das forças telúricas, a *Pachamama* – e do invisível – aquelas que se referem ao âmbito da energia cósmica, a *Pachakama*. O mundo visível da *Pachamama* é dividido entre *Akapach* e *Manqhapacha*. O primeiro é onde se desenvolvem as formas de vida animal, vegetal, mineral e humana. O segundo corresponde às forças da mãe terra, o interior da terra. Já o mundo cósmico de *PachaKama* ou *Pachatata*, pode ser dividido entre *Alaxpacha* - o mundo superior, tangível e visível, das estrelas, sol, lua, raios - e *Kawkipacha*, que refere-se ao que está para além do visível, o universo do desconhecido e indefinido.

Nas sendas dessa cosmologia andina, os autores ainda registram que

Outra questão que chamou a atenção dentre os aspectos analisados, é que o universo composto pelas duas forças, a cósmica da *Pachakama* e a telúrica da *Pachamama*, está submerso em uma noção de temporalidade cíclica onde “se assume un presente pero además continuo y pasado y futuro se funden en un solo al final”. O tempo, para os povos dos Andes, é circular. Não há nada estático, tudo está em movimento e saber viver significa, entre outras coisas, entrar no “tempo intenso”, ou *Sinti Pacha* que por sinal também pode ser traduzido com viver plenamente, ou seja, *Vivir Bien*. (Fuscaldo e Urquidi, 2015, p. 92).

Portanto, tal complexidade se refere às interações espaço-temporais particulares, realizadas a partir do local, de relações internas que configuram os sentidos de regras universais. Ou seja, pelas distribuições e pelas interações das diferenças que coexistem horizontalmente, desenham-se as especificidades das regras de um fenômeno em determinado espaço-tempo. Assim, as regras, o universal, não são mais fundamentais que as diferenças, mas coexistem em

⁶ De acordo com Yampara (2011) *apud* Fuscaldo e Urquidi (2015) é a “casa cósmica andina” dentro da arquitetura e da engenharia de vida dos povos andinos: “la casa entendida como medio, hábitat y cósmico entendido como la interacción con el mundo de las deidades y la espiritualidad” (p. 84).

simbiose. Toda a manifestação na natureza detém, ao mesmo tempo, propriedades “universais” e “singulares” que são atravessadas por padrões, regras, aleatoriedades e acasos (Dutra-Gomes e Vitte, 2020). Em termos amplos, os argumentos são assim de superação das subjugações universalistas – capitalistas, morais, científicas – e da busca de um novo sentido de universal, que se apoie também na autoconstrução pelas singularidades locais.

Assim, a cosmologia andina se assenta em uma concepção de circularidade temporal, alternativa à concepção de tempo progressista, evolucionista, linear, típica da modernidade. Remete a uma cosmologia que não compreende a natureza e a cultura como apartadas, nem o humano separado do não humano – um tipo de cosmologia que, apesar de distinta da concepção cartesiana típica da modernidade, que foi se impondo a partir da Europa do século XVII, é recorrente em milhares de sociedades ao longo do tempo (Silva, 2019).

Para além das considerações ontológicas que orientam a uma retomada da inseparabilidade entre humanidade e natureza, as proposições do Bem Viver versam, e já se consolidam, preponderantemente sobre as questões de cunho político, o que influencia também as relações econômicas de um território. Nesse contexto, em especial nessas duas primeiras décadas do século XXI, países como Bolívia e Equador ao adotarem em suas legislações a base ontológica do Bem Viver exemplificam o trato político e de intervenção no território pautado na proposta de inversão da lógica do sistema de produção vigente (capitalista), principalmente no que se refere aos modelos de apropriação da natureza. Isso porque o Bem Viver implica um questionamento substancial às ideias contemporâneas de desenvolvimento e em especial ao seu vínculo com o crescimento econômico e sua incapacidade de resolver os problemas da pobreza, sem esquecer que suas práticas acarretam severos impactos sociais e ambientais (Gudynas, 2011; Silva, 2019).

Para Acosta (2016), as mobilizações e rebeliões populares – especialmente a partir dos mundos indígenas equatoriano e boliviano, caldeirões de longos processos históricos, culturais e sociais – formam a base do que se conhece como *Buen Vivir*, no Equador, ou *Vivir Bien*, na Bolívia⁷. Tais mobilizações denotam uma outra importante característica do Bem Viver: sua

⁷ Na Bolívia, o conceito foi introduzido na Constituição por contribuições de movimentos camponeses/indígenas e pela atuação de personalidades como o ex-ministro das relações exteriores David Choquehuanca. Ele aparece enquanto princípio ético-moral (entre outros) que deve inspirar o Estado, a sociedade e o modelo econômico. No Equador, a ideia se impôs nos debates constituintes por diversos fatores, como o papel dos intelectuais quíchuas e dos movimentos indígenas nas discussões, que terminou por assumir uma função de unificação discursiva dos vários projetos em pugna, desde o preâmbulo, no qual os assembleístas afirmam ter decidido construir “uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza, para alcançar o bem viver, o *sumak kawsay*”. Um corpo de direitos fundamentais é constituído pelos direitos “da natureza”, talvez a maior inovação desse texto equatoriano, na medida em que a natureza é entendida como um sujeito de direitos, em especial quanto à sua preservação e regeneração (Silva, 2019).

contraposição aos modelos desenvolvimentistas impostos para a América Latina, em geral. Nas palavras de Alcântara e Sampaio (2017, p. 233), tem-se que

Países como Equador e Bolívia buscaram novos paradigmas socioeconômicos na construção de um projeto de sociedade, designado como Bem Viver, ganhando importância pela ocorrência de novas constituições políticas. Nesse contexto, os movimentos sociais, desde temas como ecologia ao feminismo, recuperaram sua centralidade na vida das pessoas e na natureza, na defesa de direitos básicos, como educação, saúde e igualdade social.

Logo, o debate sobre a crise de caráter sistêmico e civilizatório sugere reflexão sobre o sentido de Bem Viver, o qual se relaciona a qualidade de vida e remete a questões como espiritualidade, natureza, modos de vida e consumo, política, ética. Nessa perspectiva, há necessidade de amadurecer o diálogo sobre o tema como uma proposta alternativa de desenvolvimento, quando se pensa a relação sociedade e natureza.

De acordo com Mamani (2010) *apud* Alcântara e Sampaio (2017), o conceito de Bem Viver está inserido em uma determinada identidade cultural, com diversas expressões, mas com um núcleo unificador, uma essência em comum: o paradigma comunitário que tem como base a vida em harmonia e o equilíbrio do meio. O Bem Viver se constitui em uma proposta e uma oportunidade para pensar outra realidade na qual os seres humanos formam parte de um todo mais harmônico com a natureza e com os outros seres humanos, com alteridade. Ao mesmo tempo, é um paradigma para orientar as políticas e ações dos Estados Nacionais, que devem regular as relações sociais com o fim de diminuir as desigualdades na sociedade e melhorar as condições de vida dos economicamente vulneráveis. Nesses termos, o diálogo em torno do Bem Viver sugere repensar a própria definição de desenvolvimento, relativizando-o, a partir do entendimento de interculturalidade e, de certo modo, romper-se com a perspectiva antropocêntrica, remetendo-se a uma visão ecocêntrica regulando efetivamente as relações sociedade-natureza, com o objetivo de atenuar ou diminuir os impactos sobre os recursos naturais (Alcântara e Sampaio, 2017).

Como alternativa às imposições das perspectivas de desenvolvimento eurocêntricas, Alcântara e Sampaio (2017) propõem o chamam de “ecossocioeconomia”. Para eles, trata-se de uma forma possível de descortinar espaços alternativos de regeneração cultural, em sintonia com os princípios (interdependentes) de endogeneidade, equidade social e prudência ecológica, voltados a um desenvolvimento territorial sustentável e privilegiando modos de vidas tradicionais e suas experiências em curso. Inclusive esses autores apresentam uma Matriz de Indicadores de Bem Viver (Quadro 1, a seguir) formada por Supra Dimensões (Pessoal, Social e Integral), Dimensões Específicas e seus conceitos e os Indicadores em si.

Ao expor tais indicadores, os autores cuidadosamente reconhecem limites conceituais e operativos dessa matriz. Eles entendem que o êxito e os desdobramentos em torno da matriz de indicadores do Bem Viver não conduzem a um conceito único, mas plural, resultante de coerência conceitual, participação dos cidadãos e transparência metodológica. Todavia, funcionam como chaves para elaboração de um processo participativo de planejamento de políticas com propostas para além do desenvolvimento em sua concepção clássica.

Quadro1 - Matriz de Indicadores de Bem Viver

Supra Dimensões	Dimensões Específicas	Indicadores/Atributos	Conceitos
Pessoal (harmonia consigo mesmo)	Habitação	Condições da moradia	Satisfação com a moradia e as condições de infraestrutura, como acesso a água potável, energia elétrica e alimentação (segurança alimentar)
		Acesso à água segura: potável, nascentes ou poços artesianos	
		Rede de esgoto	
		Superlotação (número de pessoas por m²)	
		Acesso a saneamento básico	
		Espaço para dormir	
		Segurança alimentar	
		Alimentação diária consumida	
		Acesso à eletricidade	
	Trabalho	Trabalho/ocupação	Satisfação com o trabalho/ocupação exercida; acesso a segurança social; satisfação financeira
		Acesso à segurança social	
		Situação financeira	
		Renda mensal recebida pela família	
	Tomada de decisão	Horas diárias dedicadas ao trabalho	Grau de satisfação com a tomada de decisão pessoal
		Autonomia nas decisões pessoais	
	Religião e Crenças	Tomada de decisão em família	Grau de satisfação com sua crença espiritual
		Crenças espirituais, religiosas ou filosóficas	
	Tempo Livre e Cultura	Participação em instituições religiosas	Satisfação com o tempo livre, jogos e atividades comunitárias
		Uso do tempo livre	
		Espaços para a recreação e cultura	
	Recursos Materiais	Jogos e atividades ao ar livre	Satisfação financeira; renda mensal recebida. Financiamentos e ajuda de custo
		Ajuda econômica (financiamento)	
	Emoções	Venda da produção (ganhos efetivos/mensal)	Satisfação pessoal (consigo mesmo, comunidade e meio ambiente)
		Felicidade	
		Disposição	
Social (harmonia com a comunidade integral)	Educação	Motivação	Elementos de formação, acesso a uma educação de qualidade, infraestrutura da
		Nível de educação cursada	
		Aprendizado adquirido	
		Distância da escola	
		Infraestrutura da escola	
		Capacitação dos professores	

Integral (harmonia com a natureza)		Acesso ao ensino fundamental Acesso ao ensino médio Acesso ao ensino superior Continuidade dos estudos Troca de saberes e aprendizados tradicionais entre a comunidade	escola, formação de professores
	Tecnologia de Informação e Comunicação	Disponibilidade de Internet Disponibilidade de telefone convencional Disponibilidade de celular	Acesso à informação e comunicação
	Fatores Produtivos	Comercialização dos produtos agrícolas/pecuários/artesanatos/outros Acesso a sistemas de irrigação Capacitação recebida para exercer atividade econômica que realiza Diversidade de culturas Acesso a sementes	Satisfação com os fatores produtivos, como diversidade de culturas e comercialização
	Participação	Participação em Organizações Sociais Poder de decisão Associações Participação em reuniões comunitárias Sistema de governança	Participação social; Poder de decisão e escolha, Arranjos Produtivos Locais (APLs)
	Família	Satisfação com sua situação familiar Permanência dos jovens na comunidade	Satisfação com a vida familiar e o êxodo dos jovens
	Segurança	Segurança familiar Frequência de assaltos na comunidade Policiamento na comunidade Justiça com as próprias mãos	Satisfação com a segurança individual e familiar na comunidade
	Relações de Gênero e Jovens	Participação da mulher e dos jovens nas atividades econômicas Trabalho/renda Empoderamento Acesso a crédito Poder de decisão Taxa de matrículas no Ensino Básico e Superior Conciliação do aleitamento materno com o trabalho	Participação da mulher e dos jovens nas atividades produtivas, trabalho e renda, participação nas decisões.
	Saúde	Serviços de saúde (posto de saúde/hospital) Tratamento Médico e enfermagem Condições de acesso a tratamento profissional Uso de plantas medicinais Satisfação com a saúde das pessoas Distância dos centros de saúde	Variáveis como distância do posto de saúde ou hospital, infraestrutura de saúde, qualidade dos profissionais da saúde
	Meio Ambiente	Uso de queimadas Qualidade do ar respirado Meio ambiente, entorno natural	Satisfação com o meio ambiente; Práticas ambientais; uso de

		Uso de agrotóxicos e pesticidas	agrotóxicos; preservação ambiental.
		Nascentes de água	
		Preservação da mata nativa	
		Emissão per capita de CO ²	
		Práticas ecológicas com resíduos (reciclagem, compostagem, artesanato, outros)	
	Pertencimento	Identidade com o lugar	Satisfação consigo mesmo, com os outros e com o ambiente.
		Autoestima	
		Sentimento de compromisso	
		Tranquilidade	

Fonte: Alcântara e Sampaio (2020). Adaptado pelo autor.

É válido o destaque para a situação de que alguns elementos descritos na Matriz de Indicadores de Bem Viver são trabalhados nesta tese. Não com a intenção de aprofundar ou alimentar a sistemática proposta pelos autores citados, mas no sentido de aproximar o diálogo com eles e a busca por uma melhor compreensão geográfica do fenômeno. Assim, como exemplo, podem-se elencar as três supradimensões, de modo geral; algumas dimensões específicas, mormente Tomada de Decisão, Participação, Família, Meio Ambiente e Pertencimento; e os atributos de Felicidade, Troca de saberes, Poder de decisão, Sistema de governança, Permanência dos jovens na comunidade e Identidade com o lugar.

Cabe ressaltar que não somente o modelo andino e amazônico de Bem Viver manifesta-se no mundo como alternativa ao dito desenvolvimento. Nesse sentido, Cavalcanti (2013) trabalha o conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB) usado para medir a “riqueza” da sociedade butanesa em contraposição às lutas comerciais dos outros países para se gerar PIB (Produto Interno Bruto). A FIB está baseada pela conjugação de nove dimensões, quais sejam: psicológica, saúde, uso do tempo, vitalidade comunitária, educação, cultura, meio ambiente, governança e padrão de vida. Em outros termos, o “desenvolvimento” butanês tem como meta a felicidade, num processo vertical de baixo para cima que inicia com a espacialidade da matéria e da energia, a qual dispõe os recursos naturais necessários para movimentar a vida e a economia, até atingir o “supremo bem”⁸.

No entanto, não é pretensão aqui realocar o conceito e a prática butanesa à realidade amazônica – e muito menos transpor os encaminhamentos dados por Bolívia e Equador. Busca-se diligentemente originar um novo caminho para se alcançar a felicidade num movimento revolucionário, como dito, *botton up*. E com base nas premissas da filosofia andina do *Buen*

⁸ De acordo com Cavalcanti (2013) esta noção é baseada nos preceitos de Santo Agostinho (“*summum bonum*”).

Vivir, deseja-se, detectar no caso amazônico as reais possibilidades de se inverter ou reduzir fortemente a lógica de desenvolvimento *top down* imposta pelo sistema capitalista.

Sobre o que consta nas elucubrações de Acosta (2016), para construir o Bem Viver, a educação intercultural, por exemplo, deve ser aplicada a todo o sistema educativo, há que se construir uma institucionalidade que materialize o exercício horizontal do poder, num mundo recriado a partir do âmbito comunitário pensando-se na garantia dos Direitos Humanos (políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e dos povos) e dos Direitos da Natureza. E, ainda segundo o autor,

A visão de mundo dos marginalizados pela história, em especial dos povos e nacionalidades indígenas, é uma oportunidade para construir outros tipos de sociedades. Sustentadas sobre uma convivência harmoniosa entre os seres humanos consigo mesmos e com a natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes no planeta. Ou seja, trata-se de bem viver em comunidade e na natureza (Acosta, 2016, p. 25).

A retomar Krenak (2020), pensa-se o planeta Terra como organismo vivo e que o Bem Viver não é distribuição de riqueza. Bem Viver é abundância que a Terra proporciona como expressão mesmo da vida. Segundo o autor, “A gente não precisa ficar buscando uma vantagem em relação a nada, porque a vida é tão próspera que é suficiente para nós todos” (p. 17). Desse modo, vislumbrar uma nova racionalidade que desatrela o economicismo dos processos de desenvolvimento em âmbitos amazônicos não é devaneio ou mera utopia. Para isso, é necessário considerar toda uma ancestralidade de saberes na relação entre sociedade e natureza dos povos originários do território amazônico, excluindo-se qualquer tipo de condições de miserabilidade.

Por dentro das análises geográficas, de modo mais íntimo, as pesquisas que envolvem o debate sobre Bem Viver estão em crescente. No quadro 2 abaixo pode-se mensurar algumas produções e discussões que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração desta tese.

Quadro 2 - Produções científicas e estudos sobre o Bem Viver na ciência geográfica.

Tipo de pesquisa	Título e autoria
Apresentação de trabalho - VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos e Geógrafas	"Territorialidade e bem viver na Amazônia: o caso da Resex-Mar Mocapajuba, zona costeira do Salgado paraense." - Fernando Santos. Universidade Federal do Pará (UFPA)
	"Bem Viver e a virada ontológica: geografia vernacular ameríndia." - Eder Santos. Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
	"ÑANDE ROPYKUERE HA GUATA e os modos tradicionais de manejo do ambiente." - Beatriz Vera. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Artigos	"Elementos para pensar o <i>Buen Vivir</i> amazônico: um estudo de caso em Mocapajuba no nordeste paraense" (SANTOS, 2022)

"Natureza, bem Viver e questão agrária: possibilidades para o ensino de geografia" (Brito e Costa, 2023)

"A terra e o território nos discursos do Bem Viver: aproximações ao campo dos estudos urbanos" (Marx, 2023)

Fonte: Elaboração própria (2024).

Essas pesquisas alimentam um cenário científico profícuo na contribuição para desvelar cada vez mais e melhor as realidades, particularmente as amazônicas, e compor uma gama de subsídios teóricos e metodológicos que proporcione tomadas de decisões coerentes com o território.

3. MOCAPAJUBA: NA FLECHA DO TEMPO TERRITORIAL LOCAL

Na construção do pensamento complexo, Morin (2023) visualiza uma realidade universal que obedece a uma dialógica entre ordem-desordem-organização. E a considerar a flecha do tempo de Ilya Prigogine tal dialógica data desde a origem do próprio universo. A ordem, a desordem e a (auto)organização se relacionam de modo constante, o que significa dizer que “em um ambiente sistêmico é constatado que a ordem pode nascer da desordem e de sua auto-organização. Com isto, fica resgatada a concepção de tempo como flecha (seta) ou a irreversibilidade do tempo” (Suertegaray, 2022, p.135).

Nessa dinâmica, ainda para Suertegaray (2022), a flecha do tempo avança em espiral, de modo não linear, fazendo-se em ciclos, que por sua vez, ao se concluírem, não estão na mesma posição antecedente, admitindo-se, então, que todo processo histórico e geográfico é movimento. Desse modo, ao abordar neste capítulo a “flecha do tempo” em Mocapajuba (parafraseando Ilya Prigogine) buscar-se-á compor uma trajetória histórica importante na constituição dos sujeitos odivelenses, desde o contexto indígena pré-colonial até atual configuração municipal e territorial na condição de Reserva Extrativista (com destaque para os movimentos de lutas constantes para o reconhecimento e fortalecimento das territorialidades locais).

3.1. O processo de formação territorial local

Inicialmente, é bom destacar que para compreender Mocapajuba hoje é necessário investigar a história do município de Caetano de Odivelas. Assim, do ponto de vista da (re)produção socioespacial local, e ao mesmo tempo regional do Salgado paraense, Marinho (2017) argumenta que há três principais momentos ou processos (não estágios, contínuos), que caracterizam as expressões de territorialidade(s) e registram na história desse território suas estratégias, são eles: os aldeamentos, as fortificações e as missões religiosas.

Segundo o autor, os aldeamentos são entendidos tanto pelo viés eurocêntrico - o qual induzia um tipo de ocupação ou dominação do território a partir do recrutamento da mão de obra indígena na Amazônia - quanto pelo amazônida, dos povos originários, que tinham como organização, ou padrão habitacional, a aldeia. As fortificações eram construções estruturadas no intuito de proteger o território da invasão inimiga, sendo esse processo marcado por um acervo de ações que Portugal engendrou na luta para o controle e domínio das áreas além-mar.

E as missões religiosas perfaziam-se ora como parceira das intenções da Coroa portuguesa, ora como uma instituição “isolada” que lutou para se autossustentar.

Todos esses processos iniciaram e deram continuidade à dinâmica de ocupação e uso do espaço na Amazônia de modo mais intenso ao longo de pelo menos três séculos (XVI, XVII e XVIII). Nesse contexto, houveram inúmeras fundações de vilas, entre as quais podem-se destacar: Salinas, no ano de 1656; Sousa de Caeté, no ano de 1662; e Vigia em 1693. A importância da fundação desses territórios corresponde à premência de os portugueses assegurarem a rota de navegação entre São Luís e Belém (Marinho, 2017).

Ainda de acordo com Marinho (2017), a necessidade de efetivação da ligação entre São Luís e Belém, em grande parte marcada pela navegação de pequenas embarcações à vela, resultou no que ele chama de “rosário de pequenos núcleos de povoamento” (p.147) que se formara ao longo dessa faixa litorânea. Eram núcleos onde, com frequência, as embarcações atracavam, a fim de procurar abrigo ou, quando possível, abastecer-se com água e mantimentos, além de promover o descanso da tripulação, para que assim pudessem continuar a viagem. Logo, em consonância com o que diz Égler (1961) *apud* Marinho (2017), esses núcleos já apresentavam ações humanas voltadas fundamentalmente para a atividade pesqueira, viabilizando, assim, uma das características mais marcantes da região do Salgado paraense, cuja denominação, em si, já sugere uma íntima relação dos sujeitos desses territórios com o mar.

Nesse contexto, Maciel (2009) salienta que a história da fundação do município odivelense está intimamente ligada à colonização lusitana na região amazônica, onde essas cidades são homônimas de cidades portuguesas. De acordo com Silva (2011), São Caetano de Odivelas era uma área que servia como local de evangelização de padres jesuítas que fundaram ali uma fazenda com o nome de São Caetano, no dia 07 de agosto de 1735. Em 1833, a fazenda foi elevada à categoria de Freguesia, e em 1872, assumiu a condição de vila de São Caetano, oportunidade em que o seu território foi desanexado da área patrimonial do município de Vigia (PA).

No decorrer (da flecha) do tempo, em 1895, por força de dispositivos contidos na lei nº 324, de 6 de julho, a sua sede municipal foi elevada à categoria de Cidade. Em 1933, pelo Decreto Estadual nº 931, de 22 de março, São Caetano foi reconhecido como subprefeitura de Vigia, quando ainda se encontrava anexado a este. Em 1935, mediante as disposições contidas na Lei Estadual nº 8, de 31 de outubro, sua condição de município foi restituída. Entretanto, não se encontram especificações sobre se o seu desmembramento ocorreu, de forma integral, dos municípios de Curuçá e Vigia (Fapespa, 2023). Ainda do ponto de vista dos acréscimos e

decréscimos de sua extensão territorial, cabe ressaltar que em 1995 o distrito de São João da Ponta desmembra-se de São Caetano de Odivelas e é elevado à categoria de município.

Figura 3 - Pórtico de entrada do município de São Caetano de Odivelas



Fonte: Pesquisa de Campo (2024)

Na imagem acima, o pórtico de entrada da cidade pelo acesso da PA 140 e os objetos artísticos ali construídos já expressam as vinculações culturais que seus habitantes transbordam. À direita, a estátua de um religioso confere relacionalidade com a origem do território contada anteriormente. À esquerda, a alusão ao caranguejo explica um pouco do reconhecimento do município como sendo “a terra do caranguejo”, e a própria indissociabilidade entre sociedade e natureza não humana ali. Além dos destaques culturais observados nas pinturas.

Na próxima imagem, mostra-se novamente o vínculo territorial intrínseco com as dinâmicas de natureza não humana às margens do rio Mojuim. O que explica a forte dependência de seus habitantes aos recursos provenientes do rio, do mangue, do mar, do estuário. Na oportunidade também são vistos o pesquisador autor desta pesquisa, seu orientador e o colaborador estratégico para efetivação das pesquisas de campo. Essa cena foi capturada no dia da apresentação da pesquisa ao CONDEL da RESEX-Mar, que teve como resultado a deliberação positiva.

Figura 4 - A orla de São Caetano de Odivelas



Fonte: Pesquisa de Campo (2023)

Ainda sobre o percurso histórico e territorial, a data de aniversário do município reflete o dia do Santo católico (07 de agosto) e Odivelas pode se referir a uma cidade portuguesa de mesmo nome (Maciel, 2009) ou a um topônimo devocional português, ao qual acrescentou-se a palavra Odivelas, que significa “Oh! Linda” ou Oh! De velas” (Fapespa, 2023). Localizado à margem esquerda do rio Mojuim, hoje o município de São Caetano de Odivelas acha-se configurado por três distritos: o distrito-sede (São Caetano de Odivelas), Perseverança e Pererú.

3.2 A institucionalização das Áreas Protegidas no mundo e no Brasil

No final do século XIX, formou-se duas correntes distintas de conservação do mundo natural: a corrente preservacionista e a conservacionista. Conservar seria praticar o bom uso dos recursos naturais, e preservar seria defender a *wilderness* (natureza selvagem), por seu valor próprio, contra qualquer intrusão (Araujo, 2007; Castro Junior et al., 2009). Tal contraste invadiu o cenário político nos EUA, o que resultou em criação de diferentes áreas protegidas alinhadas a uma das correntes: florestas nacionais “conservacionistas”, parques e refúgios “preservacionistas” de vida silvestre.

A criação do parque de Yellowstone (em março de 1872, nos EUA) teve apelo grande e se espalhou rapidamente pelo mundo. Inspirados na experiência estadunidense, diversos países criaram seus parques nacionais: Canadá (1885); Nova Zelândia (1894); Austrália, África do Sul e México (1898); Argentina (1903). No Brasil, isso ocorreu somente em 1937 com a

fundação do Parque Nacional do Itatiaia (Santos, 2012).

Nas primeiras décadas do século XX, a terminologia utilizada para designar as UC era muito confusa: um mesmo nome era atribuído para designar áreas com diferentes objetivos de manejo. Muitas vezes, os objetivos de manejo eram até conflitantes entre si (Araujo, 2007). Como não havia critérios padronizados, cada país adotava uma terminologia, de acordo com suas características culturais, o que gerava uma confusão grande quando se analisava a proteção à natureza em escala internacional.

A primeira tentativa de padronizar tudo foi realizada em Londres (1933), definindo algumas categorias: parque nacional; reserva natural restrita; reserva de fauna e flora; e reserva com proibição de coleta e caça. Essas foram modificadas na Convenção de Washington em 1940, quando foram adotadas quatro novas categorias: Parque Nacional; Reserva Nacional; Monumento Natural; e Reserva Restrita de Regiões Virgens. Todavia, foi somente em 1994 que a IUCN⁹ (existente desde 1948) elaborou, após muitos debates internacionais, seis categorias de manejo: Reserva natural/Área Silvestre; Parque; Monumento Natural; Santuário de Vida Silvestre; paisagem terrestre/Marinha Protegida; e Área Protegida com Recursos Manejados.

O Quadro 2 mostra as categorias de manejo de Unidades de Conservação propostas pela IUCN em 1994, juntamente com seus respectivos objetivos principais.

Quadro 3 - Categorias de Manejo IUCN (1994)

Categoria	Denominação	Objetivo de manejo
I	Reserva Natural Estrita/ Área Silvestre	Fins científicos ou de proteção da natureza
II	Parque	Conservação de ecossistemas e com fins de Recreação
III	Monumento Natural	Conservação de características naturais específicas
IV	Santuário de Vida Silvestre	Conservação de habitats e/ou satisfazer as necessidades de determinadas espécies
V	Paisagem Terrestre/Marinha Protegida	Conservação de paisagens terrestres e marinhas com fins recreativos
VI	Área protegida com Recursos Manejados	Uso sustentável dos ecossistemas naturais.

Fonte: Araujo (2007). Adaptado.

⁹ Em 1948, no congresso internacional realizado no Castelo de Fontainebleau (França), fundou-se a União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN), transformando-se, em 1956, em União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

Em território brasileiro é no âmbito da Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em 1934, que inicia a pressão sobre o governo federal para a criação de um sistema nacional de unidades de conservação. Embora exista algum tipo de preocupação ambiental ainda no final do período imperial até o início da década de 1930 (Araujo, 2007; Castro Junior *et al.*, 2009; Diegues, 1994, 2000). Dentre os avanços na política ambiental, na época, destacam-se a aprovação do Código das Águas, Código Florestal, Código de Minas, Códigode Caça e Pesca, entre outros.

No Brasil, diferentemente do que ocorrera nos EUA, as áreas de proteção integral foram instituídas em espaços onde já havia concentração populacional e de atividades humanas para conservação de ecossistemas remanescentes. Dessa maneira, enquanto os parques americanos buscavam proteger as paisagens de um impacto futuro, os parques brasileiros buscaram proteger áreas de interesse ambiental de impactos imediatos, de conflitos já existentes (Castro Junior *et al.*, 2009). Os parques brasileiros e outras unidades de conservação já nasceram, em sua maioria, em meio a conflitos territoriais e de acesso a recursos importantes, sendo sua gestão bastante dificultada e particularizada (Simonian, 2018).

Durante o período do governo militar (1964-1985), tem-se no Brasil, um incremento político e institucional grande, no que se refere aos mecanismos de gestão do meio ambiente. Houve, portanto, a descentralização do Ministério da Agricultura – que até então era o responsável pela execução das políticas ambientais – com a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal¹⁰ (IDBF), em 1967. A Secretaria Especial de Meio Ambiente¹¹ (SEMA) foi criada em 1973, e coordenou a chamada Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) lançada pelo governo de Ernesto Geisel, a qual prevê a implantação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

O último instrumento relevante da política ambiental brasileira criado durante no regime militar foi o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Esse tornou-se, a partir da redemocratização do país, o órgão máximo do SISNAMA e condutor da PNMA, exercendo papel fundamental na discussão e elaboração das políticas públicas afins. Nesse íterim, é importante ressaltar que a Constituição de 1988 consagrou a questão ambiental, mormente na diretiva do artigo 225; e, também, a parceria institucional realizada entre IBAMA e Ministério Público (MP), que permite uma forte alternativa para punição de crimes ambientais.

¹⁰ Atual Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA).

¹¹ O presidente José Sarney criou, em 1985, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, decompondo a estrutura da SEMA. Desde 1999, esse ministério foi transformado em Ministério do Meio Ambiente, atual MMA.

Outro instrumento jurídico fundamental ao trabalho de conservação foi a Lei 9985/00, que instituiu o SNUC. Esse sistema organizou a gestão de unidades de conservação no país, regulamentando suas diversas categorias e seus objetivos de conservação. Permite a participação democrática na gestão das UC, sem enfraquecer o papel do Estado (Araujo, 2007; Castro Junior *et al.*, 2009), pois este se impõe em ordem prioritária de ter o controle sobre o território e consequentemente sobre os recursos ali existentes.

Em suma, as UC envolvem intencionalidades e estratégias (territorialidades) estreitamente relacionadas entre si. Toda constituição de uma nova unidade de conservação implica alterações nas relações entre grupos sociais e desses grupos com o ambiente, num processo recíproco em que a proteção ambiental é socialmente construída (Coelho *et al.*, 2009; Santos e Simonian, 2017). Portanto, as UC não são apenas territórios construídos pelas práticas sociais, elas influenciam e transformam essas práticas, numa configuração mutável, conflituosa e complexa de relações sociais (SANTOS, 2012).

3.3 O contexto RESEX-Mar como movimento de luta

No subcapítulo anterior acompanhou-se grande parte da sistemática institucional para o estabelecimento dos mais diversos tipos de Áreas Protegidas no mundo e no Brasil. Contudo, embora os marcos institucionais e legais sejam importantes, todo o movimento que se organizou em busca de preservação ou de conservação preocupava-se, originalmente e em grande parte, da manutenção dos bens necessários à sobrevivência. Porto-Gonçalves (2023) indica que a partir dos anos de 1960, na efervescência dos movimentos sociais que criticavam não somente o modo de produção, mas, também o modo de vida, surgem os movimentos ecológicos que tinham como pauta de luta questões como: extinção de espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agriculturáveis pela construção e barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração de poder, entre outras.

Nesse contexto, no Brasil, especificamente na Amazônia, emerge uma gama institucional de luta oriunda já dos movimentos organizados. São exemplos: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e as Comissões Eclesiais de Base (CEBs), além dos apoios em nível nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e da própria Central Única dos Trabalhadores (CUT). Isso representa, nas palavras de Porto-Gonçalves (2023, p. 128),

Essas iniciativas são a voz dos que, até então, não tinham como se expressar: populações indígenas, caboclos, seringueiros, castanheiros, açazeiros, ribeirinhos, pescadores, populações remanescentes de quilombos, mulheres quebradeiras de coco de babaçu, atingidos por barragem, assentados. São, por suas exigências, movimentos que pleiteiam direitos, a cidadania. Não expressam seus direitos por meio de velhas oligarquias.

Para o autor, esses movimentos são de “re-existência”, posto que “não só lutam para ‘resistir’ contra os que matam e desmatam, mas por uma determinada forma de ‘existência’, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar.” (p.130).

Nessa frente em busca de direitos, os seringueiros acreanos, por meio dos “empates”, tentam impedir, ou “empatar”, que fazendeiros derrubem a floresta para plantar pasto. Os seringueiros, a princípio, sob a direção política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), se colocavam como posseiros. A partir dessa condição pleiteavam o reconhecimento da propriedade. Chegaram até a negociar suas “colocações”¹² por lotes. No entanto, já no início da década de 1980, a situação de miséria e abandono na qual estavam submetidos fez com que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e a liderança de Francisco Alves Mendes Filho (Chico Mendes) iniciasse a formulação de uma proposta política original que combinava luta pela terra com a luta pelo modo de vida seringueiro (Porto-Gonçalves, 2023).

Nesse período, observa-se um vertiginoso crescimento das denúncias contra a ocupação predatória da Amazônia e contra a ameaça às lideranças dos movimentos que a combatiam. De acordo com pesquisa de Nascimento (2022), especialmente no estado do Acre, nota-se maior visibilidade dos efeitos destrutivos ocasionados pela expansão da pecuária extensiva de corte. Além disso, era evidente que a proposta de reforma agrária implementada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) gerava mais conflitos do que soluções. Era difícil conciliar o modo tradicional de viver dos seringueiros autônomos com o modelo convencional de reforma agrária, não somente pelo tamanho da área, mas pela forma de exploração dos recursos naturais.

Na sequência, o movimento de luta vai ganhando robustez. Em 1985 funda-se o Conselho Nacional do Seringueiros, sob liderança de Chico Mendes. Em 1987, Simonian (2018) ressalta que esse líder tinha de fato assumido a posição de liderança na questão amazônica, principalmente no cenário internacional, e percebera o espaço que se abria quando

¹² “Colocação” é o nome dado à unidade familiar dos seringueiros (Nascimento, 2022).

o tema era a floresta, meio ambiente e aliança dos seringueiros com os índios. Consolidava-se, portanto, as redes locais, nacionais, internacionais em uma teia de apoio à formulação de alternativas à resolução dos conflitos sociais, e à elaboração de uma proposta inovadora de acesso e uso dos recursos naturais da Amazônia.

Ainda segundo Simonian (2018), entre tais propostas estava a criação da Reservas Extrativistas que havia sido adaptada ao modelo tradicional de reforma agrária existente no país e deu origem aos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), criados em 1987 no Acre, no Amapá e no Amazonas. “O assassinato de Chico Mendes em 1988 não pôs fim ao avanço e às conquistas do movimento seringueiro” (p. 128). Nesse ínterim, em 1990, foi assinado o Decreto Presidencial que regulamentava as RESEX e dentre as primeiras reservas criadas estavam as RESEX Chico Mendes (AC), Alto Juruá (AC), Rio Ouro Preto (RO) e Rio Cajari (AP).

O modelo de Reserva Extrativista ficou definido como mecanismo específico de regularização fundiária e ambiental, delegando-se ao recém-criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a responsabilidade pela nova UC. Posteriormente, o Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, definiu as Reservas Extrativistas como “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista” (Nascimento, 2022), e já com a adoção do SNUC esse território é assim descrito,

[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. (Brasil, 2011).

Desse modo, a partir de todo o movimento de luta supracitado, viabilizou-se a criação das RESEX e das RESEX-Mar em território brasileiro. Esta última corresponde a um instrumento público voltado ao espaço marinho, que visa favorecer a criação e consolidação de estratégias territoriais de conservação e proteção do direito consuetudinário de pescadores artesanais (forma genérica que inclui diferentes categorias, como coletores de marisco e caranguejo) em aliança e cogestão com o Estado (Cardoso, 2020).

Posteriormente à criação da primeira RESEX-Mar do Pirajubaé, em 1992, influenciados igualmente pelos embates característicos ao movimento, começaram a surgir

demandas socioambientais de várias partes do litoral brasileiro. Colocava-se, no centro das discussões sobre o ordenamento territorial e o manejo dos recursos naturais, a participação das inúmeras populações pesqueiras litorâneas, incorporando a esses processos os seus modos de vida e seus mecanismos endógenos de gestão preexistentes (Nascimento, 2022). Nesse contexto, a flecha do tempo, traçada principalmente a partir de 1997, configura-se em São Caetano de Odivelas também pelo movimento pró-RESEX-Mar, inspiradoramente liderado por mulheres vinculadas às atividades de pesca. No entanto, dado o tratamento político necessário para aprofundar essa dimensão, esse tópico será melhor abordado em subcapítulo correspondente (4.3).

Com base no que diz o Decreto de criação da RESEX-Mar Mocapajuba é importante frisar que esse território é um recorte espacial, com caráter político-administrativo peculiar, que segmenta os limites territoriais do município paraense de São Caetano de Odivelas. Isso porque tal UC foi fundada em outubro de 2014, enquanto que o território e a territorialidade odivelenses são forjados ao longo dos séculos, mas especialmente, a partir de 1935, quando é definitivamente emancipado político-administrativamente o município (IBGE, 2022). Cabe essa diferenciação, pois, em pesquisa de campo, observaram-se certos desentendimentos na questão das delimitações das áreas da RESEX-Mar e do próprio município, o que acarreta quase sempre em algum tipo de conflito relacionado aos usos e permissões no/do território. Assim, constatou-se *in loci* que para os analistas do ICMBIO e algumas lideranças mais engajadas nesse processo, essa definição é bastante nítida: “a RESEX é espelho d’água e manguezal”.

Hoje o município é formado por 41 comunidades no total, sendo duas dessas comunidades internas ao recorte territorial da RESEX-Mar (São João dos Ramos e São Miguel) e outras 23 consideradas entorno ou beneficiárias direta da UC em voga, como se observa em documento divulgado pelo ICMBIO que aprova o Perfil da Família Beneficiária¹³:

[...] II - Morar no interior ou entorno da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba há no mínimo 3 anos;
a) As seguintes comunidades são consideradas interior ou entorno da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba: São João dos Ramos, Ilha de São Miguel, Páscoa, Aê, Pererú de Fátima, Santa Maria da Barreta, Pratiqara, Boa Vista, Ponta do Bom Jesus, Monte Alegre, Madeira, Cachoeira, Espanha, Cachoeirinha, Vila Sorriso, Km 8 (Vila Paraíso), Km 9, Km 10 (Mururé), Alto Camapú, Alto Pererú, Itapepoca, Jutá, Guajará, Laranjeira, Camapumiri e cidade (sede municipal). (Brasil, 2024, p.72)

¹³ A Família Beneficiária é formada pelos sujeitos das comunidades tradicionais locais que fazem uso sustentável direto ou indireto dos recursos naturais provenientes da RESEX-Mar. Elas passam a ter acesso às políticas públicas previstas na legislação. São ações de apoio como concessão de crédito, seguro e outros tipos de fomento que permitem que os recursos naturais sirvam como fonte de renda, sem que sejam esgotados e exigindo o cumprimento de outros critérios como a apresentação de planos ambientais e de manejo.

As comunidades que compõem o Perfil de Família Beneficiária são organizadas em polos, de acordo com o Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 - Comunidades pertencentes ao município São Caetano de Odivelas

Comunidades	Usuária da RESEX-Mar	Pólos
São João dos Ramos (interno)	Sim	São João
São Miguel (interno)		
Aê	Sim	Pereru de Fátima
Pereru de Fátima		
Pratiquara		
Alto Pereru	Sim	Boa Vista
Alto Camapu		
Vila Sorriso		
Boa Vista		
Ponta Bom Jesus	Sim	Monte Alegre
Monte Alegre		
Espanha		
Camapu Miri		
Madeira		
Santa Maria da Barreta	Sim	Santa Maria
Guajará		
Itapepoca		
Laranjeira		
Km 8		
Km10		
Cachoeira	Sim	Cachoeira
Cachoeirinha		
Jutaí (Bairro)	Sim	Cidade
Pepeua (Bairro)		
Pascoa	Sim	Páscoa
Bastos	Não	
Ciringa	Não	
Cutita	Não	
Engenho	Não	
Maneta	Não	
Marabitanas	Não	
Maracajá	Não	
Matupiri	Não	
Meratauá de Baixo	Não	
Meratauá de Cima	Não	
Pio XII 1	Não	
Pio XII 2	Não	
Rio Branco	Não	

Riozinho	Não
Risca	Não
Santa Fé	Não
Tujuí	Não
Uxiteua	Não
Zona urbana (Sede)	Não

Fonte: Pesquisa de Campo (2022); Brasil (2024); Maciel (2009)

Ao observar o Quadro 4 é possível detectar que pelo menos 54% das comunidades são compostas por famílias beneficiárias da RESEX-Mar. Em campo, considerando o levantamento prévio da Câmara Temática sobre o assunto, detectou-se que o número de pessoas com Perfil de Beneficiário é de aproximadamente 1.188 extrativistas. Isso revela um impacto significativo na questão da gestão, e da própria governança, que se faz no território odivelense, tanto por parte de quem está à frente da UC, como no caso o Conselho Deliberativo, quanto da Prefeitura Municipal. Análise que será realizada a escrutínio em subcapítulo posterior que trata da dimensão política (4.3).

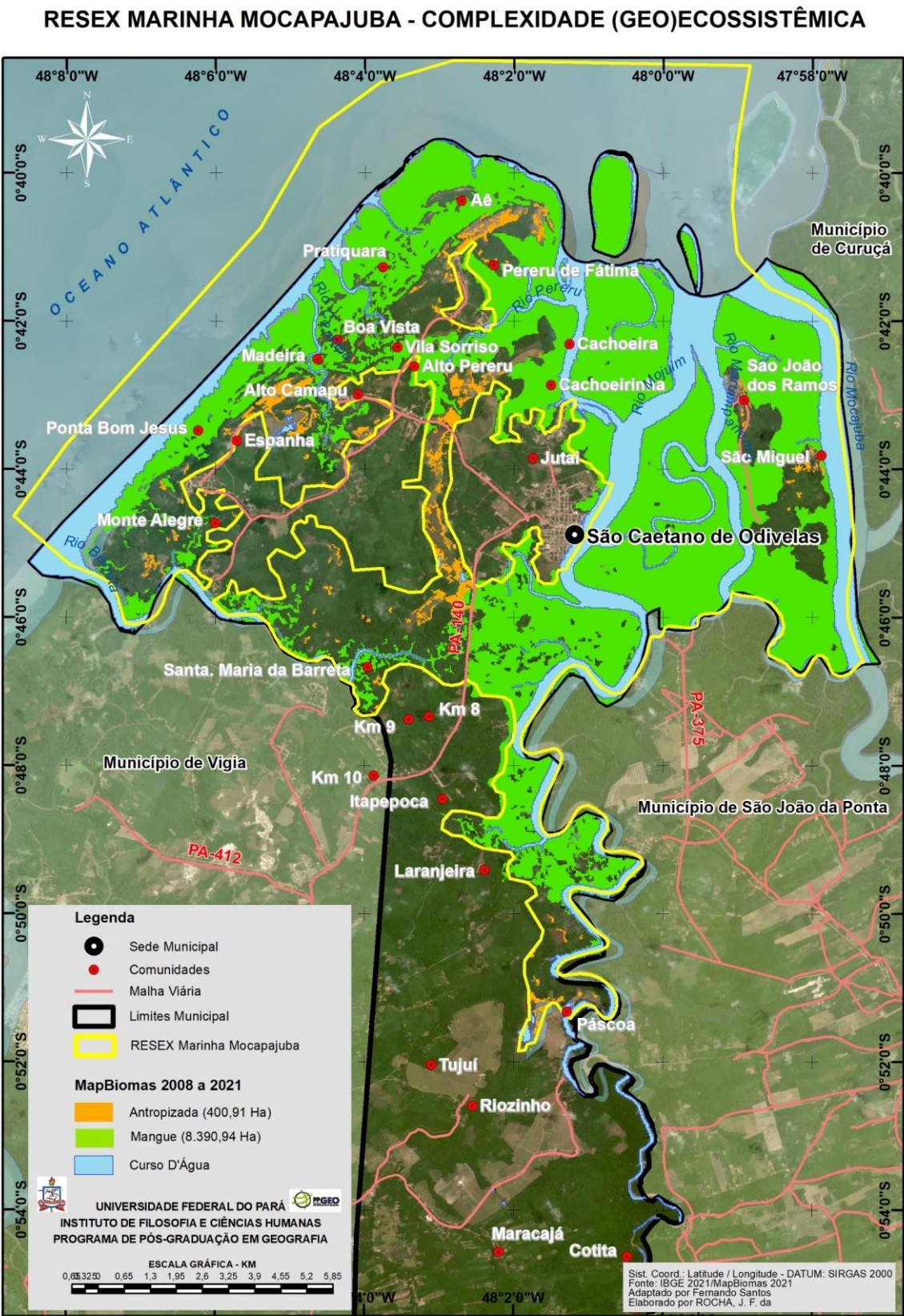
4. AS DIMENSÕES DE ANÁLISE DA COMPLEXIDADE (GEO)ECOSSISTÊMICA EM MOCAPAJUBA

As aproximações aqui tecidas com a teoria do pensamento complexo (Morin, 2002, 2023) encontram alguma similaridade com algumas pesquisas de cunho mais interno à ciência geográfica, tais como as de Camargo (2012), Camargo e Guerra (2007), Dutra-Gomes e Vitte (2020), Limberger (2006) e Neves e Sodré (2022). Elas possibilitam, nas palavras de Neves e Sodré (2022, p. 217), abordar a relação sociedade<>natureza num caminho de articulação coeso. Pois, deve-se enxergar nessa relação uma dinâmica que se constrói na própria relação, ao mesmo tempo em que repercute diferentemente em cada um de seus polos.

Nessa perspectiva, entende-se Mocapajuba como um sistema complexo, passível de ser analisado conforme o comportamento de seus subsistemas. Por sua vez, tais subsistemas funcionam como dimensões que ora foram delimitadas: a dimensão ecológica, que, no geral, vai tratar de uma abordagem mais voltada à interpretação da *physis* do ambiente, não obstante vinculada ao saber ambiental; a dimensão cultural, que tratará do modo de (re)produção da vida e o simbólico nesse percurso de transmissão dos saberes às gerações; a dimensão política, que cuidará majoritariamente dos processos de tomada de decisões; e da dimensão econômica, que estará focada em destacar as potencialidades de um futuro sustentável em desacordo com os ideais de desenvolvimento propalado pelo modo de produção capitalista vigente. Assim, como preceito da própria teoria da complexidade, caminha-se em meio à incertezas, porém, ressaltam-se as oportunidades para melhor decidir em prol do território.

De acordo com Camargo (2012), a complexidade em si é um emaranhado de interconectividades entre redes que se sobrepõem, assim como as grandes redes verticais e horizontais estudadas na geografia. Internamente, o que antes estava em ordem, em virtude do jogo sistêmico de auto-organização, entra em estado de desordem, sendo posteriormente sucedido por nova organização e momentâneo estado de ordem (desfazendo a incoerência positivista de ordem e progresso). Esse fenômeno de desorganização e de reestruturação está na base da evolução por aumento de complexidade. O processo de sucessão que envolve a ordem-desordem-organização-nova ordem é o próprio mecanismo de auto-organização na flecha do espaço-tempo.

Figura 5 - A RESEX-Mar e sua complexidade (geo)ecossistêmica



Fonte: Autoria própria (2024)

No mapa acima contemplam-se a imponência e indissociabilidade da área de mangue para o município de São Caetano de Odivelas, para a UC e principalmente para os usuários e beneficiários da RESEX-Mar Mocapajuba. Os manguezais são um dos ecossistemas mais produtivos do planeta e sua importância para a manutenção de bens e serviços é enorme. São importantes sequestradores e estocadores de carbono na biomassa e no solo. O processo de sequestro de carbono por área de florestas de mangue é da mesma ordem de grandeza do observado em outras florestas tropicais úmidas. Quando se considera o reservatório de carbono contido na biomassa acima do solo, essa similaridade se mantém. Por outro lado, quando é considerado o estoque total de carbono no sistema, incluindo a biomassa subterrânea e estoque no solo, o estoque de carbono em manguezais tropicais por unidade de área é significativamente maior que o observado em quaisquer florestas terrestres, incluindo as florestas tropicais úmidas, como a Amazônia (Soavinski e Maretti, 2018).

Os manguezais ainda contribuem com a redução da vulnerabilidade da zona costeira às mudanças climáticas. A região costeira apresenta elevada vulnerabilidade aos impactos relacionados às mudanças climáticas globais, que incluem alterações dos regimes de chuvas, alterações da temperatura, aumento de eventos extremos como tempestades e marés altas extremas, aumento da concentração de dióxido de carbono e elevação do nível médio do mar. Apesar de os manguezais serem um dos sistemas mais vulneráveis às alterações previstas, esse ecossistema tem importante papel na redução da vulnerabilidade da zona costeira a essas alterações. A presença desses sistemas pode reduzir a vulnerabilidade da zona costeira à ocorrência de tempestades e eventos extremos e a inundações, além de promover a retenção de sedimentos que contribui para compensar parcialmente a elevação do nível do mar e reduzir a vulnerabilidade a processos erosivos (Pimentel, 2019; Schaeffer-Novelli, 2018; Soavinski e Maretti, 2018).

Não obstante toda a complexidade envolta das dinâmicas da área de mangue, o maretório (Nascimento, 2021) também é composto pelo imenso território pesqueiro, o qual configura-se a partir das atividades ligadas à pesca como um dos mecanismos de (re)produção humana mais importantes na Amazônia brasileira, funcionando como fonte de alimento, renda e lazer para grande parte da população que reside ao longo das margens dos rios e seus afluentes. A relação entre o homem amazônico e os recursos pesqueiros é bem antiga, pois a pesca era praticada de forma rudimentar por meio da utilização de instrumentos simples como arco e flecha, o que atendia no passado às populações indígenas e ribeirinhas (Rodrigues, 2021).

Eis a complexidade (geo)ecossistêmica. A lembrar que Souza (2019a) utiliza esse termo com a palavra “geo” entre parênteses porque sugere a junção do conceito de ecossistema,

oriundo da Biologia, e do conceito de geossistema, postulado pela Geografia. No entanto, também afirma que (geo)ecossistema é um termo equivalente ao conceito de ambiente aqui apresentado. O ambiente é uma totalidade em constante totalização (Camargo, 2012; Camargo e Guerra, 2007). No caso de Mocapajuba, é um sistema aberto com seus subsistemas ecológico, cultural, político e econômico. Ao vislumbrar o mapa apresentado, projeta-se a complexidade do fenômeno. As relações dos sujeitos com o rio, com o mar, com o estuário, com o mangue, com as atividades econômicas que daí surgem, com as tomadas de decisões, com o território em si, “tecem”¹⁴ conjuntamente a realidade.

Para se aproximar um pouco das contribuições do pensamento complexo, Camargo (2012, p. 38-39), exemplifica a dinâmica, valendo-se dos fenômenos que ocorrem em um manguezal.

[...] Durante o dia, ele está aparentemente ordenado, ou melhor, em equilíbrio relativo. Contudo, quando um manguezal recebe dejetos orgânicos e inorgânicos, entre em estado de desordem sistêmica e, posteriormente, volta ao estado de equilíbrio dinâmico, que nos remete à formação de nova ordem mais complexa.

A dinâmica de cada manguezal, no entanto, evolui espaçotemporalmente de forma relativa, visto que diz respeito ao conjunto de variáveis que faz parte de cada dinâmica diária do manguezal. Assim, a evolução é espacial, porque possui um determinado conjunto de variáveis que proporciona a mudança em um tempo que também decorre dessa singularidade. Por isso, a evolução é espaçotemporal, e não apenas temporal ou espacial. Nesse sentido, acredito comprovar que o espaço-tempo é relativo, ou seja, é relacional a cada conjunto espacial de variáveis, e isso determina que a flecha do tempo ocorra de forma própria, singular a cada lugar geográfico.

Desse modo, diariamente os manguezais têm sua complexidade ampliada, sua estrutura alterada por aumento de complexidade. A cada dia surge um novo mangue, da mesma maneira que a cada dia fazemos, conjuntamente, um novo mundo, mais complexo. A complexidade e seu aumento constante demonstram que a cada dia nasce uma relação espaçotemporal própria, singular e muitas vezes imprevisível.

Nesse sentido, estabelecendo-se um diálogo cuidadoso com o espaço-tempo odivelense em sua manifesta complexidade, buscar-se-á evidenciar as implicações ou inerências socioespaciais deste território. Isso se dará sempre no horizonte da felicidade como resultante dos processos de tomada de decisão individual e coletiva no ambiente.

¹⁴ Etimologicamente a palavra complexidade significa “o que é tecido junto”. A complexidade, para Morin (2002), apresenta-se em um primeiro momento como um tecido de constituintes heterogêneos, que se encontram e estão associados uns aos outros, expondo, com isso, o paradoxo do uno e do múltiplo em contínua existência. Em uma segunda mirada, percebe-se que esse tecido apresenta condicionamentos, determinações, retroações, interações não explícitas e também acasos (Neves e Sodré, 2022)

4.1 A dimensão ecológica

Com base nos estudos de Pianka (1975), a dimensão ecológica trata das inter-relações entre os organismos e seus ambientes, sendo o ambiente compreendido como a soma total de todos os fatores físicos e biológicos que atuam sobre uma unidade orgânica definida. Quando se diz unidade orgânica entende-se o indivíduo, o grupo familiar, a população, a espécie ou a comunidade. Assim, é possível falar do ambiente de um indivíduo ou do ambiente de uma população e também que o ambiente de um indivíduo contém menos elementos que o ambiente de uma população, que, por sua vez, é um subconjunto do ambiente da espécie ou da comunidade.

Nesse sentido, a dimensão ecológica define-se melhor como o estudo das relações entre os organismos e a totalidade dos fatores físicos e biológicos que os afetam ou estão influenciados por eles. Por sua vez, o ambiente inclui o todo: desde a luz solar e a chuva até o solos e outros organismos. O ambiente de um organismo não só é formado por outras plantas e animais que se encontram diretamente e sim também por processos puramente físicos e substâncias inorgânicas, como as variações diárias de temperatura e as concentrações de oxigênio e dióxido de carbono. Evidentemente tais concentrações podem estar afetadas por outros organismos que, por conseguinte, formam de modo indireto uma parte do ambiente do primeiro organismo. Logo, também sublinha Pianka (1975), qualquer conexão ou interação remota entre duas unidades orgânicas significa que cada unidade é parte do ambiente da outra.

No sentido de aprofundar a complexidade das dinâmicas ecológicas, prossegue o autor afirmando que devido à existência de interações diretas ou indiretas entre quase todos os organismos de uma dada a zona, o componente biótico do ambiente da maior parte dos organismos é extremamente complexo. E que tal complexidade quando unida ao ambiente físico de múltiplas facetas tem-se uma análise ecológica extremamente ampla. Nessa perspectiva, o clima, os solos, as bactérias, os fungos, as plantas e os animais de qualquer área constituem juntos um ecossistema.

É válido lembrar que, ainda segundo Pianka (1975), cada ecossistema apresenta componentes abióticos (orgânicos e inorgânicos) e bióticos. Os componentes bióticos, ou todos os organismos vivos, tomados em conjunto constituem uma comunidade ecológica e geralmente são classificados em produtores, consumidores e decompositores. Os produtores, chamados algumas vezes autótrofos, são as plantas verdes que captam a energia solar e a convertem em energia química. Os consumidores, ou heterótrofos, são todos os animais que se alimentam de plantas ou de outros animais e dependem direta ou indiretamente das plantas para

obter energia. O autor citado indica a existência de vários níveis de consumidores (primários, secundários ou terciários) de acordo com o consumo de plantas diretamente ou outros animais herbívoros ou carnívoros. Os decompositores, que são também heterótrofos, são em geral as bactérias e os fungos e sua função no ecossistema é decompor o material vegetal e animal em componentes mais simples e, na sequência, devolver os nutrientes aos autótrofos. Os decompositores são essenciais para a reciclagem da matéria dentro de um ecossistema.

As plantas e os animais dos ecossistemas podem considerar-se de distintos níveis: indivíduos, grupos familiares, populações, espécies e comunidades. Nenhum desses níveis de organização pode ser entendido isoladamente devido a influência de cada sobre os demais. Portanto, afirma Pianka (1975), todo indivíduo é simultaneamente membro de uma população, de uma espécie e de uma comunidade.

Nesse contexto, a eficácia biológica ou eficácia reprodutora de um indivíduo – sua capacidade de se perpetuar medida pelo seu êxito reprodutivo – está determinada não só por seu status dentro de sua própria população e sim também pelas distintas associações interespecíficas de sua espécie e, em especial, pela comunidade na qual se encontra. Comparativamente cada comunidade está composta por muitas populações e numerosos indivíduos que determinam muitas de suas propriedades, porém, de nenhuma maneira todas. Pois, em cada nível de organização surgem novas propriedades importantes que não são compartilhadas pelo nível precedente.

Essa dimensão em Mocapajuba é composta por três principais ecossistemas locais conjugados: o manguezal, os rios e o mar. Tais ecossistemas fazem parte de uma dinâmica maior e complexa do sistema estuarino amazônico, o qual, de acordo com Durand *et al.* (2022), também influencia comportamentos globais, pois, os fluxos de água doce e sedimentos através do sistema estuarino até sua saída para o Oceano Atlântico equatorial interferem na circulação oceânica e no sistema climático.

Em primeiro lugar, no âmbito regional, a pluma - as águas doces e turvas provenientes do rio Amazonas, que se distinguem da água do oceano em uma distância muito longa – do rio Amazonas, pela quantidade colossal de água doce que traz à superfície do oceano, é capaz de alterar significativamente as trocas de calor entre o Oceano Atlântico e a atmosfera tropical, e assim modificar o clima de toda a bacia do Atlântico Ocidental e dos continentes adjacentes. Ela contribui para a variabilidade do nível do mar ao longo das costas das Guianas e até as Índias Ocidentais, territórios massivamente expostos ao perigo ciclônico e para os quais cada centímetro adicional de nível do mar conta. A própria pluma, em sua extensão de vários milhares de quilômetros da foz até o centro da bacia atlântica, parece contribuir para a intensificação dos ciclones tropicais que se formam ao largo, quando cruzam seu curso. Finalmente, na escala de tempo decadal a centenário, a água doce transportada através do estuário amazônico e redistribuída em toda a bacia do

Atlântico Norte pela circulação oceânica geral tem um papel comprovado no clima das regiões temperadas da Europa Ocidental e América do Norte. Sem a pluma de água doce do rio Amazonas, o Atlântico Norte veria depressões significativamente menos baixas - levando a um aquecimento significativo de todo o sul da Europa e do norte da África - e um resfriamento do clima dos EUA. Da mesma forma, o impacto a longo prazo da entrada de nutrientes amazônicos nos ciclos biogeoquímicos do Oceano Atlântico, e em particular na bomba biológica de carbono, permanece muito mal compreendido. (p.84)

No entanto, para as ênfases necessárias ao desenvolvimento desta pesquisa serão analisadas basicamente dois conjuntos ecossistêmicos presentes na RESEX-Mar e oriundos das falas durante as investigações em campo: o espelho d'água e a área de mangue.

A corroborar com Pimentel (2019) quando enfatiza que as RESEX-Mar amazônidas foram implantadas na perspectiva de atenuar impactos ambientais por uso predatório dos recursos provenientes do conjunto ecológico dos manguezais tem-se uma certa aproximação com a grande importância ecológica e social desses ecossistemas. Desse modo, aprofunda a autora,

No contexto internacional de conservação da biodiversidade, a proteção do ecossistema manguezal é justificada pelos importantes serviços ambientais fundamentais na preservação da vida marinha e estuarina da zona costeira, na proteção da linha de costa, no sequestro de carbono e sua relação com as mudanças climáticas. Isaac (2006) enfatiza que a dinâmica natural da região, caracterizada pela decomposição das florestas de mangue, variação da inundação nas áreas de planície e pela sedimentação de material transportado pelos rios, fornece as condições para a produtividade e exploração dos recursos pesqueiros. (p. 207)

Nessa direção, reforça-se, portanto, a necessidade de se elucidar cuidadosamente alguns aspectos de ordem ecossistêmica que caracterizam as áreas de mangue e de pesca em Mocapajuba enquanto unidades de paisagem (Bertrand, 2004). Inclusive, o que revela a pesquisa de campo é uma preocupação alarmante relacionada à manutenção dos recursos de sobrevivência provenientes dessas áreas.

Com certeza o caranguejo diminuiu o tamanho e a quantidade. Agora fazem baixada pra ir todo dia catando aquele pouquinho, aquele pouquinho, pra chegar na sexta feira ou no sábado e já ter uns 400, uns 500 pra poder trazer. Então diminuiu bastante porque eles andam muito, já não encontram o mangal muito bom [...] De janeiro até junho a gente sabia quais era os peixe de safra que davam bastante. Então aqui existia uma história, agora só história. A serra não deu mais pra nós. Já deu muito, muito de encher vários baú aí e sair. A tainha também já dá, mas pouca. Nós tem a pratiqueira, nós tem a pescada amarela, a gente tinha o serra [...] o camarão também, a gente tem bem pouco já tá mais assim pras cabeceira, não era como que a gente ia ali com nosso puçá e pegava bastante, agora já não, tá muito miúdo o camarão também, muito miúdo mesmo [...] o siri, há vinte anos atrás eu pescava muito siri, muito siri mesmo [...] naquele tempo era no paneiro que a gente botava o siri. Nós ia de manhã umas cinco ou seis na canoa no inverno, porque o siri também pra

nós é no inverno, aí a gente ia pra pegar siri. Então eu trazia nas saca, que lá não dava tempo da gente tá amarrando no paneiro, né, porque a gente vai só pegar. Aí eu trazia uma saca e meia, uma saca de siri, trazia pra casa, aqui que a gente vinha botar dentro dos paneiro pra fechar pra vender pro marreteiro. Mas hoje em dia não tá mais assim. Mexilhão também já desapareceu, só nas comunidade e varia de tamanho. (RAC 1, 49 anos, feminino - entrevista realizada em 29.01.2024).

Conforme se depreende do relato acima, mesmo com a RESEX-Mar já formalizada desde 2014, há uma percepção da diminuição acentuada da disponibilidade dos recursos naturais que fomentam as atividades produtivas locais e a vida cotidiana em si, como destaca outro interlocutor

Quando eu vim pra cá em 94, pra São Caetano em 94, quando eu vim pra cá, eu botava uma panela de feijão aqui no fogo e dizia assim, deixa ali pegar um caranguejo pra gente comer com feijão. Logo na beirinha. Hoje você anda quilômetros dentro do mangue e você não encontra caranguejo. Aqui nesse mangue, você anda quilômetros e quilômetros e não acha caranguejo. (RCF 9, 66 anos, feminino - entrevista realizada em 31.05.2024).

Tal situação já foi detectada pelo ICMBIO desde os estudos socioambientais realizados para criação da RESEX-Mar em questão. A instituição registra que “os manguezais, assim como as florestas tropicais úmidas, encontram-se sob ameaça. No entanto, os mangues não têm recebido atenção necessária, no que se refere à conservação deste ecossistema” (ICMBIO, 2014. p. 94), muito embora, os manguezais e o ambiente estuarino mantenham um ciclo de exportação de material orgânico em decomposição e de nutrientes provenientes do mangue para as águas do mar, que favorecem a região para a produção pesqueira.

Na imagem, a seguir, retrata-se a floresta de mangue com espécies vegetais características: o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*) e mangue preto ou siriúba (*Avicennia spp.*). A *Rhizophora mangle* apresenta casca geralmente lisa e clara que, quando raspada, mostra uma cor avermelhada. Sua principal feição são as raízes-escora que formam arcos característicos capazes de sustentar a árvore e as raízes adventícias que partem dos troncos e dos galhos, atingindo e penetrando o substrato. A *Avicennia spp.* apresenta tronco geralmente de cor castanho-clara e que, quando raspado, mostra cor amarelada. Seu sistema de raízes difere do mangue-vermelho, pois apresenta um sistema de raízes radiais que crescem horizontalmente abaixo do substrato, formando uma verdadeira base de sustentação para a árvore. Dessas raízes radiais surgem os pneumatóforos: raízes modificadas que crescem verticalmente, saindo do sedimento e expondo-se ao ar. Tal adaptação está relacionada às trocas gasosas necessárias à sobrevivência da árvore em um sedimento pouco oxigenado (Schaeffer-Novelli, 2018).

Figura 6 - Por dentro do mangue



Fonte: Autoria própria (2024)

Na pesquisa de Maciel (2009) constata-se que os manguezais são um dos mais importantes ecossistemas da costa norte do continente sul-americano, principal traço de união da paisagem litorânea, estendendo-se desde o delta do Orenoco (Venezuela) até a baía de São Marcos, no Maranhão (Brasil).

Eles crescem e se desenvolvem na interface entre o continente e o oceano, na zona de balanço das marés, penetrando pelos estuários, numa dinâmica de fazer e refazer”. Fronteira em eterno movimento, na transição água salgada-água doce, onde o destruir representa a reconstrução mais além, onde o equilíbrio dinâmico entre as forças do mar e da terra significa a permanência de uma vegetação específica de alta resiliência. Os bosques de manguezais, adaptados de forma exemplar ao ambiente costeiro, sustentam uma extensa cadeia alimentar, que inclui desde animais e plantas microscópicas, até importantes comunidades humanas. (Maciel, 2009, p. 26)

No que se refere a Mocapajuba, os mangues se distribuem pelas margens das desembocaduras dos rios e das reentrâncias costeiras, onde ocorre o encontro das águas dos rios com as do mar (Vale *et. al.*, 2018). Esses manguezais são classificados como sendo do tipo ribeirinho e de ilha, pois os rios que compõem esse ecossistema são margeados por esses vegetais desde as áreas de transição com as várzeas e igapós até sua foz. Ali há presenças das espécies de siriubeiras, tinteira (*Laguncularia racemosa*) e de mangueiro ou mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), (ICMBIO, 2014).

Figura 7 - Elementos de reprodução e manutenção do ecossistema manguezal



Fonte: Autoria própria (2024)

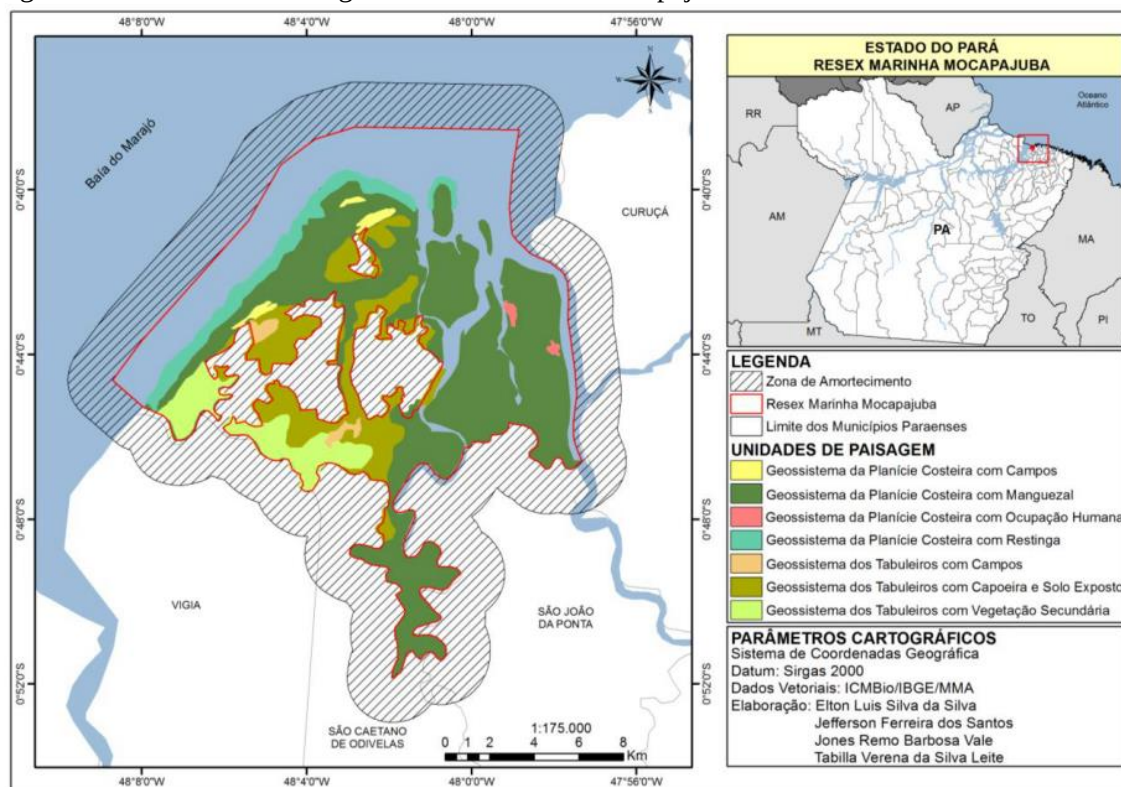
O recurso imagético acima mostra um singelo registro do movimento de reprodução e de manutenção do ecossistema local. São sementes (a maioria de siriúba), folhagens, raízes, galhos, elementos em decomposição, aparentemente em desordem que auto organizam a natureza. Assim, Schaeffer-Novelli (2018, p. 24), quando explora a dinâmica da feição lavado – feição em contato direto com o estuário ou com as águas costeiras, o lavado corresponde a um banco de lama exposto somente por ocasião das baixa-mares de marés de lua ou marés grandes – amplia o detalhamento desse ambiente.

Sobre a superfície desses bancos de lodo vivem ricas comunidades de vegetais microscópicos, as microalgas bentônicas, responsáveis por grande parte da síntese de fitomassa exportada pelo ecossistema aos corpos de água adjacentes. Alguns lavados podem ser colonizados por gramíneas. As mais comuns pertencentes ao gênero *Spartina* (capim-praturá) que, com suas raízes fasciculadas ou em cabeleira, auxilia na fixação das partículas finas de lama e também ajudam a aprisionar propágulos. Enterrados no lodo do lavado são encontrados mariscos como chumbinho, unha-de-velho e lambreta, além de invertebrados muito apreciados pelas aves nas baixamares e por peixes nas preamares.

Os solos que compõe o manguezal são oriundos da disposição de sedimentos aluviais de natureza muito variável, são hidromórficos, rasos ou pouco profundos, com textura variável, normalmente com dominância de silte e argila, e seu nível de fertilidade natural é baixo. Esses solos são rasos, ricos em argila e facilitam o escoamento superficial. Eles normalmente margeiam os cursos d'água sob vegetação de florestas de várzea ou mangues, normalmente associados aos Gleissolos (ICMBIO, 2014; Vale *et. al.*, 2018).

Como relatado em trabalho exemplar de Vale *et. al.* (2018), na intenção de já subsidiar a elaboração do Plano de Manejo da RESEX-Mar Mocapajuba, os autores propõem a identificação de unidades de paisagem, de acordo com mapa e descrições seguintes.

Figura 8 – Unidades de Paisagem da RESEX-Mar Mocapajuba



Fonte: Vale *et. al.* (2018)

Como notado, nessa proposição, há a identificação de sete unidades de paisagem¹⁵, quais sejam: Geossistema da Planície Costeira com Campos, Geossistema da Planície Costeira com Manguezal, Geossistema da Planície Costeira com Ocupação Humana, Geossistema da Planície Costeira com Restinga, Geossistema dos Tabuleiros com Campos, Geossistema dos Tabuleiros com Capoeira e Solo Exposto e Geossistema dos Tabuleiros com Vegetação Secundária. E, de acordo com os autores, a geomorfologia da área encontra-se compartimentada em duas classes: planícies e tabuleiros. A planície, é caracterizada por uma área plana resultante da combinação de processos de acumulação fluvial e marinha, sujeita ou não a inundações periódicas, podendo comportar canais fluviais, manguezais, cordões arenosos e lagunas. Por sua vez, os tabuleiros apresentam formas de relevo de topos tabulares, baixos platôs, com rampas suavemente inclinadas (VALE *et. al.*, 2018). Assim, pelo o que se pode observar do

¹⁵ Os autores utilizaram como critérios o uso da terra, as características da vegetação e os recursos naturais conforme a proposta de Monteiro (1987) e taxonomia estabelecida por Bertrand (2004).

mapa acima, as áreas de mangue e de pesca assumem, de fato, uma condição de extrema importância para a (re)produção da vida tanto na RESEX-Mar quanto no município odivelense.

Figura 9 – A praia da Ponta Bom Jesus



Fonte: Autoria própria (2024)

A imagem acima revela a oportunidade ímpar que o pesquisador teve de conhecer *in loci* um pedaço da riqueza do ecossistema. A praia formada em ambiente costeiro na comunidade da Ponta Bom Jesus é possuidora de uma beleza cênica indescritível. Além de toda experiência singular que se tem no trajeto entre o centro da comunidade até o “costeiro” ou “beiradão”, como é comumente chamada a área. Para chegar até lá caminha-se por dentro do manguezal em trilhas, pontes e solo lamento. No registro, a distância entre o pesquisador e o extrativista local não foi proposital. Dado todo o conhecimento obtido na relação com o ecossistema ao longo do tempo, em solo frágil, ele conseguia deslocar-se com extrema facilidade, já o pesquisador, ficou para trás.

Nesse esforço de aproximação entre o que é dinâmica da natureza e dinâmica social e as múltiplas interações, relações e (re)produções territoriais que daí eclodem, Teles e Pimentel (2015) abordam a questão do Complexo Territorial Natural, tratada por Bertrand e Bertrand (2009) *apud* Teles e Pimentel (2015), como uma nova interpretação do conceito de geossistema que, a partir de então, articula os aspectos físico-naturais em conjunto com os usos e as apropriações humanas que se faz dos ambientes.

É importante salientar que um geossistema pensado como um Complexo Territorial Natural serve para designar um sistema geográfico natural homogêneo associado a um território, ou seja, seu funcionamento engloba o conjunto de transformações inerentes a sua estrutura física, associado às transformações antrópicas. Nesse sentido, a perspectiva territorial do

geossistema estaria em correlacionar os elementos do meio natural com os elementos do sistema social. (Teles e Pimentel, 2015. p. 387).

Na busca de uma interpretação holística entre sociedade e natureza, as autoras destacam que a conservação das espécies vegetais típicas do mangue é fundamental para a manutenção do equilíbrio do manguezal, que abriga espécies animais essenciais para o consumo da população local. Os solos também são um componente importante na estrutura dessa cobertura vegetal, uma vez que no bioma Amazônico eles têm grande capacidade de reciclar e produzir biomassa. Além disso, são fundamentais na captação de água e nutrientes das espécies vegetais (Teles e Pimentel, 2015).

Na fotografia, a seguir, denota-se exatamente essa relação entre o que a dinâmica de natureza não humana produz e o movimento humano de apropriação. Em síntese, o ecossistema e suas (re)produções e trocas energéticas garantem a existência da área de mangue, ao seu solo carregado de composições químicas capazes de alimentar e desenvolver o caranguejo (*Ucides cordatus*) – e outras espécies – e o ser humano, dotado de poder (cultural, político e econômico) que, para sobreviver, toma a decisão de se apropriar do recurso ou para consumo próprio ou para estabelecer trocas comerciais.

Figura 10 - Catador e sua relação com o manguezal



Fonte: Autoria própria (2024)

Cabe ressaltar ainda, pelo que orienta a pesquisa de (Vale *et. al.*, 2018), a zona costeira em São Caetano de Odivelas é influenciada por regimes regionais de macromarés (>4m), onde predominam feições geomorfológicas características, por exemplo, com extensos depósitos de lama de planície de maré, estuários, baixios, pântanos salinos, dunas, praias e leques de

lavagens associados. Há ambientes de transição entre os terrenos de marinha e terra firme onde encontram-se áreas de fragmentos de vegetação natural, com presença de vegetação secundária. Essa vegetação é resultante da alteração da floresta ombrófila densa de terra firme e sua regeneração posterior, o que ocorre por meio de sucessivas intervenções antropogênicas, e inclui tanto os trechos de mata, que indicam estágios mais avançados de regeneração, quanto estratos herbáceos e arbustivos (ICMBIO, 2014).

Ali são encontradas também as capoeiras como resultantes do processo de ocupação das comunidades, abertura de áreas para cultivos agrícolas de subsistência e pastagem (Cardoso, 2013). Dentre as espécies vegetais mais frequentes encontrada na vegetação secundária estão: *Parahancornia amapa* (amapá) e o *Simarouba amara* (marupá) e núcleos de palmeiras, principalmente tucumã (*Astrocaryum vulgari*), inajá (*Maximiliana maripa*) e coco-d'água (*Cocus sp*), (ICMBIO, 2014; Cardoso, 2023).

Figura 11 - Extrativista e plantas medicinais



Fonte: Pesquisa de campo (2024)

O saber ambiental local é incomensurável. Na imagem acima mostra-se a habilidade intrínseca no manejo de plantas medicinais da extrativista. Isso denota que a dimensão ecológica não pode ser tratada como um zoneamento de áreas que não pode ser usada. Muito pelo contrário. É exatamente a partir da interação milenar, harmônica e em equilíbrio dinâmico com a natureza, oportunizada pelo saber das comunidades extrativistas, que se pode vislumbrar uma, ou várias, alternativa(s) de vida. Assim, Krenak (2020, p. 4) encoraja a uma (re)conexão entre humanidade e natureza,

Nós estamos vivendo um momento no nosso Planeta que suspende a todos nós do nosso estado cotidiano. E não podemos operar no automático. Cada um de

nós acordou nesta manhã com a experiência de um repouso e uma recepção de um dia novo que nos aparece. Nós não podemos viver no automático. Eu convido vocês a experimentarem alguma mudança nesse contato e pegarem algum elemento da natureza, como folhas, pedras, terra, um pouco de água, ou outros. A ideia é que vocês tenham alguma experiência daquilo que chamo de fricção com a vida, para não vivermos em câmera lenta. Para vivermos em conexão. Isso permite fazermos uma experiência sensorial, que é exatamente a de transpor essa distância. Então, mediados por esses materiais, podemos ficar nessa ligação com o que é mineral, com o que é vegetal, com esses elementos da natureza, porque eles estão no nosso corpo também. Então, a gente pode fazer uma conexão por meio deles. Podemos fazer uma experiência de uma conexão que não é só virtual. Podemos fazer uma conexão sensorial, em outros termos, com o propósito desse nosso encontro, porque assim ele fica mais potente e mais animador para todos nós.

Com relação à hidrografia, Cardoso (2023) aponta que o principal rio do município de São Caetano de Odivelas (PA), e consequentemente, da RESEX-Mar Mocapajuba é o rio Mojuim. Este corta o município de norte a sul, servindo de limite natural, a sudeste, com o município de São João da Ponta (PA), banha grande parte das comunidades rurais, além da sede municipal e é considerado um dos principais meios de navegação e sustento para a população local. Destacam-se também: o rio Maruimpanema, que banha a ilha de São João dos Ramos; o rio Mocajuba que banha a ilha de São Miguel e serve de limite natural, a leste, com o município de Curuçá (PA); o rio Barreta que banha as comunidades de Santa Maria da Barreta e Monte Alegre e serve de limite natural, a oeste, com o município de Vigia (PA); o rio Camapú que banha a comunidade de Boa Vista, considerado um importante meio de navegação e sustento para as comunidades RESEX, dentre as quais destacam-se Alto Camapú, Camapú Miri e Madeira; e o rio Pererú que banha as comunidades de Alto Pererú e Pererú de Fátima onde ocorre a ostreicultura (ICMBIO, 2014). Outro componente importante da hidrografia do município são os chamados “furos”, que ocorrem nas áreas mais baixas, próximas ao litoral. Esses “furos” são canais de marés naturais, geralmente utilizados como “atalhos” na navegação fluviomarina (Maciel, 2009; ICMBIO, 2014).

Essa hidrografia, caracterizante do conjunto estuarino odivelense, garante um amplo potencial pesqueiro, muito embora ultimamente sofra com os impactos da voracidade da economia de mercado que aumenta cada vez mais a apropriação dos recursos de pesca (Rodrigues, 2021). Assim, sinaliza um extrativista:

Esses menino aqui. Esse aqui é o meu filho mais velho. A gente secava grude aqui na frente de casa. Eu fazia aqui um girauzinho assim. Nós saía daqui de casa, a pescada amarela ela é malhada pela força da lua. Por exemplo hoje é dia de lua nova hoje, né. Ontem já dava para começar pescar ontem. Ontem, véspera de lua, hoje dia de lua e mais três dias depois. Então são quatro dias de pesca, no máximo cinco. No quinto dia tu já não faz uma boa pescaria. A

gente saia daqui de casa dia de lua. A gente assistia o esporte, saia, não levava dispesa nenhuma. Aí nós dava uma redada lá, puxava, quando era meia noite a gente já estava aqui em casa. Vinte pescada, trinta pescada, cinquenta pescada, só pescada grande. Aí nós fazia quatro dias de pescada [...] Em 2003, por aí, então assim, nós pescava quatro dias por exemplo, matava oitenta, setenta, cem, cento e poucas pescada, aí nós sentava no tronco desse pau aqui. Nós ia limpar grude, tá entendendo? Aí botava pra secar. Aí hoje eles falam para os pescadores aqui que estão pescando hoje, o jovem né. Cara, nunca mais volta. Quando a gente era moleque o papai secava grude aqui na frente de casa, nem ladrão não tinha para roubar (risos) hoje o cara nem seca mais, porque se ele botar na frente da casa o cara vem e rouba. (MCD 2, 64 anos, masculino - entrevista realizada em 16.01.2024)

No relato acima, constatam-se a diminuição do recurso pesqueiro ao longo do tempo, o saber ambiental intrínseco (quando das saídas estratégicas para pescar em noite de lua), a noção de que esse tempo (de abundância) nunca mais volta e a questão de, nos dias atuais, ter que lidar com quem “rouba” a produção. Toda essa situação revela, novamente, a complexidade (geo)ecossistêmica vivenciada na RESEX-Mar Mocapajuba. Complexidade tal que é composta também por outras dimensões analisadas aqui. Nessa direção, segue-se à abordagem relacionada ao contexto cultural odivelense.

4.2. A dimensão cultural

Para que se possibilite uma melhor compreensão do funcionamento dessa dimensão é importante delinear-se um percurso teórico. Nesse sentido, historicamente constata-se que as definições a respeito do conceito de cultura são incontáveis no meio acadêmico-científico. Contudo, é na Antropologia que as primeiras noções sobre se estruturam e apontam determinadas qualificações.

A exemplo, Laraia (1986) cita que Heródoto (484-424 a.C), Tácito (55-120), Marco Polo (1254-1324), José de Anchieta (1534-1597) e Montaigne (1533-1572) ensaiam a “pré” história conceitual sobre o que vem a ser cultura quando tratam sobre costumes singulares a cada sociedade. O autor também exprime que a junção do termo germânico *kultur*, e do francês *civilization*, constitui a cultura como um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos humanamente em uma sociedade. Para esse antropólogo, o ser humano é o único ser possuidor de cultura e herdeiro de um longo processo acumulativo que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam.

Em Garcia-Canclini (2007), tem-se que a cultura é um conjunto de processos sociais de significação. Ela abrange os próprios processos de produção, circulação e consumo do que chama de “significação na vida social” (p.41). E o autor ainda aponta duas noções elementares sobre: da cultura enquanto acúmulo de conhecimentos e aptidões intelectuais e estéticas; e como produto da oposição metodológica entre cultura e natureza, e cultura e sociedade.

Sob o enfoque de outros horizontes teóricos, a cultura pode ser um referencial de natureza tanto inconsciente quanto consciente que preside as modalidades mais significativas do comportamento dos seus portadores (Viertler, 1999). Atribuída de referenciais mentais que dão sentido ao comportamento social dos indivíduos, associada à manifestações materiais e espirituais, oferece um panorama de estilos, valores e aspirações dos mais diversos os quais antecedem a organização da sociedade. É, portanto, constructo inerente a qualquer sociedade humana, por mais simples que ela possa parecer, do ponto de vista tecnológico ou material.

Para outros autores, a discussão atual sobre a dimensão cultural perpassa pela dinâmica antagonica do processo de globalização, ora homogeneizante, outrora, ou concomitantemente, heterogeneizante (Apaddurai, 2002; Caballero-Arias, 2007; Escobar, 2000; Viola, 2000). Dentro dessa perspectiva, os processos sociais de significação são, sobremaneira nos chamados países do Sul, constantemente entranhados de externalidades e, ainda para Garcia-Canclini (1997), são tais processos que dão origem à hibridação cultural, caracterizada pela interação de constructos simbólicos entre o global e o local. Assim, a cultura é um produto intrinsecamente produzido a partir das significações dadas pelo homem a seu entorno, algo que tem um movimento e é consumido segundo as significações dadas também pela outridade.

É relevante expor que Wagley (1977) entende a cultura como um todo que emana do modo de vida de um povo. Segundo ele, a cultura é “[...] o legado social que o indivíduo recebe do grupo a que pertence” (p. 251). Nessa proposição, o conceito também integra outras dimensões, quais sejam: parte do ambiente criado pelo ser humano, que inclui as instituições econômicas e religiosas, os costumes, o comportamento habitual e as atitudes dos seus habitantes; e, ainda, todas as maneiras de vida que aprenderam como membros de sua sociedade e que transmitem a sua descendência.

De acordo com Santos (2012), no âmbito das contribuições da ciência geográfica para o conceito, o enfoque cultural se recusa a considerar a natureza, a sociedade, a cultura e o espaço como realidades prontas. Todavia, julga-se que o mundo é um todo complexo. Para mostrá-lo, parte-se dos indivíduos e se debruça em suas experiências.

Nesses caminhos, é possível considerar tanto a dimensão material da cultura como a sua dimensão não-material. E, com visto em Corrêa e Rosendahl (2007), a chamada Geografia

Cultural é quem une esses aspectos que são vistos em termos de significados e como parte integrante da espacialidade humana. Logo, há de ser vista tanto no presente como no passado, tanto como objetos e ações em escala global como regional e local, tanto em aspectos concebidos como vivenciados, espontâneos como planejados, aspectos objetivos como intersubjetivos.

Em Mikesell (1978) *apud* Corrêa (2001, p. 19) elucida-se

Qualquer sinal da ação humana numa paisagem implica uma cultura, atrai a história e demanda uma interpretação ecológica; a história de um povo evoca sua instalação em uma paisagem, seus problemas ecológicos e seus concomitantes culturais; e o reconhecimento da cultura leva à descoberta dos traços deixados sobre a terra.

Assim, dentro dessa orientação, todos os fatos geográficos são de natureza cultural e possibilitam maior acuidade no trato científico para interpretação da realidade.

De modo mais enfático, Porto-Gonçalves (2023) assinala que a questão ambiental parece exigir um novo paradigma onde a natureza e cultura não caiam uma fora da outra: “A cultura humana não sai da natureza, ao contrário, é uma das suas qualidades. O homem, por natureza, produz cultura. E o faz desenvolvendo-se a partir de um patamar já alcançado pelos primatas, pelos homínidas até chegar ao *homo sapiens*. Há, portanto, continuidade e descontinuidade no processo de constituição do homem” (p.83). Nessa concepção denota-se a indissociabilidade entre natureza e cultura, e cultura e natureza.

Ora, o homem é um ser que por natureza produz cultura; esta é a sua especificidade natural. Diferentemente do pensamento corrente, os homens ao longo da história criam normas regras e instituições não para evitar cair no estado de natureza. Ao contrário, eles o fazem desenvolvendo a sua própria natureza não somente em função dos estímulos advindos do meio ambiente, mas também das relações que os homens estabelecem entre si [...] Cada povo-cultura é uma experiência única e radical e é no interior desse ambiente cultural que se desenvolvem os atributos e qualidades sem os quais, para os indivíduos que nele vivem, a vida não vale a pena ser vivida. (pp. 94-95)

O pensamento corrente a que se remete o autor é o trabalhado (e imposto) pelo modo de produção capitalista. Tal pensamento, transformado em ideologia e implementado como ações e práticas baseia-se na separação (ontológica e epistemológica) entre sociedade e natureza. Isso faz com que as intervenções ministradas no âmbito da mera (re)produção (ampliada) do capital seja majoritariamente incoerente com a realidade vivida em qualquer ambiente da superfície terrestre, em especial, na Amazônia.

Então, denuncia o autor, em outra obra:

Os indígenas, os *cimarrones/quilombolas/pallenqueros* ou os indígenas em isolamento voluntário ou em busca da *Loma Santa*, ou das Terras Sem Males,

ou do *Bem Viver* trazem experiências inspiradoras com outros horizontes de sentido que no mínimo merecem ser ouvidos nesse momento de crise do padrão de poder (e do saber) capitalista moderno-colonial patriarcal. Afinal, é com esse padrão de poder e de saber que a civilização europeia vem colocando em risco o planeta e a humanidade em sua diversidade com a ruptura metabólica acelerada, sobretudo após a revolução (nas relações sociais e de poder) industrial e seu fossilismo. Não se vai salvar a Amazônia, como se costuma dizer, partindo dos mesmos princípios epistêmico-políticos que devastaram todo o planeta. A Amazônia não é só floresta/água, é também a cultura dos povos que ali vivem e que detém um enorme patrimônio de conhecimentos com a floresta/rio que são outros valores que se oferecem nesse momento de caos sistêmico de crise do padrão de poder/de saber moderno-colonial capitalista eurocentrado. (Porto-Gonçalves, 2017. pp. 96-97).

Nesse ínterim, é crucial ouvir as vozes amazônidas que ora perfazem a centralidade desta tese. Em São Caetano de Odivelas testemunha-se uma culturalidade pujante que revela o modo de vida local em íntima relação e interação com a natureza primeira (mangue e rio-mar) e se manifesta na maioria das expressões de cunho simbólico material e imaterial, seja na paisagem ou no território.

Essa invenção dessa cobra aqui, nós temos um, nós tinha algum colega, tinha não, ele mora aqui. Nós temo um parceiro ali que é tio dela aí que tinha um barco bem grandão ele, era pegava vinte, dezoito toneladas aí. E nesse dia a gente estava pescando pra fora. E nós passava peixe pra esse marreteiro lá no porto. E foram trocar os mangote de borracha de, que saiam, que os caras lavaram, né? Tem aqueles mangotão. Borrachuda, né, grandona ela. Quando eu cheguei de fora, de dentro do porto, que lá só era de maré. De dentro do porto, cheguei e o rapaz disse assim, olha [...] tem um negócio muito bacana aí. Eu, o Marreco, ele me chamou. Eu digo, o que foi? Qual é a onda aí? Disse, olha tem um, vem cá vê esse negócio, me amostrou. Tá vendo essa borracha aqui? Tô. Bora fazer uma cobra? Não, isso passou. Bora, bora fazer uma cobra isso aí. Pra que tu já quer cobra já? A cobra ainda vai te morder. Vai fazer mal pro teu bico. Não, a gente vai botar o bloco da cobra, inventa já o bloco da cobra (...) Olhando pra mangueira que iniciou esta bendita cobra com esta borracha. E aí tá, redemo o peixe todinho, muito peixe. Sentemo, então, vamu embora pra São Caetano. Peguei uma bendita borracha. Rodemo ali, mais ou menos, no meio em duas parte. E aí levamo prum senhor que já morreu, que é ele que prepara esses negócio tudinho. Com qualquer bicho. E mandei ele fazer a bendita cabeça da cobra e o rabo dela. Cheguemo lá, quando foi com uma semana, com três dias, cheguemo lá e ligamo pra ele. Disse olha bora buscar a cobra que a cobra tá pronta. Cheguemo lá que eu olhei pra bicha tava pronta mesmo a bichona. Ela não era grossa, era finoza assim. Mas era a cobra geral mesmo ela pronta. Disse é, já que é pra colocar o arrastão da cobra, então vamo colocar. E o carro? Não tem carro. O final dela é que tinha uma carroça velha ali. Mas tava boa, né? Ajeitemo a carroça, fomo lá, falamo com ele, ele já enrolou com a gente mais a mulher dele, e acabando que enfeitemo aquela coisa, fizemos um arco grande naquela carroça [...] É carnaval. Aí fizemos uma roda nela aqui, botemo, botemo em cima, barremo, troquemo tudinho, enfeitemo, ficou bonito. E agora sai pra ganhar os benefício, pra ajudar, pra ajuda, né. Desde a cidade, espalhando convite, bucado de coisa aí, pessoal e pedindo as coisas pro pessoal. Sei que nós conseguimos bucado de coisas. Tá, saiu o primeiro dia logo da cobra. Primeiro ano aqui nessa comunidade dessa

cobra. Deu gente. Deu gente [...] A prefeitura mandou uma banda de música pra cá, pra fazer acompanhamento do arrastão e o carro-som atrás. (RCF 5, 62 anos, masculino - entrevista realizada em 25.01.2024).

A partir desse relato tem-se uma rica aproximação do quanto cultura e natureza não humana caminham juntas na (re)produção do território em Mocapajuba. Há destaque para os elementos da pesca na rotina de estar embarcado. Também para o processo criativo da arte em si quando confeccionam os elementos simbólicos como a cobra, os enfeites, a carroça. E a alusão à musicalidade que, por sinal, *in loci* observou-se que essa linguagem artística é extremamente forte no município de São Caetano de Odivelas. Além do próprio contexto festivo e carnavalesco.

Na Figura 10, adiante, constata-se alguns elementos inerentes à identidade dos extrativistas, nesse caso, pescadores artesanais. As embarcações, o apetrecho de pesca, a própria rampa de acesso ao rio são produções culturais e instrumentais peculiares. Assim, Santos (2016, p. 69) vai dizer que isso indica

[...] a existência de populações humanas com modos de vidas completamente conectados com a natureza. Elementos como rio, água, vento, ou objetos como barco, rede, estão relacionados aos seus modos de vida, a associação desses itens com diferentes fatos cotidianos, indica que o ambiente aquático e o exercício de pesca para os pescadores não representam apenas fontes de subsistência.

Figura 12 - Embarcações e apetrecho de pesca



Fonte: Autoria própria (2024)

Como visto, a cultura sempre extravasa toda e qualquer tentativa de delimitação espaço-temporal. Nesse cenário, Furtado (2006) reverbera que as atividades de pesca significam

um modo de viver no âmbito da sociedade envolvente, isto é, representa muito mais do que simplesmente uma atividade ocupacional, mas um modo de ser e de existir diferenciado, pautado nas relações com o ambiente natural. Pois, “toda cultura elabora os seus conceitos, inclusive o de natureza, ao mesmo tempo em que institui as suas relações sociais” (Porto-Gonçalves, 2023, p. 97).

Nesse contexto de extravasamento cultural, de acordo com Santos (2016), as atividades culturais em São Caetano de Odivelas incluem lazer, culinária e religiosidade e carregam consigo uma conexão profícua com a prática da pesca e suas vertentes. A exemplo, relatam-se os festejos juninos, os círios das comunidades, os festivais de camarão e o festival do caranguejo. Em tais manifestações ainda se destacam a festa do Boi de Máscara, Boi-Tinga, e os cordões de pássaros, que consistem em teatralizar com músicas as histórias do imaginário popular, além do usos das fantasias com pirrôs¹⁶, buchudos¹⁷, cabeçudos¹⁸ e outros elementos (Cosme, 2020; Pinheiro, 2014; Silva, 2011). Reproduz-se também a procissão de barcos pelo rio Mojuim, no dia de São Pedro, padroeiro dos pescadores – evento organizado pela Colônia de Pescadores Z-04 localizada no município.

Em outro relato é possível adentrar um pouco mais nessa dimensão.

Era porque anteriormente quando o meu pai falava que eles vinham no Marajó e eles sempre faziam as festas. Então, como eles passavam de três a seis meses na pesca, quando eles chegavam do Marajó eles vinham nas canoas, vinham várias. E eles vinham logo lá no meio do mar já soltando fogos. Pra dizer que eles estavam chegando. E aquilo, o papai dizia que eles coletavam genipapo, que eles passavam pelo meio dos espaço e tinham o genipapeiro e já vinham com genipapo pra fazer a cachaça, com geinpapo, os licores. Então eles começavam a ter, ah, vamos colocar logo o boi, porque todo mundo estava chegando com dinheiro e tudo mais. Esse voltar pra casa que eles faziam as festas, as festas do boi, a festa de São João, de São Pedro e tudo mais. Então era um momento de alegria porque seis meses eles passavam fora, três a seis meses, entendeu? Então eles vinham com muito peixe, as roupas de peixe salgado e para isso eles festejavam [...] Saiu o boi, aí eles se vestiam mais de buchudo, mais de, e eles foram enfeitando. Com o passar do tempo, começou a surgir os cabeçudos, os perrôs, as máscaras. Elas foram com o passar do tempo, porque hoje você vê várias coisas que vão aumentando. Hoje tem os brincantes, eles já fazem tudo de rosa, tudo de vermelho, já tem várias coisas. Mas antes eles colocavam simplesmente a toalha atrás. E hoje eles já fazem com nome atrás, então, antes não tinha tanta. Eles brincavam com o que eles tinham mais. Hoje já é sofisticado, né? (RAC 1, 49 anos, feminino - entrevista realizada em 29.01.2024).

¹⁶ Figurino composto pelo macacão de cetim, a máscara e o capacete, além de outros acessórios que complementam sua indumentária como a romeira, o meião e a toalha.

¹⁷ A citar Silva (2011, p. 97) tem-se que para compor seu figurino “qualquer coisa serve”, até mesmo trapos velhos, que são justamente a tônica da sua indumentária desde as primeiras brincadeiras.

¹⁸ Adereço que imita uma cabeça gigante, confeccionada em papel, tinta e cola, onde o brincante consegue adentrar, deixando praticamente apenas os pés para fora.

Novamente, a partir do relato acima, remete-se a Silva (2011, p. 197) quando salienta feições cênicas do brincar em São Caetano de Odivelas, explorando o imaginário amazônico.

O imaginário é o emaranhado, cuja ponta se perde no tempo, e, também, o rio por onde navegam tantas e tão longínquas matrizes estéticas formadoras das culturas. Esse rio, habitado em suas margens por todas as etnias, deságua na festa, e ela, na brincadeira. A brincadeira, enfim, retorna ao imaginário e dele se alimenta. O imaginário amazônico, apresentado na festa de Odivelas, atualiza o encontro com outros imaginários. A aceitação e a negação de tradições ou de inovações é parte de um processo ininterrupto de trocas culturais pelo qual as culturas se organizam diante dos novos universos que se apresentam na contemporaneidade.

Compreende-se, portanto, a dinâmica complexa da dimensão cultural em São Caetano de Odivelas e sua RESEX-Mar. Orientada pelas incontáveis inter-relações entre os sujeitos no cotidiano e que articula seus movimentos, ou manifestações, majoritariamente aos elementos de natureza não humana (*physis*), bem como, pelas interações simbólicas materiais e imateriais com o tempo passado e o presente, que projetam também o próprio futuro (mesmo que nesse processo existam desafios, como será salientado adiante).

Ainda a exemplo desse extravasamento cultural e no sentido de enriquecer uma postura anti-hegemônica às demandas do modo de produção econômica e social vigente (leia-se capitalismo), Cosme (2020, p. 25) desvela

Hoje, a manifestação Boi de Máscaras, assim como as pinturas de And Santtos e Adriano DK compreendem uma forma de sociabilidade na cidade, através de dinâmicas comunicativas e participativas, a partir de suas intervenções artísticas. Visibilizar a arte urbana na Amazônia, num município pequeno, como São Caetano de Odivelas, contraria o discurso generalista sobre a Amazônia, uma região quase sempre identificada apenas pela imensa floresta. As pinturas de And Santtos e Adriano DK representam, de certa forma uma quebra de paradigmas e estigmas, pois os dois são artistas produzindo fora inclusive dos grandes centros urbanos da Região Norte.

Tais expressões citadas pela autora podem ser visualizadas nos recortes imagéticos da paisagem urbana odivelense, a seguir (Figura 11 e 12).

Figura 13 - Expressão da arte urbana em São Caetano de Odivelas (1)



Fonte: Autoria própria (2024)

Figura 14 - Expressão da arte urbana em São Caetano de Odivelas (2)



Fonte: Autoria própria (2024)

Nesse momento, é nítido reconhecer que há vários mecanismos ou processos que (re)produzem e fortalecem a cultura local. No entanto, quando Leff (2015, p. 442) propõe e alerta sobre a necessidade de uma pedagogia da complexidade ambiental preocupada com uma educação que deva

[...] não só preparar as novas gerações para aceitar a incerteza do desastre ecológico e capacidade de resposta para o imprevisto; deve, sobretudo, formar novas mentalidades capazes de compreender as complexas inter-relações entre os processos objetivos e subjetivos que constituem seus mundos de vida,

e gerar capacidades para a construção do inédito. Trata-se de uma educação para a construção de uma nova racionalidade; não para uma cultura de desesperança e alienação, mas para um processo de emancipação que permita novas formas de reapropriação do mundo.

Nesse contexto, torna-se urgente convergir esforços para garantir a (re)produção de saberes odivelenses, dada todas as suas características indissociáveis entre cultura e natureza, no âmbito da juventude local. Isso, pois, dados coletados em campo revelam que há fragilidades preocupantes nessa estrutura de transmissão de saberes entre as gerações.

Nessa abrangência, no Quadro 5, em frente, estimam-se tais fragilidades de acordo com os relatos coletados em pesquisa de campo. Esses relatos quando confrontados com os dados do Questionário Socioambiental aplicado, em especial ao item 11 que indaga sobre o saber da existência da RESEX-Mar no município, possibilitam inferir que, ao longo do tempo, o fortalecimento dos saberes sobre e com a natureza tende a diminuir significativamente. Isso revela a urgência no tratamento do caso.

Quadro 5 - Argumentações relativas ao fortalecimento dos saberes entre a juventude

Interlocutor	Argumentações
MCD 1, 44 anos, Feminino	Pior que é, eu fico triste em saber que o filho do pescador não quer ser pescador. Mesmo ele sendo um pescador. Se o pescador em si, a mulher, a esposa do pescador, que faz a prática da pesca, que é pescadora, não se autodeclara como pescadora, imagina o filho, né? Entendeu? Então, a pesca predatória em si, ela evoluiu. Eu sempre falo isso, que ela evoluiu. Foi devido à modernidade. As coisas que foram evoluindo, evoluindo, que antigamente não tinha. Antigamente, tanto faz tu ter dois sapatos, ou tu não ter um sapato eles se conformavam. Hoje em dia não, pra ti ir pra uma escola, até o governo mesmo ele já induz o filho do pescador, calçar o sapato, mais um sapato, praticamente. Porque diz que tu não pode mais ir com uma calça mais assim. Aí a moda cresce, muda. Aí o filho vê na televisão. Aí ninguém quer um celular mais simples, quer um celular mais, enfim. (Entrevista realizada em 16.01.2024).
RCF 1, 67 anos, Masculino	Agora, essa parte aí de trabalho na base da pesca, eles não estão muito interessados. E não são muito interessados porque eles até aprendem, mas não colocam em prática isso. A renda já não é suficiente pra se fazer uma família. O peixe, o caranguejo, já tá ficando fracassado. (Entrevista realizada em 23.01.2024).
RAC 1, 49 anos, Feminino	Eu vejo, em algumas comunidades, a pesca como um espaço de refúgio. Ah, não quer mais estudar? Vou pescar. E vai pescar, entendeu? E a pesca pra ele é só o ganhar pão, não importa. Ah, eu vou pescar porque eu vou ter um barco, mais tarde eu vou ser dono de frotas de barcos, eu vou ter, não, ele já viu a pesca ali, é só um pouco pra ele. Manutenção. Ele não imagina a pesca como um espaço que ele pode usar pra melhor. Um processo econômico que dê uma certa, uma certa rentabilidade de cultura pra ele. (Entrevista realizada em 29.01.2024).

MCD 5, 38 anos, Feminino	Eu não tenho nem dúvida que eles vão para essa área da pesca, porque eles vejam como uma, na verdade é como uma última opção, entendeu? Eles assim, tem muitos que estudam, muitos ainda conseguem chegar até o ensino médio, né? Outros eles dizem, ah, para que que eu vou estudar? Ah, eu vou é pescar. É o jeito de pescar porque pra eles é o modo mais rápido de eles ganharem dinheiro, entendeu? Uns vão para maré, outros vão, vão para o mangal mesmo tirar caranguejo, outros vão pra arrastar camarão porque é um outro tipo de, outro método de pescaria, né? Ostra, mexilhão. Então, na verdade não é aquilo que eles querem. Se eles pudessem escolher, eles escolheriam uma outra coisa. (Entrevista realizada em 19.01.2024).
MCD 4, 60 anos, Masculino	Se tu for perguntar pra juventude o que é Resex, aí esses é que não vão falar nada mesmo. Entendeu? É uma fragilidade muito grande (..) Eu sempre pego o exemplo de onde eu moro lá. Hoje, o povo, nós tínhamos uma frota de embarcações lá, uma faixa de 50 barcos de pesca. Hoje, Boa vista, Boa vista, hoje, se a gente tem cinco barcos de pesca é muito. Por quê? Porque a maioria da juventude não quer mais pescar. Entendeu? Os pais não repassaram. Eles querem viver tipo assim, ah, eu quero emprego na prefeitura, quero emprego numa empresa. É a parte urbana. Entendeu? Não querem mais pegar vento, não querem mais tá pegando água na cara. Entendeu? Há uma fragilidade nesse sentido, nessa parte da cultura aí nossa da pesca. (Entrevista realizada em 18.01.2024).
RCF 6, 42 anos, Masculino	Os caranguejeiro num futuro bem próximo pode acabar. Os caranguejeiro, ou o caranguejeiro parar. Porque tá ficando cada vez mais difícil. A droga entrando com muita força dentro dos mangaus já. O atravessador já leva a droga lá pra dentro. E aquele que tem uma boa consciência e não vai querer essa vida pra ele, vai largar São Caetano e vai embora. Tá acontecendo aqui na ilha. Mas tem uns que querem ficar por aqui, muitos jovens também já estão custidos nessa droga. Mais de 30 já foram embora daqui pra Goiás. Mais de 30, uns 35 pra 40. Porque esse ramo aí é meio ruim. Porque é uma prática muito braçal. E exige muito do seu corpo. Tem que ter muita força de vontade. Ou não ter outra solução pra não passar fome. (Entrevista realizada em 26.01.2024).
MCD 3, 24 anos, Masculino	A maioria não se envolve efetivamente como os pais, isso eu percebo na prática. Há um certo envolvimento, mas hoje eles têm uma vontade maior de ser uma outra coisa. Eles preferem, por exemplo, influência da internet né, digital <i>influencer</i> , ter outro tipo de profissão, mas geralmente pescador, extrativista é a última opção deles, a gente percebe isso. (Entrevista realizada em 18.01.2024).
RCF 9, 66 anos, Feminino	Pelo que eu vejo hoje, porque antigamente a maioria das pessoas, os pescadores mesmo, a maioria deles são analfabetos, né, porque eles foram dedicados por uma família de pescadores, então os pais naquele tempo não tinham emprego, não tinham um recurso melhor para dar para os seus filhos. Aí então os filhos engachava naquela mesma profissão do pai como pescador. Hoje é o contrário. Hoje, a juventude, eles estão mais se dedicando aos estudos, se formando, até mesmo se capacitando, porque hoje em dia, de tanto a gente pedir, a gente faz uma política voltada ao jovem, principalmente dentro da sala de aula, para capacitar eles a questão o que é a pesca, o que é uma Resex, do que eles podem preservar dentro do próprio meio ambiente. Então hoje a gente luta mais a essa questão da juventude. Então a gente vê que hoje a juventude está mais focada nos estudos do que a própria pesca ou então até o próprio meio ambiente. (Entrevista realizada em 31.05.2024).

Fonte: Pesquisa de Campo (2024)

Pelo o que se pode detectar, as principais motivações para as fragilidades apontadas estão relacionadas, de modo geral, ao baixo nível de interesse do público jovem pelas questões que envolvem o saber ambiental local, considerando que trata-se também de um fator cultural dado na transmissão do saber e do fazer entre as gerações (Leff, 2015). De modo mais específico, isso decorre de uma certa inclinação da juventude à geração de renda via atividades produtivas não ligadas diretamente ao extrativismo (provavelmente cooptados pelas ações exógenas da ideologia e economia de mercado no contexto do capitalismo – assunto que será abordado na dimensão econômica), conforme expõe Porto-Gonçalves (2023); da ineficiência do protagonismo da educação formal escolar nesse processo (o que potencialmente melhoraria com a adoção de um currículo¹⁹ escolar que favorecesse o saber local, de fato); e do acesso ao consumo de alucinógenos.

Como já esmiuçado no tópico dos instrumentais metodológicos, aplicou-se um Questionário Socioambiental aos jovens estudantes da Escola Estadual de Ensino Médio Osvaldo Brito de Farias. No que concerne ao Item 8, quando indagados sobre a importância da preservação ou da conservação do ambiente todos responderam: sim. Isso já significa que de algum modo o jovem odivelense julga como importante a preservação ou a conservação ambiental em seu município. A partir do Item 9 o manejo dos dados coletados será realizado com o auxílio de gráficos, para respostas de ordem mais objetivas, e quadros para respostas que exigiram a redação de um texto breve.

Quadro 6 – A importância da preservação ou conservação do ambiente (justificativa)

9. Por que você considera importante a preservação ou conservação do ambiente?						
Estrutura de Argumentação	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Total	Porcentagem	Padrões Temáticos
"Vida melhor"	4	6	4	14	13%	(Re)produção da vida
"Sobrevivência"	4	5	4	13	12%	
"Futuro das gerações"			6	6	6%	
"Ancestralidade"/"Antepassados"			1	1	1%	
"Cuidado do ambiente" (reforço da ideia contida na pergunta)	6	5	10	21	20%	Cuidados ecológico-ambientais
Precaução com a fauna (terrestre e aquática) e flora ("mais verde"; "mais árvores")	2	2	3	7	7%	

¹⁹ No âmbito das Teorias Pedagógicas, currículo significa um percurso de aprendizagem que seja capaz de favorecer a própria aprendizagem numa via de mão dupla entre educando e educador (Belém, 2022). Não representaria, portanto, a mera reprodução ou imposição de conteúdos alheios a serem ensinados, mas sim, a partir de um processo dialógico por onde se permita conhecer melhor o território e, considerando os saberes endógenos, poder-se-ia ampliar os horizontes do conhecimento e da vida, num movimento de baixo para cima. Em tempo, a dimensão educacional poderia ser abordada aqui como uma estrutura da complexidade sistêmica inerente ao objeto de pesquisa, no entanto, dados os objetivos propostos nesta tese, optou-se por aprofundar tal abordagem em pesquisa posterior.

"Prevenir aquecimento" ou "mudança climática"	1	1	2	4	4%	
"Pode provocar grandes impactos"	2			2	2%	
"Consciência (ambiental)"		1	1	2	2%	
"Favorecer a limpeza do ambiente"	8	4	2	14	13%	Limpeza do ambiente
"Prevenção da poluição"		6	3	9	8%	
Informação incompreensível	2	10	2	14	13%	

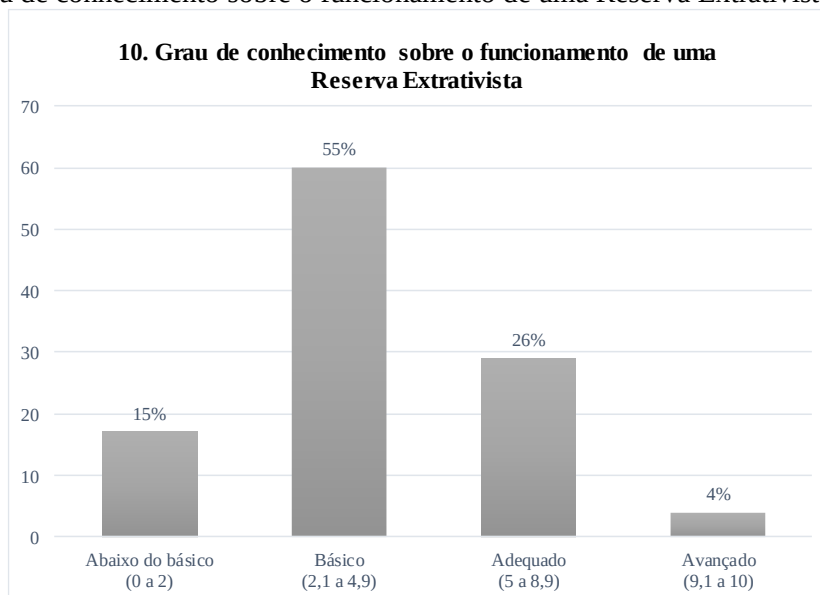
Fonte: Pesquisa de Campo (2024)

Diante do Quadro 4, percebe-se que a justificativa para a importância da preservação ou da conservação ambiental está baseada na ideia de “vida melhor”, elemento textual redigido 14 vezes (representando 13% da estrutura argumentativa dos educandos), ou do favorecimento a “limpeza do ambiente”, redigido também 14 vezes (representando novamente 13% da estrutura argumentativa dos educandos). Chama a atenção as estruturas argumentativas que apontaram o “cuidado com o ambiente”, sendo citado 21 vezes (equivalentes a 20% do total das estruturas argumentativas), no entanto, é um resultado que cabe ponderação cautelosa, pois, muitos educandos responderam a esse item mais no sentido de reforço, ou mesmo cópia, da ideia ou da redação em si presente na pergunta. É como se perguntasse: por que isso é importante? E a resposta fosse, simplesmente: “porque é importante!” ou “porque sim!”. Além disso, o interessante é notar que estruturas argumentativas que exploraram a “sobrevivência” e o “futuro das gerações” assumem centralidade profícua para esses jovens, contabilizando, respectivamente, 13 (12% do total) e 6 citações (6% do total).

Relacionado ao item 10, que versa sobre o grau de conhecimento sobre o funcionamento de uma Reserva Extrativista, optou-se por expor os resultados em formato de gráfico porque se trata da mensuração de um dado objetivo. Assim, ele revela que 15% (17 alunos) se auto avaliam com grau de conhecimento abaixo do básico sobre o funcionamento de uma Reserva Extrativista. A maioria, 55% (60 alunos), se auto avalia como detentor de conhecimento básico; 26% (29 alunos) se auto avaliam como detentores de conhecimento adequado sobre a questão; e a minoria, 4% (4 alunos) julgou ter conhecimento avançado. A intenção aqui é de proporcionar uma análise que permita visualizar coerência na elaboração das respostas dos participantes. A exemplo, não adiantaria expor um dado sobre questões ambientais entre os jovens sem que estes apresentassem um conhecimento mínimo sobre o assunto. Tal medida referenda as análises dos itens anteriores (8 e 9) e os que virão a seguir,

uma vez que 85% dos alunos participantes da pesquisa revelaram ter conhecimento prévio sobre o assunto, do básico ao avançado.²⁰

Figura 15 - Grau de conhecimento sobre o funcionamento de uma Reserva Extrativista

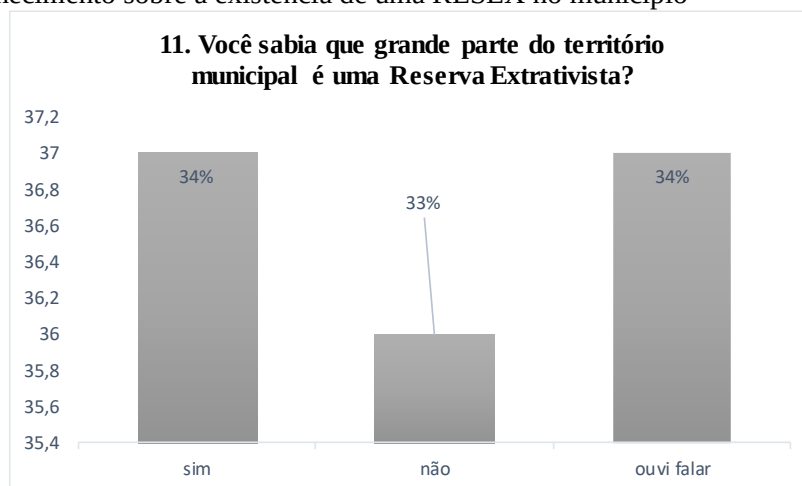


Fonte: Pesquisa de Campo (2024)

Nesse enfoque, a análise do próximo gráfico (Figura 14), que aborda sobre saber que no território de São Caetano de Odíveas existe uma Reserva Extrativista, mostra que 34% dos estudantes (37 pessoas) sabem da existência da RESEX-Mar ali e também 34% (outras 37 pessoas) não sabem; ouviram falar corresponde a 33% dos participantes (36 pessoas). Há praticamente um empate técnico na composição dos dados, contudo, em se tratando de uma AP na condição de UC, é inquietante o fato de somente uma terça parte dos jovens informarem saber que ali existe uma Reserva Extrativista. E se for considerado o observado na pesquisa de campo de modo geral, a população odívelense, em sua maioria, não acompanha todo esse processo em curso de conservação dos seus recursos ambientais locais. Trata-se de um entendimento que acaba ficando restrito aos membros do CONDEL da RESEX-Mar Mocapajuba. Fato que será melhor abordado no subcapítulo da dimensão política.

²⁰ Os termos (Abaixo do básico, Básico, Adequado e Avançado) foram utilizados para apontar o grau de conhecimento prévio dos educandos, de acordo com a própria percepção deles. Motivou-se, portanto, uma auto avaliação. Esse padrão de mensuração foi adaptado da Escala de Proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (BRASIL, 2020), das elucubrações de Bof (2022) e de Klein (2019), no intuito de se ter algum tipo de parâmetro avaliativo para as aprendizagens e podem ser assim descritos: Abaixo do Básico – os alunos demonstram domínio rudimentar da competência medida; Básico – os alunos demonstram domínio apenas parcial da competência medida; Adequado – os alunos demonstram dominar os conteúdos e habilidades esperados para o seu estágio escola. Avançado – os alunos não só dominam a competência de forma especialmente completa, como também ultrapassam o esperado para o seu estágio escolar (BOF, 2022, p. 25).

Figura 16 - Conhecimento sobre a existência de uma RESEX no município



Fonte: Pesquisa de campo (2024)

Inclusive, outra constatação no manejo desses dados é a discrepância revelada no cruzamento das informações entre os gráficos apresentados. Como pode 60 alunos, de um total de 110, informarem que tem um conhecimento básico sobre o funcionamento de uma Reserva Extrativista e 73 não saberem ou não terem certeza (“ouvirem falar”) da existência de uma UC ali no cotidiano deles? Resoluções hipotéticas: ou não houve o devido engajamento por parte dos estudantes na hora de se produzir as respostas; ou, por mais que se tenha um conhecimento básico e genérico sobre o assunto, o exato (específico) conhecimento sobre Mocapajuba não lhes é garantido (seja pela escola, pela família ou pelo poder público de modo geral e suas esferas de poder). E, então, novamente depara-se com a fragilidade expoente da replicação do saber ambiental local.

No Quadro 7, relativo ao item 12 do questionário, apontam-se os dados sobre o que já tem sido feito para colaborar na construção de um futuro melhor para o ambiente. Pelo o que se pode observar, a grande maioria (65%) do alunado citou que atua na destinação adequada dos resíduos. As outras estruturas de argumentação ficaram diluídas nas atividades ligadas à reciclagem (5%) e ao Padrão Temático de cuidados ecológico-ambientais, onde “não desmato” e “evito o desperdício de água” foram as estruturas argumentativas mais reproduzidas, 7% e 6% respectivamente.

Quadro 7 – A construção de um ambiente melhor

12. O que você tem feito para colaborar na construção de um futuro melhor para o ambiente?						
Estrutura de Argumentação	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Total	Porcentagem	Padrões Temáticos
"Cuidados com a destinação adequada dos resíduos" (lixo)	23	25	24	72	65%	Limpeza do ambiente
Atividades ligadas à reciclagem	5			5	5%	
"Não desmato"	3	4	1	8	7%	Cuidados ecológico-ambientais
"Evito desperdício de água"	0	4	3	7	6%	
Não poluir (rios, floresta, mangue)			2	2	2%	
"Rego plantas"			1	1	1%	
"Evito queimadas"			1	1	1%	
"Nada"		1	4	5	5%	
Informação incompreensível	0	7	2	9	8%	

Fonte: Pesquisa de campo (2024)

A questão das profissões almejadas pelo público jovem é abordada no Quadro 8 e no Quadro 9, ambos na página seguinte. No Quadro 8 enumeraram-se as profissões mais desejadas²¹ e no Quadro 9 buscou-se identificar os motivos dessas escolhas. Pelo que consta no Quadro 8, 44 profissões diferentes foram sinalizadas; 27 profissões foram citadas uma única vez; Medicina, Direito e Psicologia foram citadas 33 vezes; Policial (civil ou militar), Militar (geral e Forças Armadas) 34 vezes; Jogador de futebol foi citado 6 vezes; e somente 6 ainda não conseguem tecer algum tipo de escolha.

No Quadro 9, apesar da presença de 10 estruturas argumentativas, quatro chamam a atenção. A primeira, com maior número de citações (36 vezes), sugere que há um certo interesse pela profissão descrita, mas que não se tem muita certeza quanto aos motivos da escolha, até porque na maioria dessas arguições a resposta estava centralizada em poucas palavras como: “porque eu sempre gostei”. A segunda, com 24 citações, já aponta algo mais empolgante por sugerir a preocupação com a outridade, elemento fundamental na configuração de um território feliz. A terceira, incidente 23 vezes, traz a questão da afinidade ou identificação com a profissão ora desejada, e se já há tal aproximação com o pretendido a tomada de decisão para enveredar nesse caminho fica mais eminente. A quarta estrutura argumentativa de maior citação nas respostas (16 vezes) tem relação com a influência dos pais e de outros familiares e isso revela a inspiração que os educandos apresentam em seguir com aquilo que suas referências familiares

²¹ Outras profissões citadas uma única vez pelos estudantes: Administração, Artista visual, Astronomia, Biblioteconomia, Biólogo, Biomedicina, Dança, Delegado, Designer gráfico, Engenharia de produção, Engenharia, Engenheiro civil, Escritora, Farmácia, Fisioterapia, Fotógrafo, Gamer, Gastronomia, Libras, Marketing, Meteorologista, Modelo, Motorista de Aplicativo Nutricionista, Professor, Pugilista.

lhes indicam direta ou indiretamente, o que pode favorecer um movimento de fortalecimento da (re)produção cultural local em acordo com o ambiente.

Quadro 8 – Anseios de profissão entre o público jovem

Item 13: Qual profissão você deseja exercer no futuro?	
Profissões	Número de citações
Medicina	14
Policial (civil ou militar)	13
Direito	11
Militar (geral)	11
Forças Armadas	10
Psicologia	8
Jogador de Futebol	6
Não sei	6
Bombeiro	5
Arquitetura	4
Músico	4
Educação Física	3
Odontologia	3
Tecnologia da informação	3
Estética	2
Medicina veterinária	2
Perito Criminal	2
Guarda municipal	1

Fonte: Pesquisa de campo (2024)

Quadro 9 – Motivos para a escolha profissional

14. Quais os motivos que lhe levaram a escolher essa profissão?	
Estrutura de argumentação	Número de citações
"Gosto/Sempre gostei/desejei/sonhei" - (quase sempre acompanhado de um "desde criança")	36
"Ajudar o próximo/outro"	24
"Afinidade ou identificação"	23
"Influência ou incentivo dos pais ou familiares"	16
"Melhorar de vida" - (quase sempre relacionado ao aspecto financeiro)	5
"Eu acho lindo(a)/bonito(a)/legal/importante"	5
"Ajudar minha família"	3
"Alegria e diversão"	1
"Porque eu quero"	1
"Curiosidade"	1
Sem argumentação	15

Fonte: Pesquisa de campo (2024)

Nesse cenário, quando da análise em conjunto de ambos os quadros é possível concluir que não há um processo de amadurecimento ou fortalecimento para um saber ambiental no âmbito da juventude. Uma vez que nenhuma das profissões citadas apresenta relação direta com tal processo, mesmo que os anseios sejam de "ajudar ao próximo". E quando são lidas as justificativas percebe-se que não há tanta coerência entre o anseio profissional e o seu real

motivo. A lembrar que pelo menos 43 desses estudantes já estão no último ano do Ensino Médio e, pelo visto, não esboçam um engajamento nas questões ambientais locais de modo mais incisivo. Isso não significa dizer que os jovens precisam sempre almejar alguma profissão que esteja relacionada às questões de cunho ecológico ou ambiental, por exemplo. Todavia, esses itens do questionário buscavam especificamente detectar a existência de alguma intenção que apontasse para as atividades profissionais da pesca e suas vertentes como um desejo entre os jovens. Aliás, comparando esses Quadros (8 e 9) com os relatos do Quadro 5 acima, comprova-se reiteradamente a fragilidade nos processos de manutenção e fortalecimento do saber ambiental odivelense.

Quadro 10 – Anseios para a garantia da qualidade ambiental

15. O que você deseja para que a qualidade do ambiente seja permanentemente garantida?						
Estrutura de Argumentação	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Total	(%)	Padrões Temáticos
Futuro melhor			1	1	1%	(Re)produção da vida
Colaboração da vizinhança		1		1	1%	
"Evitar ou combater o desmatamento"	7	5	2	14	11%	Cuidados ecológico-ambientais
"Evitar ou combater queimadas"	5	3	1	9	7%	
"Favorecer o plantio de novas árvores"	5		3	8	6%	
"Cuidar do ambiente"	2	2	2	6	5%	
"Não poluir"		4	1	5	4%	Limpeza do ambiente
Cuidados com a destinação adequada dos resíduos (lixo)	22	17	11	50	38%	
Limpeza urbana	1		5	6	5%	
Consciência (ambiental)		4	1	5	4%	Ações de Políticas públicas
Saneamento (ou especificamente esgotamento sanitário)		1	3	4	3%	
Urbanização (asfaltamento ou "tapar buracos")		2	2	4	3%	
Infraestrutura (geral) ou habitação		1	1	2	2%	
Segurança	1	2	2	5	4%	
Auxílio a pescadores e caranguejeiros			1	1	1%	
Informação incompreensível	3	4	4	11	8%	

Fonte: Pesquisa de campo (2024)

No último item do questionário socioambiental (Quadro 10, acima) exploram-se os anseios para a garantia da qualidade do ambiente no município. Em sua interpretação pode-se identificar que há dois principais desejos (ou até preocupações): em primeiro lugar, a destinação adequada dos lixos (com 50 citações no corpo da redação dos estudantes); e o combate ao

desmatamento (com 14 citações). Do ponto de vista da análise dos padrões temáticos 47% da estrutura argumentativa dos estudantes vincularam-se à “Limpeza do ambiente”, 33% argumentaram sobre “Cuidados ecológico-ambientais”, 13% redigiram sobre “Ações de políticas públicas” e 2% citaram sobre a “(Re)produção da vida” (composta por somente dois textos que versavam sobre “futuro melhor” e “colaboração da vizinhança”). Aqui, o elo investigativo da pesquisa está alicerçado na potencialidade de estimar a visão futura do público juvenil, porque a felicidade orientada pelas leituras sobre o Bem Viver promove uma interconexão entre passado (ancestralidade e repasse de saberes entre as gerações), presente (processo de tomada de decisão cotidiano) e futuro (projeções de sustentabilidade da comunidade), (Acosta, 2016; Fuscaldo e Urquidi, 2015; Gudynas, 2011).

Todas essas análises de quadros e gráficos na dimensão cultural do ambiente balizam, como dito, a transmissão de saber ambiental entre o público jovem. A cultura também é diversa, incomensurável. Porém, tudo o que foi apresentado favorece a uma rica aproximação com a realidade vivenciada pelos sujeitos e comunidades que dependem culturalmente da natureza não humana enquanto condição *sine qua non* de sua existência.

No subcapítulo seguinte dialoga-se com os achados referentes à dimensão política do ambiente odivelense.

4.3 A dimensão política

Aqui o foco se dará no processo de tomada de decisão. Um pouco dentro da dimensão subjetiva, mas que se expressa no coletivo, pois, ao lembrar que a política é a arte de deliberação racional em busca do bem comum ou a arte de se encontrar a melhor forma de viver em sociedade, conclui-se que “o homem é por natureza um ser vivo político” (Aristóteles, 1998. p. 53), o que ganha dimensões escalares maiores que alcançam as comunidades e a cidade.

Observemos que toda a cidade é uma certa forma de comunidade e que toda comunidade é constituída em vista de algum bem. É que, em todas as suas ações, todos os homens visam o que pensam ser o bem. É, então, manifesto que, na medida em que todas as comunidades visam algum bem, a comunidade mais elevada de todas e que engloba todas as outras visará o maior de todos os bens. Esta comunidade é chamada de 'cidade', aquela que tom a forma de uma comunidade de cidadãos. (p. 49).

Para Souza (2019a), quando explora a discussão sobre Ecologia Política enquanto um campo de conhecimento interdisciplinar, com ousadia transdisciplinar ou até adisciplinar, e que implícita ou explicitamente promete um “diálogo de saberes”, reforça o movimento dos sujeitos para a tomada de decisão, uma vez que

A Ecologia Política, atrevo-me a sugerir, lida potencialmente com todos os processos de transformação material da natureza e produção de discursos sobre ela e seus usos, procurando realçar as relações de poder subjacentes a esses processos (agentes, interesses, classes e grupos sociais, conflitos, etc.), em marcos histórico-geográfico-culturais concretos e específicos (p. 98)

Nesse sentido, ao serem retomadas as observações quanto à dimensão política (re)produzida em Mocapajuba, realçam-se exatamente as relações de poder na composição do território.

São Caetano de Odivelas é um espaço (re)produzido por, e partir de, relações de poder, de modo geral, mas especificamente o que será abordado aqui referem-se às dinâmicas de tomadas de decisões que envolvem a RESEX-Mar Mocapajuba enquanto um ambiente onde se estabelecem territorialidades. Essa diferença é importante para a análise da dimensão política, porque, o recorte analítico, mesmo que alguns aspectos da gestão territorial municipal como um todo sejam citados, é centrado no que os técnicos e analistas do ICMBIO, e até alguns extrativistas, chamam de “área de mangue e espelho d’água”. E, em se tratando de uma UC como um território, alguns dos movimentos realizados pelos pescadores e pescadoras locais em prol da manutenção e garantia dos bens necessários à sobrevivência, oriundos da natureza não humana, serão detalhados com base no que se observou em pesquisa de campo.

Nessa perspectiva, o processo de criação da RESEX-Mar Mocapajuba foi e é permeado de tensões e conflitos. Primeiro porque historicamente, desde principalmente a ocupação europeia em território amazônico, as esferas de poder do Estado, na ampla maioria de suas ações, enveredam por tomadas de decisões que não coadunam com a realidade ecológica, cultural, política e econômica do ambiente (Porto-Gonçalves, 2017, 2023). Segundo, o conflito é inerente a todo e qualquer território, inclusive, nas palavras de Canto *et. al*, (2018, p. 110), “[...] o fim do conflito implicaria no fim do território”; e nas de Porto-Gonçalves (2017, p. 77), “O conflito é o momento em que as contradições se mostram em estado prático e, como tal, são momentos privilegiados para ampliarmos o conhecimento sobre o mundo, sobre cada situação”. Assim, o que está em cena, em Mocapajuba, é a tomada de decisão pela garantia da (re)produção da vida de modo coerente com o saber ambiental local, isso demarca, enquanto objetivo central desta tese, a felicidade no (e do) território.

Nessa direção, a História e a Geografia retratam que é um caminho de luta constante. Porto-Gonçalves (2023, p. 17) lembra,

[...] Do mesmo modo, a defesa da Amazônia não ocorre porque é considerada um santuário intocável, mas sim pelo reconhecimento de que há mais de dez mil anos ali vivem povos indígenas e, pelo menos um século, posseiros e seringueiros que fazem uso da floresta sem a destruir. Esses povos da floresta reivindicam hoje a constituição de “reservas extrativistas” na Amazônia, proposta que tem recebido o apoio de diversos técnicos que nela veem a

possibilidade de valorização econômica da floresta, sem a costumeira destruição. Enfim, ser contra a instalação de grandes hidrelétricas não significa estar contra a energia. O que se deseja é a abertura de um debate livre e democrático sobre as diversas alternativas energéticas para o país.

E, ainda,

[...] Na Amazônia não é diferente: os grupos/classes sociais em luta com/contra o padrão sociogeográfico de poder atual, voraz no consumo de energia, água e solo/subsolo está destruindo as bases de outro padrão sociogeográfico que tirava seu dinamismo da produtividade biológica primária – solo-fotossíntese/floresta/água. Não que aqui reinasse a harmonia, ao contrário, desde o período colonial a dominação sobre os povos indígenas e os camponeses se fez sentir de modo violento e mesmo no período anterior à invasão europeia a guerra e a paz eram negociadas com frequência entre os povos/etnias/nacionalidades que aqui habitavam. O hoje observamos é a disparidade de forças entre os implicados nas situações de conflito.

Desse modo, aproximando ao investigado na UC em questão, caminha-se a cada tensão e conflito a fim de proporcionar melhores condições de sobrevivência para os extrativistas locais.

A partir dos relatos coletados em pesquisa de campo é possível detectar inúmeros conflitos, em especial, quando das primeiras movimentações da luta para se configurar o território em RESEX-Mar.

Então, aqui nós formemo essa associação das mulheres pescadoras, né? Aqui na comunidade. Porque eu, C., que é a senhora fundadora, sou eu, C., e outras que já faleceram e tem outras mulheres pescadoras. Então, através dessa associação, aí a gente começou a sair daqui da comunidade. No caso, quem saía mais daqui da comunidade era eu e a C. A gente começou a sair para assistir palestras fora, né? Que a gente era convidada para participar, até para a gente se desenvolver e buscar o conhecimento e levar nossos conhecimentos sobre a questão da pesca. Porque, nessa época aqui, aqui em São Caetano, a gente não tinha a colônia de pescadores como a gente tem hoje. E o presidente da colônia não aceitava as mulheres como pescadoras. Ele não reconhecia que existia mulher pescadora e ele sabia que aqui tinha mulheres pescadoras. Aí ele não queria associar as mulheres na colônia para não ter direito aos seus benefícios. Aí foi que a gente comecei a lutar pela colônia de pescadores. Foi o primeiro passo nosso, né? A gente comecei a brigar lá fora e exigir que nós queria a colônia. Até porque a colônia só tinha os paredão, ela não tinha teto. Eles atendiam o povo do lado de fora. Então, por esse motivo a gente brigamos muito pela colônia. Fomos e conseguimos a colônia. [...] Aí a gente participou do seminário lá em Mosqueiro. Aí a gente participou do primeiro encontro com a CNS. Aí foi quando a gente participou pela primeira vez desse seminário lá com a CNS, que foi falado sobre a questão da reserva. Nessa época nós fomos convidados. V. ainda era vivo nessa época. Só porque o V. a gente já conhecia antes, né? Porque foi ele que veio prestar todo o trabalho nosso aqui na associação. Aí quando eles começaram a falar sobre a reserva extrativista florestal, aí eu comecei a conversar com a C. Disse assim, C., se existe uma reserva extrativista florestal que tem sua possibilidade de sustentar todas as famílias, a questão de remédio, a questão de várias outras coisas, por

que não o manguezal? Porque o manguezal ele não é uma floresta? Ela disse, é. Eu digo, a gente não tira vários alimentos do mangue? Ela disse, tira. Eu disse, o mangue ele não sustenta a nossa família? Ela disse, sustenta. Eu digo, pois é. E por que não a gente lutar pela reserva manguezal? Ela disse, tem tudo uma polêmica. Uma polêmica. Eu disse, não, não tem polêmica. Espera aí que eu vou conversar com o V. Aí nós já pegamos o V. separado na hora do intervalo dessa reunião. Aí falemos com o V. Aí o V. disse assim, tu tá tendo uma ótima ideia [...] Se nessa época que nós começemo lutar pelas Resex, se o nosso prefeito daqui de São Caetano, que nessa época era o P., e se o presidente da colônia, que era esse homem que não aceitava as mulheres como pescadora, né? Se eles aceitam, a primeira Resex era aqui em São Caetano, que tinha sido aprovada. Pelo trabalho que nós tivemos. (RCF 9, 66 anos, Feminino - entrevista realizada em 31.05.2024)

Como visto, há nessa fala algumas revelações significativas acerca dos conflitos para o estabelecimento da UC. Primeiramente, percebe-se que a atuação pioneira da Associação de Mulheres da Pesca de Cachoeira (AMUPESC) é de enfrentamento para o reconhecimento da força política feminina e conseguem alcançar o comando da gestão da então Colônia de Pescadores Z-04. Em seguida, em um seminário comandado pelo Conselho Nacional da População Extrativista (CNS) foi possível tecer articulações importantes para se alcançar os objetivos, partindo do reconhecimento sobre sua própria territorialidade que envolvia a área de mangue como meio de sobrevivência. Ao final, pondera a situação na qual a atual RESEX-Mar poderia ter sido a primeira criada na zona costeira amazônica, mas dado os conflitos com a prefeitura local e com a Colônia de Pescadores, isso não foi possível.

Esse episódio é dado no final da década de 1990, justamente num momento histórico em que se detecta uma efervescência dos movimentos pró-RESEX para além da região amazônica, uma vez que, em 1990 (pós assassinato de Chico Mendes, em 1988), criou-se a primeira Reserva Extrativista do Brasil, a RESEX Alto Juruá; além da RESEX-Mar Pirajubaé, em 1992 (a primeira RESEX na condição de proteção dos recursos ambientais marinhos). E, em pesquisa realizada por Nascimento (2021), nota-se nesse período a ocorrência de conflitos entre pescadores de São Caetano de Odivelas, tidos como “invasores”, e pescadores do município de Soure, no arquipélago do Marajó, por conta de práticas consideradas predatórias em território marajoara. Nesse contexto, relata o autor,

Os pescadores e pescadoras artesanais de Soure solicitaram formalmente junto à superintendência do Ibama/PA, através do processo nº 02018.003402/97-90, CNPT/1997, a criação de uma Reserva Extrativista. Anexado à petição constava um abaixo-assinado com mais de 800 assinaturas.

Após a conclusão de uma série de estudos necessários, o Decreto s/n publicado no dia 22 de novembro de 2001 oficializava a Reserva Extrativista Marinha de Soure, com uma área de cerca de 27.463,58 hectares localizada na costa nordeste do arquipélago do Marajó, município de Soure (PA), entrando

assim para a história como a primeira RESEX Marinha do litoral da Amazônia (Nascimento, 2021, p. 52).

Assim, é pertinente declarar que os conflitos vivenciados pelos sujeitos odivelenses não são somente locais, mas assumem níveis escalares mais complexos: desde o subjetivo, porque há conflitos de ordem pessoal entre os extrativistas locais (conforme anotado em campo), passando pela dimensão local (prefeitura e associações), até a regional (seja com outros municípios ou instituições de âmbito federal).

O fato é que há duas fases de luta no movimento para solicitação da criação da RESEX-Mar Mocapajuba, de acordo com Cardoso (2020): a primeira em 1996, liderada majoritariamente pela AMUPESC; a segunda entre os anos de 2004 a 2005 quando a liderança da luta foi protagonizada pela Colônia de Pescadores Z-04 e AMUPESC, além de articulações com o Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE) e Movimento Nacional dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA). Soma-se a isso o cenário político local e nacional favorável aos anseios do movimento. Em âmbito local, Prefeitura e Câmara Municipal aderiram ao pleito e, em âmbito nacional, o governo de cunho mais progressista acolhia melhor tal processo (Cardoso, 2020; Nascimento, 2021).

No sentido de detalhamento maior de todo essa dinâmica, acompanha-se o relato a seguir,

É uma luta que a gente diz que em muitos municípios, muito surgiu com as mulheres e que a gente chama, diz, que são os levantes, né, que são aqueles diálogos por dentro do movimento da igreja católica, que é aquele grupo eclesiais de base junto com os pároco e aquelas lideranças que despontam, o que a gente chama de lideranças maiores, né. Então, em Mocapajuba tudo se iniciou pela associação lá da cachoeira, da comunidade de pesca, a associação de pesca lá da cachoeira, aonde estava a L., as outras mulheres de lá e somou com a colônia que a L. e o seu V. estavam como até hoje o seu V. está ainda na colônia e hoje a L. ela não está mais dentro do processo da colônia, né, na diretoria, no conselho fiscal, mas ela foi uma das pessoas também que ajudou muito nesse processo. C. e outros aí como o seu S. lá de São João e o seu V., então o seu R., R., todos estavam envolvidos e estão envolvidos nesse processo. Então, aí o que é que se faz? Se faz esse primeiro momento que a gente chama de chamamento da comunidade, que é a comunidade de pescadores artesanais dentro do município pra se começar a fazer um, esse processo de reuniões com as atas e pra se trabalhar o abaixo assinado para encaminhar pro governo, né, então na época deles já foi encaminhado pro ICMBio, né, dentro do processo deles já foi com o ICMBio porque todo esse processo quando iniciou, iniciou na época de Soure, né, só que as únicas que levaram logo no primeiro momento realmente a sério todo esse processo foi Soure, quando Soure fez todo um processo aí que começou, que foi reunido, a equipe foi pra São Caetano, São João da Ponta, Curuçá, Marapanim, Magalhães Barata, rodou o litoral. Só que os únicos que acreditaram no primeiro momento, isso lá em 2000 e aliás, que foi isso que aconteceu toda essa discussão em 94, 95, mas que foi mais forte foi em 96 e aí só que os

pescadores desses outros municípios eles não acreditaram muito, muito menos o poder público, né, não acreditou. E aí, os municípios que acreditaram foi Soure, que foi decretada a primeira aqui no Pará e logo em seguida foi, se deu mesmo também o processo que começou também dentro do mesmo período, mas a primeira decretada foi Soure, e aí Curuçá ficou junto com São João da Ponta, Santarém Novo e Maracanã já decretada já em 2002, que também o processo já foi trabalhado e foi feito e as outras ficaram e ficou parada. Depois São Caetano, Marapanim e Magalhães Barata viram que Curuçá, São João da Ponta, Santarém Novo, Maracanã e as quatro Bragantina já estavam decretada, já tinham sido decretada e já estavam recebendo alguns benefícios por dentro dos projeto que se chama das políticas sociais. Aí foi que eles buscaram de novo o projeto e foram chamar o V., a COFREM, o CNS pra voltar ao debate do processo desses três municípios e foi que o ICMBio recebeu de novo o processo, porque ele já tinha sido dado entrada, mas aí eles foram em busca e foi que o ICMBio foi contratar a equipe lá do Museu Goeldi na pessoa da professora R. pra que voltasse, pra fazer os estudo pra poder dar visibilidade no processo. E aí foi que ela foi contratada e ela desceu por esses três municípios e veio fazer os estudo [...] Então, pra isso, o museu foi fazendo o estudo, a equipe lá, a professora R., com a equipe, mas o ICMBio acompanhando e em seguida foi feito as consultas públicas dentro desses municípios pra que a comunidade pudesse realmente se enxergar dentro do processo e dizer que era isso mesmo que eles queriam. E que foi para acontecer todo o processo. E aí foi que foi decretada, aí foi que assinou no dia 10 de outubro de 2014 que aconteceu o processo de assinatura do decreto dessas três unidades. (MCD 9, 55 anos, feminino - entrevista realizada em 04.06.2024)

Destarte, é notório que a luta não é simples. Há uma gama de sujeitos, atores e instituições que precisam convergir os interesses e isso não é tarefa fácil. Assim, no relato surgem os destaques para os “levantes” internos à Igreja Católica, por meio do movimento eclesial de base, lideranças comunitárias e Associações Locais, ICMBIO, CNS, CONFREM, Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e as articulações intermunicipais para alcançarem a efetivação da criação de Reservas Extrativistas.

Com efeito, por dentro do movimento existem tensões incalculáveis. Em outra fala, o extrativista esmiúça um episódio que lhe ocorrera,

Nós lutamos muito contra a política municipal aqui dentro da comunidade. Chegou um momento que eu junto com o V. e a L. tivemos que passar pessoas de um local para o outro porque tava, diziam que estavam atrapalhando, mas na verdade não estavam atrapalhando, porque a política tava dando em cima disso, aí coloquei pro outro lado. Através da reserva, nós fomos até a prefeitura procurar conversar com o advogado da prefeitura, conversamos pra saber se era real ou não, o advogado concedeu, e aí nós fizemos o traspasse da pessoa e gerou um problema com a política da comunidade. Um problema que até hoje fica marcado né [...] e aí então foi um trabalho grande, eu tive várias praticamente quase como ameaças, não posso nem falar propriamente ameaças, mas, porque sou filho daqui, moro aqui junto com, quero o bem de todos né, e como eu trabalhei sempre pra isso e agora cheguei nesse estado de saúde que me deixou pouco ausente mas nada que me faz afastar porque até cê tá vindo prá cá a mando do pessoal porque devido ao meu conhecimento

né, porque se eu não tivesse abraçado a causa aqui, essa reserva seria, eu não sei. (RCF 1, 67 anos, Masculino - entrevista realizada em 23.01.2024).

Como já salientado, os conflitos são inerentes a qualquer território e podem ganhar amplitude capaz de ameaçar, em última instância, a própria vida dos envolvidos – caso não raro na Amazônia, basta lembrar do ocorrido com Chico Mendes (Nascimento, 2021; Porto-Gonçalves, 2023; Simonian, 2018). Então, é também necessidade peculiar a chamada mediação do conflito (Canto *et al.*, 2018), o que demanda articulações internas e externas. Nesse episódio, a mediação se deu a partir do diálogo com o próprio advogado da Prefeitura e da coesão mais interna do movimento de RESEX.

Nas sendas da mediação do conflito ou de coesão social, Nascimento (2021, p. 75) versa,

Saliento que, nessa articulação, os “de dentro” sempre recorrem ao fato de possuírem um maior conhecimento, não só de causa – por compreenderem os desafios e as perspectivas em relação a esses embates –, como também da causa – uma vez que estão no seu “habitat”, no seio das suas comunidades, e seus resultados terão impactos diretos sobre elas –, usando argumentos através dos quais diligenciam tornar suas falas e seus modos de percepção do espaço vivido mais legítimos, o que de fato são. Inclusive, quando se unem em um só, os “de fora” e os “de dentro”, a legitimidade de suas falas é de longe reconhecida e ecoa naturalmente.

Desse modo, em meio à lutas constantes, no desenrolar dos embates políticos, via articulações dos “dentro” e dos “de fora”, por Decreto Presidencial (s/n), a RESEX-Mar Mocapajuba foi criada em 10 de outubro de 2014. No entanto, do ponto de vista da garantia da “conservação da biodiversidade dos ecossistemas de manguezais, restingas, dunas várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas e do uso sustentável dos recursos naturais e proteção dos meios de vida e da cultura das comunidades tradicionais extrativistas da região” (Brasil, 2014), somente a criação da UC não basta. As lutas continuam.

Nesse contexto, como previsto na Lei nº 9.985/2000 (BRASIL, 2000), a RESEX-Mar é gerida por um Conselho Deliberativo (criado pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 881, de 20 de agosto de 2020), presidido pelo ICMBIO e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área. No Quadro 11, a seguir, identifica-se a composição do CONDEL.

Quadro 11 – Composição do CONDEL da RESEX-Mar Mocapajuba

Instituição/Organização
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)
Universidade Federal do Pará (UFPA)/Campus Castanhal/Núcleo de São Caetano de Odivelas
Instituto Federal do Pará (IFPA)/Campus avançado de Vigia-PA
Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural do Pará (EMATER)/Escritório Local de São Caetano de Odivelas
Comissão nacional de Fortalecimento das reservas extrativistas e dos Povos extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM)
Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas (PMSCO)
Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba (AUREMOCA)
Colônia de Pescadores Z-04
Câmara Municipal de Vereadores (CMV)
Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG)
Associação de Mulheres na Pesca de Cachoeira (AMUPESC)
Polo São João dos Ramos
Polo Pererú de Fátima
Polo Boa Vista
Polo Monte Alegre
Polo Santa Maria da Barreta
Polo Cachoeira
Polo Cidade
Polo Páscoa

Fonte: Pesquisa de Campo (2024)

Durante as pesquisas de campo realizadas pôde-se participar como ouvinte em pelo menos duas das reuniões do CONDEL em Mocapajuba. Nesse íterim, para que se viabilize uma interpretação melhor das relações de poder que atuam sobre o território da RESEX-Mar, torna-se imprescindível o contato com o disposto em Ata dessas reuniões²². A exemplo, a pauta da 1ª Reunião Extraordinária de 2023, realizada em 05 de abril de 2023, previa: 1. Leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião ordinária de 2022; 2. Projeto de reciclagem desenvolvido na região; 3. Renovação/modificação do CONDEL; 4. Representante no CONDEL de São João da Ponta; 5. Família Beneficiária da RESEX; 6. Exploração petrolífera na foz do rio Amazonas; e 7. O que ocorrer. A seguir, acompanhar-se-ão alguns trechos mais relevantes aos propósitos desta tese, com base nos movimentos deliberativos presenciados.

²² No decorrer das pesquisas de campo obteve-se acesso a duas Atas. Ambas estão com a primeira folha destacadas nos Apêndices deste documento acadêmico.

[...] [*Representante*²³] (Câmara Municipal de São Caetano de Odivelas) reforça a importância do projeto de reciclagem devido ao problema de magnitude nacional que é a produção de lixo e sua destinação inadequada em lixo. Comenta também que o lixo localizado nas proximidades de Pereru de Fátima vem trazendo prejuízo para 11 comunidades pois o chorume contamina os rios onde tem grande produção de ostras. [*Representante*] do polo Ponta Bom Jesus acrescenta que o lixo afeta também os comunitários de Monte Alegre bem como afeta o rio Barreta que é o principal rio da região já que de lá se extrai camarão, siri, caranguejo e peixe. [*Representante*] da UFPA afirma que a área alagada das cabeceiras do rio Barreta está sendo contaminada pelo lixo também, o que prejudica o equilíbrio ecológico [...] [*Representante*] do ICMBIO explica que aterro sanitário é uma obra cara e que por isso os municípios fazem consórcios sugerindo a possibilidade de São Caetano de Odivelas e Vigia-PA se juntarem para realizar esse acordo [...] [*Representante*] da UFPA sugere a realização de um estudo de impacto ambiental para avaliar a contaminação das bacias, pois, além da relevância ecológica, a região também tem registros arqueológicos, em seguida, questiona o ICMBIO sobre a possibilidade de realizar esse tipo de estudo tanto para avaliação ambiental quanto patrimonial. [*Representante*] do ICMBIO esclarece que a área está fora da RESEX, porém, não descarta a possibilidade de os impactos atingirem a comunidade extrativista e assim essa demanda poderia chegar até o NGI [...] Iniciando a terceira pauta [...] o [*Representante*] do ICMBIO mostra a atual composição do Conselho Deliberativo da RESEX sendo composto por quatro órgãos públicos, dois membros de ensino pesquisa e extensão, seis membros de organização da sociedade civil e colegiado além de oito polos comunitários segue e reforça a importância dos polos comunitários no Conselho por ser um processo participativo e democrático. Adiante ele fala que foi deliberado na segunda Reunião Ordinária de 2022 o encaminhamento de estender o convite a SEMAS, SEDAP, Associação de Piloteiros, Associação de Ostras de Pereru de Fátima e Mocajum para participarem das reuniões do Conselho Deliberativo por um ano como convidados para estarem elegíveis para ingressarem o conselho [...] deu início ao quinto item [...] [*Representante*] da EMATER questionou como ficaria a emissão de CAF para as famílias extrativistas após o cadastro e quem seria a entidade responsável por essa emissão. [*Representante*] do ICMBIO respondeu que os responsáveis por esse tipo de assistência técnica é o órgão federal agrário, que no caso é o INCRA, e que, provavelmente, iria ter dificuldade com esses cadastros por parte desse órgão, complementando que apesar do ICMBIO ter a competência para emitir CAF ainda não há tanta experiência com essa demanda [...] Assim, deu-se início a 6ª pauta que trata da exploração petrolífera na foz do rio Amazonas, [*Representante*] do ICMBIO explica que é possível acessar o licenciamento da perfuração marítima na bacia da Foz do Amazonas no site do IBAMA onde encontram-se os documentos gerados relativos a esse licenciamento. Continua comentando que o Ministério Público Federal lançou uma Recomendação Conjunta número 17/2022 MPF na qual diz para o IBAMA não conceder Licença de Operação para Petrobras no bojo do processo de licenciamento ambiental da atividade de perfuração marítima nos blocos FZA-M-59, Bacia da Foz do Amazonas, enquanto: 1) Não for apresentada nova modelagem de dispersão do óleo em que seja incorporada a complexidade da morfologia

²³ Embora a reunião do Conselho Deliberativo seja aberta, o que favorece a participação ampla de quem tiver interesse, optou-se por não revelar os nomes de quem estava proferindo as devidas argumentações. Isso dado ao teor e do clima acalorado, muitas vezes tenso, no desenrolar dessas reuniões.

costeira amazônica e da hidrodinâmica local, assim como, por comprovada a capacidade para a gestão dos riscos sociais o empreendimento; 2) O disposto na convenção número 169 da OIT, artigo 6º, não por devidamente cumprido através da realização de consulta prévia, livre, informada e com boa fé aos povos indígenas e comunidades tradicionais interessados devendo ser estritamente observados inclusive os respectivos Protocolos de Consulta e Consentimento elaborados pelas próprias comunidades impactadas. [Representante] da UFPA comenta que os povos tradicionais ficam a margem desses processos porque é usado uma linguagem muito técnica dificultando o entendimento desses grupos e afirma que devido à direção do vento e das correntes marinhas vindo a Noroeste, a perfuração próxima do Amapá poderá gerar impacto para a região do Salgado onde estão localizadas as RESEX. Questiona como avaliar os impactos no estoque pesqueiro se não há estudo sobre o assunto já que não tem como calcular de forma fidedigna o valor do pescado quando não se tem dado sobre isso. Pontua que outro erro da Petrobras foi o de não realizar consulta junto às comunidades tradicionais, de acordo com o disposto na convenção 169 da OIT e que se houver derramamento de petróleo causará o impacto na região RESEX e para os corais da Amazônia, sendo necessário que haja mais estudo. Em seguida, sugere ao CONDEL a solicitação de esclarecimentos pela Petrobras em que deverá explicar para a comunidade de forma simples e clara os impactos e os benefícios oriundos dessa atividade [...] finaliza sugerindo a solicitação de uma audiência pública com a Petrobras sobre esse empreendimento já que afeta diretamente a comunidade. [Representante] da Prefeitura Municipal fala que o modelo de dispersão de óleo que foi realizado não é suficiente para demonstrar o impacto efetivo na região e que essa solicitação de esclarecimento englobe as sete reservas do NGI Salgado Paraense, pois, todas as UCs seriam afetadas em caso de derramamento de óleo e cita o princípio da precaução para reforçar que se existe possibilidade de acontecer um impacto e que, dessa forma, não seja permitido a continuidade das atividades do empreendimento. [Representante] do ICMBIO argumenta que pode ocorrer a permissão desde que todas as medidas preventivas sejam tomadas. [Representante] da Câmara Municipal diz que é contra essa exploração da Petrobras na Foz do Amazonas pois essa atividade é incompatível com a ideia de sustentabilidade e que isso resultaria em catástrofes ambientais que ia extinguir não só os animais como também o próprio ser humano. Reforça a falta do diálogo com a comunidade que não foi consultada sobre o empreendimento e critica a falta de interesse da própria comunidade que não se esforça para participar dessas ações [...] [Representante] da UFPA acrescenta que nessa modelagem só foi considerado a influência do vento nordeste e lembra que também ocorre o vento norte que traria para a região do Salgado qualquer eventual contaminação oriundas da perfuração do poço em caso de acidente. Afirma também que existem estudos que indicam que o sal do mar adentra 50 km no rio Mojuim, o que significa que um acidente de óleos em alto mar poderia atingir grande parte do rio devido a influência da maré. Vereador ouvinte sugere que mais pessoas sejam envolvidas nesse processo para que seja feita uma audiência pública que causa grande impacto, como em Belém, que sendo capital, tem maior visibilidade na mídia chamando mais atenção para essa causa. [Representante] do polo Bom Jesus afirma que o conhecimento dos extrativistas são tão importantes quanto dos pesquisadores e adiciona que a maré do vento norte, chamada de “baixeiro”, ocorre de fevereiro a maio, concluindo que o empreendimento irá afetar a costa do litoral paraense, incluindo São Caetano. Outro [Representante] do ICMBIO, após se autorizar a sua fala pelo Conselho, explica que os conselheiros devem atuar mobilizando os outros conselhos para aumentar a participação e que o

presidente do conselho pode ajudar nessa mobilização encaminhando o pedido do CONDEL mas que todos devem ser ativos nesse processo, o que pode ser feito pela divisão de tarefas. Sugere também que os vereadores podem contribuir mobilizando as outras câmaras e enfatiza que o presidente do conselho não pode garantir que vai envolver todos esses atores [...] Após intensa deliberação entre os Conselheiros decidiu-se de maneira unânime: emitir um documento solicitando que a Petrobras faça os devidos esclarecimentos sobre os impactos e as possíveis ações de mitigação, pois, os comunitários da RESEX Marinha Mocapajuba se entendem como comunidade tradicional interessada como disposto na Recomendação Conjunta nº 17/2022/MPF e na convenção 169 da OIT e que seja apresentado um modelo de dispersão do Óleo de forma simplificada com linguagem acessível, além da realização de uma audiência pública com a Petrobras sobre a exploração de petróleo na Foz do Amazonas [...]. Ata da 1ª Reunião Extraordinária de 2023 do Conselho Deliberativo da RESEX-mar Mocapajuba. (Ata da 1ª Reunião extraordinária de 2023 do Conselho Deliberativo da RESEX-Mar Mocapajuba).

O trecho exposto encerra a parte de diálogos intensos ocorridos das 09 da manhã até às 13 horas, quando se fez o intervalo para o almoço. Mas, já se destacam algumas considerações que respondem aos objetivos desta tese:

- a) O engajamento dos sujeitos (extrativistas) na luta pela garantia dos seus direitos no território, mormente, quando se veem ameaçados na questão dos estoques dos bens naturais voltados à manutenção da vida, sugere-se forte. Exemplo: as discussões sobre o lixo próximo às comunidades e sobre a exploração petrolífera na foz do rio Amazonas que potencialmente afetará a hidrografia local;
- b) O conhecimento do território em sua dimensão ecológica (o saber ambiental) é eminente. A exemplo da “maré do vento norte” citada durante a reunião;
- c) A efetivação de estratégias de cunho coletivo é promissora também, a exemplo das articulações institucionais intra, inter e extracomunitárias que extrapolam a própria composição do CONDEL com os seguintes atores: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério Público Federal (MPF), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outras associações locais (de piloteiros e de ostras);
- d) A função mediadora do órgão gestor federal presidente do CONDEL (ICMBIO) que, pelo menos até então, escuta e dá prosseguimento às lutas do extrativistas, dentro de sua alçada institucional;
- e) O processo decisório em si que conta com vieses democráticos de participação e, inclusive, garante a fala de quem não é participante do CONDEL.

Tais considerações, entretanto, também aproximam-se do reconhecimento de que ainda falta por parte dos extrativistas locais ponderar e explicitar objetivos e estratégias comuns, uma vez que se trata do uso coletivo do território. Por outro lado, cabe aos técnicos, à frente da mediação, conforme seu compromisso com a causa social, o esforço de adaptar suas práticas para concretizar o encontro com os sujeitos da comunidades (Silva Junior *et al.*, 2018). Em relação à gama de articulações extra comunitárias, é importante frisar e diligenciar que tais atores detêm recursos não só diferentes, mas desiguais. Nesses termos, abre-se caminho para que o CONDEL tenha mais autonomia, para que se efetivem os diálogos de saberes e uma boa governança. Assim, os objetivos de conservação serão contemplados a partir das experiências e vivências no território, respeitando-se a normatização legal e o compartilhamento de poder entre atores locais e externos.

Então, a gente entende que isso é um entendimento institucional de que o Conselho é o primeiro fórum, é o fórum mais importante para tomada de decisão e planejamento de qualquer ação que seja importante para alcançar esses objetivos da reserva extrativista. Então, qual é o objetivo da reserva extrativista? É garantir o meio de vida e a cultura das populações tradicionais aliado ao uso sustentável dos recursos. Esse é o objetivo. Então, para alcançar esse objetivo a gente vai no Conselho, reúne e discute com eles qual a melhor ação pode ser feita através desses instrumentos que eu falei. Tem vários instrumentos. Tem o plano de manejo também. Tem os acordos de gestão. Tem os planejamentos para as ações de educação ambiental. Então, esse seria o, vamos dizer, o canal do órgão como instituição que ele teria que ter para fazer qualquer atividade lá na reserva extrativista. Mas só que aí está o problema [...] Por que a gente tenta trabalhar sempre com as demandas vindas pelo Conselho? Porque como o Conselho é o fórum que ele delibera e encaminha as coisas, ele é o momento em que todo mundo consegue trazer junto e não tem aquela briga de, ah, por que vocês fizeram uma ação na comunidade tal, na comunidade Y e não fizeram na comunidade X? Por que vocês estão vindo só para cá e não estão indo para lá? Então a gente define tudo no Conselho, que é um espaço aberto para todo mundo colocar. Então o que é decidido lá, todo mundo fica ciente. Fica ciente. Aí não fica aquela decisão monocrática ou só de um grupo determinado, né? Para poder atender o maior número de pessoas. (MCD 6, 39 anos, Masculino - entrevista realizada em 29.05.2024)

Diante das arguições proferidas com um teor mais institucional, vislumbra-se um cenário promissor nos processos de tomada de decisão em Mocapajuba. Muito embora existam fragilidades e o Plano de Manejo, tão necessário à gestão do uso do território não esteja nem timidamente em processo, como postula Cardoso (2020, p. 91), “a problemática atual evidencia disputas e insatisfações, revelando assimetrias na participação e no processo democrático estabelecido nas normas que regem as Unidades de Conservação. As organizações sociais, por não apresentarem uma base fortalecida, contribuem para que uma parcela da população não se sinta representada”.

O registro imagético abaixo captura um dos momentos presenciados no processo de deliberações via CONDEL. Nesse episódio ocorria uma das votações para reconhecimento dos sujeitos das comunidades que poderiam ser credenciados ao Perfil de Família Beneficiária, conforme a Portaria ICMBIO nº 9, de 2 de janeiro de 2024.

Figura 17 - Câmara temática do perfil de beneficiário em ação



Fonte: Autoria própria (2024)

Nessa tarefa eram lidos os nomes de cada morador de todas as comunidades usuárias da RESEX-Mar e os presentes avaliavam se era justo o enquadramento de cada um ao Perfil, obedecendo o que apontava a Portaria:

Art. 1º. Para fins de definição deste instrumento serão consideradas famílias beneficiárias da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba aquelas que atendem, simultaneamente, aos critérios abaixo:

I - Ter pelo menos um integrante que se auto identifique como membro de comunidade tradicional, além de ser reconhecido como tal em sua comunidade; II - Morar no interior ou entorno da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba há no mínimo 3 anos; (...) III - Exercer atividades consideradas localmente como tradicionais, durante, pelo menos, 12 dias por mês. São exemplos de atividades tradicionais, praticadas através uso sustentável direto ou indireto do recurso natural da UC: a) Uso sustentável direto: aquele que envolve coleta e uso dos recursos naturais, a exemplo de pesca artesanal (como rede, curral, anzol, tarrafa, espinhel), e outras formas de extrativismo animal (captura de caranguejo, sarnambi, ostra, camarão, siri, turu, mexilhão, etc), extração de óleos (como o óleo de andiroba ou copaíba), apicultura, extração de açaí, coleta de murumuru, de frutas (como o taperebá), de pupunha, dentre outros. b) Uso sustentável indireto: atividades de governança, de apoio à produção, e atividades derivadas do extrativismo, a exemplo de conserto de rede, apetrecho de pesca, calafetaria, carpintaria de embarcação, artesanato de pesca (cofo, paneiro, etc) e artesanato para utensílios (como panelas de barro), preparo para pesca, filetagem do peixe, catação, preparo do salgado, entralhe de rede, costura de proteção para ir ao mangue (como a braçadeira, sapato para o caranguejeiro),

vigilância ou guarda de embarcações, pintores de barcos e lanchas, armação de pesca, armadores de pesca, marretagem, lavagem de embarcações, conserto mecânico de embarcações, conserto de rede, venda de produtos do extrativismo (como polpa e remédios caseiros com ervas medicinais) e trabalhos de tecedor, empanador, desembuchador de peixe, abridor de letra, estrovador de anzol, armador de curral, gelador, piloteiros, cozinheiros de pesca, guias de pesca, encarregadores de pesca, grudeiros, praticantes de manifestações culturais vinculadas ao modo de vida da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, dentre outros.

Art. 2º. Serão considerados usuários da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba aqueles que possuem acesso a algum recurso natural da Reserva, mas que não atendem os critérios previstos no Art.1º. (Brasil, 2024, pp. 72-73).

Interessante observar também que esse exercício da Câmara Temática, realizado entre os dias 28 e 29 de maio de 2024, foi fruto do Plano de Ação discutido na 2ª Reunião Ordinária do CONDEL no dia 23 de novembro de 2023, o qual previa sua montagem e execução. O que mostra, além da adesão no grau de participação dos extrativistas locais – lembrando que a maioria presente não era de conselheiros, pois se tratava de uma ação da Câmara Temática com fins de identificação dos perfis de beneficiários –, o empenho do órgão gestor federal no desenrolar do que foi planejado. Uma vez finalizada essa tarefa o próximo passo é aguardar a publicação desses beneficiários em Diário Oficial para que o acesso à políticas públicas de financiamento possam ocorrer, como a Bolsa Verde²⁴.

A retomar a trajetória do exercício da governança via reunião do CONDEL, agora no período vespertino, tem-se:

[...] [*Representante*] do ICMBIO discorre sobre o uso da aeronave proveniente da visita da ministra Marina Silva na qual foi utilizada pelo NGI Salgado Paraense, na manhã dos dias 7 e 8 de março, com o objetivo de vistoriar embarcações pesqueiras industriais realizando atividades dentro dos limites das reservas, pois foram apuradas denúncias de arrasto por essas embarcações. Comenta sobre os locais onde ocorreu o sobrevoo, e que toda contra a costa das UCs do Salgado foram vistoriadas. Continua relatando que não foi encontrado nenhuma embarcação industrial, somente as artesanais de

²⁴ Em sua nova versão (Decreto nº 11.635/2023), o Bolsa Verde vai realizar pagamentos trimestrais de R\$ 600,00 (seiscentos reais) a famílias que vivem em Unidades de Conservação de Uso sustentável (Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável), em assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária (florestal, agroextrativista e de desenvolvimento sustentável) e em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas e outros. Os beneficiários se comprometem a cuidar da região onde vivem, a utilizar os recursos naturais de forma sustentável e a preservar a floresta, além de ajudar no trabalho de monitoramento e de proteção dessas áreas. Além dos pagamentos, terão acesso a ações de assistência técnica, extensão rural socioambiental, conservação ambiental e inclusão socioprodutiva. O Bolsa Verde se configura assim, como programa de caráter socioeconômico e ambiental, que busca unir cidadania e preservação do meio ambiente. Mais do que uma mera transferência de renda, é uma política pública fundamental na proteção dos recursos naturais, na erradicação da pobreza e no desenvolvimento sustentável do país. (Ministério do Meio Ambiente). Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/snpct/dpct/bolsa-verde>. Acesso realizado em 01 de junho de 2024.

madeira, algumas com capacidade de 10 toneladas. [Representante] do Polo Boa Vista comenta que quando chega o mês de maio e junho ocorre o fluxo de pescada amarela nessa região de Tamaruteua, Romana, Espadarte. Explica que o pescador artesanal puxa a rede às 19 horas da noite e todos eles terminam no máximo às 22 horas, sendo que após esse horário as embarcações industriais começam suas atividades de arrasto. Assim, recomenda que a fiscalização ocorra nesse horário da noite. [Representante] do ICMBIO pondera afirmando que atualmente há uma dificuldade muito grande para o NGI efetuar uma fiscalização noturna embarcada, pois, embora conte com o apoio dos Agentes Temporários Ambientais que conhecem a região e sabem onde navegar, os barcos que compõem nossa frota não possuem tamanho adequado para esse tipo de abordagem, porém existe um diálogo com um diretor de pesca que fazia parte do Ministério da Agricultura, para que essa demanda seja resolvida. Além disso, o NGI tem recebido relatórios diários de embarcações que tem PREPS (Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras). [Representante] do Polo Pereru de Fátima argumenta que os pescadores de fora da região utilizam-se rede de malha muito pequena e fazem atividade de pescaria nos rios da RESEX e relata que os pescadores da região utilizam rede de malha maior pegando somente os peixes que já deram as crias, diferente desses pescadores de fora que pegam peixes que não deram cria, prejudicando os pescadores regionais. Adiciona que estes acabam deixando os barcos parados, pois, quando conseguem pescar, é apenas para pagar as despesas e nem sempre conseguem trazer algum pescado. [Representante] ICMBIO explica que atualmente a RESEX não tem regras para uso desses recursos e que devem ser definidos no Plano de Manejo. [Representante] do Polo Pereru de Fátima retoma que recentemente um barco deu uma redada e pegou 500 pescadas próximo da praia da Romana, indicando com gestos que o tamanho dos peixes era pequeno de aproximadamente 1 kg e 1,5 kg, o que acarretará prejuízo para os extrativistas que utilizam rede de malha maior já que as pescadas com esse peso não vão dar cria. [Representante] da Câmara Municipal, em seguida, fala que o pessoal que vem de Abaeté usa a rede de malheiro com tamanho 12 e 9 na região da RESEX, e isso está influenciando os extrativistas da região que acabam fazendo o mesmo. Prossegue relatando que com o passar do tempo foi reduzindo o número de pescada a ponto de pescador passar 15 dias pescando sem conseguir nada. Adiciona que o pessoal do CEPNOR fazia pesquisa sobre o estoque do pescado mas que de uns tempos para cá eles pararam de comparecer. Segue comentando que muito se falava em Acordos de Pesca, mas que esse Acordo é complicado porque tem que não ter interesse em fazer acordo, especialmente aqueles que tem mais condições de colocar várias redes, deixando os demais pescadores no prejuízo. [Representante] do ICMBIO esclarece que esse acordo de pesca será tratado no Plano de Manejo onde esses regramentos podem ser definidos. [Representante] da Câmara Municipal expõe sua insatisfação sobre o seguro-defeso pois o pescador só recebe depois de três meses impossibilitando o seu sustento durante esse período. [Representante] da Associação de Piloteiros de São Caetano de Odivelas, após se autorizar a sua fala pelo conselho, pontua que durante a quarentena da pandemia da Covid-19 os pescadores foram mais bem sucedidos porque havia peixe em maior abundância, concluindo que se houvesse uma pausa iria multiplicar mais a quantidade atual. Pontua que é por isso que os pescadores de Vigia vão pescar em Suriname, pois, lá é proibido e tem muito peixe. [...] retoma sua fala afirmando que o grande problema não é de outros extrativistas usando rede menor e sim as embarcações industriais que só pegam os peixes com maior valor de mercado como a corvina, pescada amarela e gó e o resto são descartados como xaréu, serra e bagre e que a

solução é enfrentar essas atividades pesqueiras que são mais prejudiciais. [Representante] da EMATER comenta que uma das grandes dificuldades em relação ao atendimento dos produtores familiares em São Caetano é quando a emissão do cadastro ambiental Rural para aqueles que possuem propriedade com atividade agrícola dentro dos limites da reserva e questionou se o ICMBIO irá emitir um CAR coletivo. [Representante] do ICMBIO confirma a emissão do CAR coletivo para as famílias beneficiárias que serão cadastradas dentro dos limites da reserva. Outro [Representante] do ICMBIO esclarece que a RESEX fica localizada apenas dentro do limite de manguezal conforme disposto em Decreto e, sendo assim, é difícil haver pessoas com terreno dentro da UC. [...] [Representante] da EMATER, em seguida, questiona qual a legislação vigora atualmente para a pesca esportiva. [Representante] do ICMBIO responde que é necessário ser implementado Plano de Manejo para que essa atividade seja regulamentada dentro da Unidade e explica que o cobrado pelo ICMBIO dentro da RESEX Marinha Mocapajuba é o documento solicitado em todo o território nacional para a realização dessa atividade que é a Licença de Pesca Amadora e o que for relacionado à fiscalização quanto ao cumprimento dos requisitos para essa atividade é regulamentado pelo Decreto 6514 de 2008. [Representante] do ICMBIO reitera que todas essas questões devem ser tratadas no Plano de Manejo e que as oficinas preparatórias devem começar no segundo semestre deste ano e coloca que até o final de 2024 o Plano de Manejo poderá ser implementado conforme planejado (...) declara a Reunião Extraordinária encerrada às 15h00 e agradece a Câmara dos vereadores por disponibilizar o espaço para o evento e agradece também a participação dos conselheiros e ouvintes presentes (...).(Ata da 1ª Reunião extraordinária de 2023 do Conselho Deliberativo da RESEX-Mar Mocapajuba).

Conforme o exposto, verifica-se que muitas são as questões de interesse coletivo na UC. Em síntese:

- a) A atuação do ICMBIO na apuração das denúncias sobre pesca industrial dentro dos limites das RESEX que pertencem ao NGI Salgado Paraense, não somente em Mocapajuba;
- b) O contraponto realizado pela representação comunitária, denotando profundo conhecimento do território marítimo, inclusive citando zonas pesqueiras e estratégia noturna da pescaria industrial;
- c) O relato-denúncia quanto ao tamanho da malha da rede de pesca por pescadores locais e de fora, prejudicando a reprodução e manutenção do estoque pesqueiro.
- d) A não concordância com os critérios adotados na implementação do Seguro-Defeso. Em tempo, durante a pesquisa de campo, notou-se a existência de uma fala quase uníssona quanto a essa questão entre os extrativistas. Principalmente por parte de quem atua na “tiração” de caranguejo, pois, critica de modo veemente o não usufruto desse Seguro por essa categoria. Esses alegam que poderiam usufruir

do Seguro-Defeso no período em que “o caranguejo está trocando de casco e fica frágil, entre os meses de agosto a novembro” (Notas de Campo, 2024).

- e) A constatação de que no período da quarentena, durante a pandemia da Covid-19, houve uma boa reprodução das espécies de pescado, o que proporcionou uma certa abundância detectada quando as atividades de pesca foram retomadas.
- f) As dúvidas relacionadas ao Cadastramento Ambiental Rural (CAR), nos aspectos de gerenciamento e execução.
- g) A legislação vigente sobre a pesca esportiva. Nesse ponto, pesquisas como as de Vale, Tavares e Cardoso (2021. p. 506) e relatos coletados em campo, evidenciam que tal questão “ainda é um desafio a ser superado”.
- h) Por fim, sugere-se, pela fala do representante do ICMBio, que quando da formulação do Plano de Manejo muitos conflitos serão atenuados. Isso é o que se espera.

Figura 18 - A reunião do Conselho Deliberativo



Fonte: Autoria própria (2024)

Na imagem acima, registra-se um recorte espaço-temporal da realização das atividades do CONDEL da RESEX-Mar Mocapajuba. Ali testemunhou-se o trato da governança em si. Os diálogos, as tensões, as negociações, tudo para que os objetivos previstos na configuração de uma UC sejam alcançados. Como dito, não é um movimento simples.

Na sequência dos embates das comunidades extrativistas em busca de seus direitos sobre o “maretório” (Nascimento, 2021; Pimentel, 2019), estruturou-se internamente um documento que revela o vertiginoso empoderamento da categoria em rede: *Os caminhos para o bem viver: demandas das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas do Estado do Pará*

(2023-2025). Este é fruto da articulação entre as associações de usuários das 12 Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras do Estado do Pará (AUREMs) e, na época, as pró-RESEX de Viriandeua (PA) e Filhos do Mangue (PA)²⁵, além das delegações de lideranças vindas do Amapá e do Maranhão e parcerias com outras instituições governamentais e não governamentais. E, assim, descrevem-se seus fundamentos:

O nosso documento nasce da vontade de ser, de existir e viver livre, em todos os lugares, sendo reconhecidos como pessoas. Sabemos que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Além disso, todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (AUREMs, 2023, p. 5).

Nessa direção, trata-se de um caderno de demandas, a ser entregue à autoridades políticas das esferas municipal, estadual e federal, no qual se reivindicam direitos que abrangem os seguintes núcleos temáticos: Educação; Saúde; Gênero; Juventude; Infraestrutura; Cultura, Identidade Tradicional e Turismo de Base Comunitária e Familiar; Direito das Comunidades Extrativistas Pesqueiras; Gestão Pesqueira e Ambiental; Produção extrativista Pesqueira; e Meio Ambiente e Mudanças Climáticas.

Com maior nitidez, confere-se o relato de uma extrativista engajada nessa luta.

Então, esse caderno para nós realmente ele é o caderno mesmo do caminho do bom viver, porque é o que nós queremos, que cada família, cada cidadã, cada cidadão, os guardiões e guardiãs de cada unidade dessa se enxergue dentro desse caderno e faça de bom uso do caderno, porque esse caderno para nós ele realmente ele é o instrumento para que a gente possa realmente estar viabilizando esse processo do que é realmente o processo de uma unidade de conservação. Para que a gente possa realmente dizer, valeu a pena nós irmos solicitar ao governo um decreto de uma unidade de conservação. Então nós temos que fazer bom uso e saber usar e saber zelar pelo maretório, porque nós temos vários instrumentos que a gente pode muito bem estar se espelhando dentro desse processo, o CCDRU, os planos de manejo e os outros planos de gestão que cada unidade tem para se trabalhar dentro de cada município que é onde tem uma unidade de conservação de uso sustentável, principalmente aqui no Estado RESEX, porque o Estado do Pará é o estado RESEX. (MCD 9, 55 anos, Feminino – Entrevista realizada em 04.06.2024)

No contexto dessas argumentações, depreende-se que há não somente um desejo de bem viver, mas já um processo em movimento que ao longo do tempo se fortalece e tende à vivências de melhorias no ambiente. E, sem embargo, todo esse impulsionamento político e estratégico

²⁵ Os Decretos Federais nº 11.958 e 11.959, ambos de 21 de março de 2024 autorizam a criação das UC em questão. A RESEX Filhos do Mangue tem 40.537 hectares e abriga cerca de 4 mil famílias nos municípios de Primavera (PA) e Quatipuru (PA). Já a Viriandeua integra três áreas que totalizam 34.191 hectares nos municípios de Salinópolis (PA) e São João de Pirabas (PA), com cerca de 3.100 famílias.

protagonizado pelos extrativistas permite “imaginar outros mundos”, conforme preconiza Acosta (2016), pois, coloca os sujeitos amazônidas como exímios tomadores de decisões sobre o seu ambiente, portanto, sobre o seu território.

4.4 A dimensão econômica

Com vistas à análise dessa dimensão, entende-se como um profícuo ponto de partida conhecer a etimologia do termo economia. A palavra origina-se no grego com os radicais/termos *oikos* (casa/abrigo) e *nomos* (regras). Numa tradução livre e direta economia significaria, portanto, “regras da casa”. “Até onde se tem registros, a origem do termo remonta aos filósofos socráticos da Grécia Antiga, Xenofonte (século IV a.C.) intitulou sua obra *Oikonomikos*, cuja tradução literal é a administração da casa.” (Cechin, 2010. p. 27).

É pertinente lembrar que Aristóteles (1998) compreende a economia como uma dinâmica natural voltada à sobrevivência das espécies de modo geral. Portanto, para este filósofo, a economia não é uma criação de natureza humana, embora e sobremaneira, a cultura (econômica), ao longo do tempo, tenha se diferenciado em cada contexto social, geográfico e histórico. Para o autor, esse conceito é tido como a “arte de adquirir recursos indispensáveis à vida doméstica” (p. 596).

Nessa perspectiva, Polanyi (1980, p. 63) sinaliza que “A história e a etnografia conhecem várias espécies de economia, a maioria delas incluindo a instituição do mercado, mas elas não conhecem nenhuma economia anterior à nossa que seja controlada por mercados, mesmo que aproximadamente”. E prossegue,

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas. (p. 65)

Desse modo assinalado, é perceptível que, em sua origem, a economia estava fortemente atrelada às questões de sobrevivência baseada na produção (ou transformação da natureza não humana) e na distribuição (ou redistribuição, conforme o núcleo social) com motivações “não

econômicas”, leia-se, não mercadológica e não voltada à acumulação de riquezas (crematística²⁶).

Entretanto, dada a construção do sistema-mundo moderno-colonial, do século XV-XVI até hoje, as sociedades originárias tiveram suas estratégias econômicas –portanto, de sobrevivência – quase que totalmente dizimadas (Porto-Gonçalves, 2023).

Estamos, sim, diante de um *sistema-mundo moderno-colonial*, que é um mundo cada vez mais interdependente – *sistema-mundo*, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – *moderno-colonial*.

Foram o ouro e a prata levados da América Central e Andina, aproveitando-se, diga-se de passagem, do sofisticado conhecimento científico expresso na metalurgia da cultura dos maias, incas e astecas e, ainda, por causa das diversas *plantations* que depois se desenvolveram (de cana, de café, de cacau, de algodão, de banana, entre tantas), quase sempre com base no trabalho escravo, sobretudo dos negros, e no trabalho servil, quase sempre indígena, que grande parte das florestas da América foi dizimada, seus melhores solos praticamente esgotados e as principais minas de ouro e prata esauridas. (p. 25).

Nesse contexto, ao discutir sobre os paradigmas que fundamentaram a inversão das relações de produção econômica desde a “adoção” do sistema-mundo moderno-colonial também como limite da economia, Cechin (2010, p. 40) afirma que “o paradigma mecânico na economia teve como importante sintoma o não reconhecimento dos fluxos de matéria e energia que entram e saem do processo econômico, e muito menos o reconhecimento da diferença qualitativa entre o que entra e o que sai nesse processo”. Para o autor, tais fluxos de matéria e energia tornam o sistema econômico não uma totalidade, mas, sim, um subsistema de um sistema maior geralmente chamado de ambiente, o que é completamente desconsiderado na concepção ideológica cartesiano-newtoniana que acompanha o capitalismo, e que separa sujeito e objeto, sociedade e natureza.

Diante de tais elucubrações, é viável definir que o sistema econômico em voga é indiferente quanto à finitude dos recursos da natureza não humana. Não atenta ao que postula a Segunda Lei da Termodinâmica: há quantidade de energia que não é reincorporada aos processos de reprodução da natureza, e essa entropia cresce constantemente (Mires, 2012). Por isso, defende-se nesta tese, como Acosta (2016), uma economia pós-desenvolvimentista, baseada em princípios de solidariedade, sustentabilidade (não como mero adjetivo), reciprocidade, complementariedade, responsabilidade, integralidade, suficiência, diversidade cultural e identidade, equidade e democracia.

²⁶ Conceito aristotélico que trata do estudo da formação dos preços nos mercados (Cechin, 2010).

Nesse sentido, a dimensão econômica suscitada aqui foge da enumeração simplória das atividades produtivas vinculadas à geração de renda que caracterizam a RESEX-Mar Mocapajuba (Brasil, 2014), tais como: pesca (peixe, caranguejo e camarão), mariscagem (ostra, siri, mexilhão), extração do turu (*Teredo navalis*), agricultura, criação de pequenos animais, comércio e apicultura. Anseia-se, a partir das vozes dos extrativistas, projetar um cenário sustentável, nestes termos:

Esta economia, então, deve ser ambientalmente sustentável. Ou seja, deve assegurar desde o início e em todo momento processos econômicos que respeitem os ciclos ecológicos, que possam manter-se no tempo sem ajuda externa e sem que se produza escassez de recursos. E também deve ser sustentável em termos sociais, o que implica um sólido pilar democrático. (Acosta, 2016. p. 164).

E, de acordo com o proposto no Caderno de Demandas (AUREMs, 2023) elaborado pelos próprios extrativistas, citam-se alguns exemplos, no Quadro 12 abaixo.

Quadro 12 - Demandas socioeconômicas dos extrativistas

Demandas	Eixos
Viabilizar cursos de capacitação e intercâmbios de Turismo de Base Comunitária para o público extrativista pesqueiro das RESEXs.	Cultura, Identidade Tradicional e Turismo de Base Comunitária e Familiar
Apoiar a implantação de infraestrutura para projetos de Turismo de Base Comunitária nas RESEXs.	
Apoiar a criação participativa de roteiros de Turismo de Base Comunitária nos territórios das RESEXs.	
Implementar ações de valorização e fortalecimento das manifestações culturais das comunidades das RESEXs, com inclusão destas no calendário oficial do Estado.	
Fomentar o turismo de pesca esportiva nas comunidades das RESEXs.	
Formular uma política pública de apoio e incentivo ao monitoramento participativo ou auto monitoramento ambiental e pesqueiro nas comunidades das RESEXs, garantindo sua viabilidade orçamentária de forma continuada.	Gestão Pesqueira e Ambiental
Implementar o pagamento do seguro defeso aos pescadores durante o período de troca de carapaça do caranguejo-uçá (agosto, setembro e outubro), subsidiado por pesquisas científicas e pelo conhecimento tradicional das comunidades pesqueiras das RESEXs.	
Apoiar a implementação de um programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) nos territórios das RESEXs.	
Apoiar a criação de um programa de reflorestamento de mangue e de mata ciliar nos territórios das RESEXs.	
Apoiar a criação do selo de produtos extrativistas pesqueiros das RESEXs.	Produção Extrativista Pesqueira
Garantir apoio a programas de renovação da frota pesqueira artesanal.	

Garantir a aquisição dos produtos extrativistas pesqueiros para merenda escolar e outros órgãos públicos, através de processos de compras públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Garantir a publicação de editais e chamadas públicas de projetos para apoio a produção extrativista pesqueira das RESEXs.

Viabilizar a implantação de Unidades de Beneficiamento de Pescado e a capacitação para atuar (peixes, caranguejos, camarões, mariscos, etc.) as comunidades das RESEXs.

Fornecer ATER diferenciada que contemple todos os aspectos da produção, cultura e meio ambiente das comunidades extrativistas pesqueiras das RESEX.

.Desenvolver programa para viabilizar a construção das cozinhas comunitárias como ponto de difusão do patrimônio gastronômico tradicional e desenvolvimento dos saberes, sabores e práticas culturais.

Desenvolver programas e ações para valorizar o manguezal e diminuir os efeitos das mudanças climáticas.

Desenvolver programa de formação das lideranças que trate sobre os riscos ambientais do petróleo na foz do Amazonas, da chegada do mercado voluntário de carbono, da energia eólica e solar nas comunidades tradicionais.

Meio Ambiente e
Mudanças climáticas

Apoiar ações de esclarecimento sobre o mercado de carbono, as suas implicações para o território, o conselho deliberativo e para a gestão com o ICMBIO.

Fonte: AUREMs (2012). Adaptado pelo autor.

É interessante notar no Quadro12 acima que algumas demandas sugerem um diálogo com o mercado. Parece contraditório, mas, Acosta (2016. p. 182) explica:

Longe de uma economia determinada pelas relações mercantis, no Bem Viver se promove outro tipo de relação dinâmica e construtiva entre mercado, Estado e sociedade. Não se propõe uma sociedade de mercado, ou seja, mercantilizada. Não se deseja uma economia controlada por monopolistas e especuladores. Busca-se construir uma economia com mercados, no plural, a serviço da sociedade.

Esse aspecto que dialoga com o mercado, e com o próprio Estado, já é uma realidade que se manifesta no território. Assim, fala uma extrativista:

Então, esse caderno, ele já está dando muito resultado para nós, muito, inclusive aqui no Estado, inclusive a gente já está fechando, já fechamos uma parceria já com o Estado, por dentro da SEDAP, junto com a Casa Civil, já há um processo, já mostrou uma parceria de fomento com a Secretaria de Estado, que é a Secretaria de Pesca e Aquicultura, que é a SEDAP, através da pessoa do O. L. Então, os 16 municípios vão estar recebendo fomentos, que eles vão estar repassando para nós, agora acho que mais tardar setembro, outubro, eles vão estar passando para nós, então a equipe técnica já está fazendo as visitas em cada município, eles estão passando dois, três dias em cada município, já explicando como é que vai se dar o processo, e cada unidade vai receber, inclusive, a maioria que já tem prédio vai receber os kits de cozinha

comunitária. As 16 vai receber o projeto do mel e o projeto da basqueta. Aí, onde já tem um trabalho muito grande, fomento muito grande de ostra, também vai receber o processo com ostra, e tem outros que vão ficar para a gente já fechar de agosto para setembro, com eles que estão viabilizando o recurso, para dizer, olha, já tenho recurso para isso, isso, mais isso, então esse caderno para nós, ele está realmente muito, inclusive [...] muita coisa que está aqui, o município já está realizando, inclusive creche, a questão da parte da agricultura, da piscicultura, ou de agricultura, o município já está fazendo, então tem várias coisas que estão dentro do caderno que já está sendo viabilizado em alguns municípios, tanto municipal quanto estadual, por alguns parceiros do terceiro setor, pela própria academia [...]. (MCD 9, 55 anos, Feminino - entrevista realizada em 04.06.2024)

Em resumo, a corroborar novamente com Acosta (2016), é necessário entender de uma vez por todas que a economia não é mais importante que as amplas demandas sociais e as capacidades da natureza. Obvio, não deve ser desprezada. A verdadeira importância da economia (isso vale para ela enquanto ciência social também) radica na contribuição para construir outras relações de produção, (re)distribuição e consumo que priorizem diuturnamente as maiorias, sem colocar em risco os ciclos ecológicos. Portanto, precisa-se romper com os efeitos do “economicismo”, cuja fatalidade repousa na força do fundamentalismo econômico, que confunde seus modelos analíticos com a realidade. (p. 185).

Foi visto em subcapítulo anterior que natureza e cultura são indissociáveis. Aqui, na dimensão econômica, também constata-se essa relação que abrange tais dimensões cultura-natureza e economia. Nas imagens, a seguir, mostra-se um pouco disso.

Figura 19 - A casa de farinha



Fonte: Pesquisa de campo (2024)

Figura 20 - *Souvenirs*



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

A casa de farinha retratada na imagem acima também revela todo um saber cultural e econômico (no sentido da sobrevivência) engendrado ao longo do tempo. No entanto, dentro da Área da RESEX-Mar e mesmo em suas comunidades, não é muito comum encontrar esse tipo de ambiente produtivo. Especificamente o registro foi feito na comunidade de Páscoa, localizada no extremo sul da UC, no limite da predominância da área de mangue.

A figura 18 retrata um pedaço singelo da manifestação artístico-cultural em São Caetano de Odivelas. Em cena, as miniaturas dos cabeçudos, do boi, do pierrô, eram comercializadas na condição de *souvenirs* durante a realização do Festival do Caranguejo em 2023. Esse evento é a principal festividade organizada pela Prefeitura Municipal e comemora a alta produtividade do crustáceo no território. Portanto, há uma forte adesão popular e funciona também como um atrativo turístico. Todos os anos se realiza quase sempre no segundo final de semana do mês de dezembro.

Figura 21 - Palco do 42º Festival do Caranguejo



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Como visto na imagem acima, o Festival do Caranguejo conjuga a chamada “tradição”, oriunda do ambiente pesqueiro, com a “modernidade” observada na estruturação do palco do evento (com recursos tecnológicos altamente incrementados) e também na sua programação artística com a apresentação de grandes aparelhagens sonoras “de fora”. Há um movimento econômico pujante, do ponto de vista do valor de troca capitalista (Porto-Gonçalves, 2023), mas que durante a pesquisa de campo não se obteve dados específicos sobre. Aliás, embora o recorte analítico aqui seja a RESEX-Mar, a contabilização de dados referentes à produção do caranguejo e do pescado, de modo geral, é inexistente. Isso pode ser um ponto de atenção para a tomada de decisão econômica por parte da Prefeitura e também do Governo do Estado.

Entretanto, ainda assim, durante a pesquisa de campo deparou-se com algumas estimativas, em meio às entrevistas, a exemplo: média diária de captura de caranguejo por extrativista é de 120 unidades. Cada unidade é vendida para o marreteiro (sujeito elo entre o comerciante/empreendedor maior) em média a R\$1,20 (um real e vinte centavos). Esse preço varia de acordo com a comunidade, a quantidade negociada e com a qualidade do crustáceo – durante o período de troca da carapaça (agosto a novembro) esse valor chega a metade.

No capítulo seguinte o trajeto da flecha do tempo repousará sobre as arguições que irão reconectar as dimensões aqui tratadas separadamente. Mas já é possível imaginar que todas essas dimensões (ecológica, cultural, política e econômica) funcionam como subdimensões que integram a totalidade ambiental da RESEX-Mar Mocapajuba.

5. A GEOGRAFIA DA(S) FELICIDADE(S) EM MOCAPAJUBA

Todas essas arguições até aqui tecidas ratificam a complexidade do ambiente enquanto um sistema aberto, porém passível de compreensão dadas as particularidades que as dimensões ecológica, cultural, política e econômica produzem ao longo da flecha do tempo e de seus comportamentos de ordem-desordem-organização. O desafio foi lançado em busca não de um encontro, mas de uma vivência ou de experimentações de processos que permitem demarcar um território feliz. Demarcar no sentido de atestar e exprimir dessa vivência os elementos necessários para vislumbrar a felicidade.

Sendo assim, na dimensão ecológica testemunhou-se uma parte das dinâmicas da natureza para propiciar a (re)produção do ecossistema em Mocapajuba. Diz-se uma parte porque, na teoria da complexidade, é impossível se conhecer o todo, no entanto, permite-se um reconhecimento mínimo do que está ocorrendo fenomenicamente e assim definir ações. Logo, os ambientes de “mangue e espelho d’água” são indissociáveis da vida ali em Odivelas. No final das contas, favorece inclusive o desenvolvimento das outras dimensões.

Revelou-se, portanto, uma dinâmica ecossistêmica de natureza não humana e sua produção em intercâmbio constante com o movimento humano de apropriação. Em outras palavras, (re)produções e trocas energéticas garantem a existência da área de mangue e do território de pesca; e os extrativistas, a partir de seus saberes ambientais, tecem uma relação de coerência com a sustentabilidade dos recursos necessários à sobrevivência. Diante de tal processo, compreende-se que a dimensão ecológica não pode ser tratada como uma área passível de ser zoneada a partir de decisões arbitrárias oriundas do próprio Estado ou dos agentes de mercado. Isso porque é exatamente por meio da interação milenar/ancestral, harmônica e em equilíbrio dinâmico com a natureza, oportunizada pelo saber das comunidades extrativistas, que se pode vislumbrar a felicidade, numa conjunção integrada com as outras dimensões (cultural, política e econômica).

Na dimensão cultural, oportunizou-se o contato com os saberes ambientais locais. Detectou-se mais uma vez que a flecha do tempo não é linear. Ali, é obedecida a dinâmica das águas, da floresta e do solo em intrínseca e inseparável relação com a sociedade. O tempo smithiano vinculado à reprodução do capital é relevante, no entanto, sugere-se não ser tão primordial. Os problemas na transmissão desses saberes são preocupantes, todavia, inicia-se uma caminhada de enfrentamentos para resolução dos casos, seja via escola, via família ou instituições outras.

Em Mocapajuba, cultura e natureza não humana caminham juntas na (re)produção do território. Em virtude disso, é possível estimar uma percepção futura de fortalecimento cultural quando das leituras e práticas sobre o Bem Viver andino e amazônico. Dado que ali se promove uma interconexão entre passado (ancestralidade e repasse de saberes entre as gerações), presente (processo de tomada de decisão cotidiano) e futuro (projeções de sustentabilidade da comunidade).

Na dimensão política, enaltecem-se vigorosamente as territorialidades. Analisaram-se basicamente alguns processos de tomadas de decisão via execução das reuniões do CONDEL. Há relações de poder, o que é intrínseco ao surgimento de conflitos. Foram citados: ameaças da pesca industrial sobre o estoque pesqueiro, tamanho da malha da rede de pesca, incoerência ou discrepância na garantia do Seguro-Defeso, a pesca esportiva como um ponto de atenção, destinação adequada dos resíduos, ingerências quanto à questão da exploração petrolífera na foz do rio Amazonas, dificuldades na emissão do CAR. Nessa relação de poder, os extrativistas também se movimentam em rede para garantir os seus direitos: o caderno de demandas citado comprova tal articulação e luta.

Tais conflitos não são somente locais, mas assumem níveis multiescalares, da esfera subjetiva à nacional (ou até internacional quando da citação de protocolos normados pela OIT). A luta liderada pela AMUPESC, no processo de criação da RESEX-Mar, denota todo o poderio inspirador feminino. Desse modo, a efetivação de estratégias de cunho coletivo é promissora também, a exemplo das articulações institucionais intra, inter e extracomunitárias que extrapolam a própria composição do CONDEL. Conselho este que se mostrou, até então, conduzido por vieses democráticos no processo de tomada de decisão. Faltam ainda alguns instrumentos de gestão (como o Plano de Manejo, o CCDRU, os acordos de pesca, entre outros), mas, do ponto de vista da governança, o cenário demonstra-se propício à garantia do Bem Viver, da felicidade.

Na dimensão econômica, potencializou-se a discussão a respeito de uma opção para o desenvolvimento desatrelada das condições impostas pelo sistema econômico vigente. Para isso, é necessário compreender que originalmente a economia precisa “cuidar da casa” com regras estabelecidas por quem de fato a conhece e, assim, poder viver melhor, principalmente sem o consumo voraz e devastador daquilo que a natureza não humana dispõe. Percebeu-se igualmente o quanto que a cultura é subvertida economicamente. Talvez essa seja a dimensão com as variáveis mais difíceis de se emancipar ideologicamente, porque as relações de mercado ganham capilaridade impressionante ao longo do tempo, não só em Mocapajuba, mas quase que no mundo por completo.

Assim, é prudente assegurar, desde o início, processos econômicos que respeitem os ciclos ecológicos, que possam manter-se no tempo sem ajuda externa e sem que se produza escassez de recursos, numa relação dinâmica e construtiva entre mercado, Estado e sociedade. Como salientado, não se propõe uma sociedade de mercado, altamente dependente da geração e ampliação da margem de lucros, exaurindo a natureza humana e não humana. Propõe-se conjecturar uma economia dialógica e relacional com os mais variados mercados. Dialógica, pois, pressupõe contatos para efetivação dos intercâmbios, e relacional porque, além do diálogo (a relação em si) com os agentes de mercado, é preciso de fato negociar de modo mais justo, inclusivo e democrático à serviço de um bem maior que é a felicidade das comunidades.

Nas sendas de uma aproximação científica ao conteúdo do real, a teoria e a empiria contribuíram para alimentar a oportunidade para imaginar outros mundos. Na sequência, no Quadro 13, acompanham-se os principais relatos que indicam a esperança, a vida melhor, o Bem Viver, a felicidade.

Quadro 13 – Narrativas do Bem Viver como elementos de felicidade

Entrevistado	Estruturas argumentativas
RAC 1, 49 anos, Feminino	Que os usuários tenham esse entendimento do pertencimento e vê aquela importância da unidade. Porque muitas vezes eles se vê, com a criação da unidade, foi uma barreira. Que eles se encontraram e se enviam a RESEX só vem pra atrapalhar. Na verdade não é. Então, a partir do momento que entenderem isso, que a RESEX foi criada pra ter uma garantia pra eles a mais longo prazo, eles vão ver que isso é isso que eu quero. Porque isso a gente não tá vendo ainda. A gente tá vendo que ali são forças diferentes. A comunidade ainda, a população, é controlado jogando um contra o outro. (Entrevista realizada em 29.01.2024)
RAC 2, 60 anos, Feminino	Não existe nada que venha substituir a natureza não existe pra mim. Nada que o homem venha mexer e dizer que ele vai colocar isso aqui pro nosso bem, não. O bem é a natureza. (Entrevista realizada em 29.01.2024)
RCF 1, 67 anos, Masculino	Mas a esperança continua. O bonito, o bacana é que a gente fica sempre lembrado, a gente fica olhado pelas pessoas, pelo modo que a gente trabalha né de querer o bem pra comunidade, querer o bem para as pessoas e esse é o meu trabalho de quando começou e não vai faltar (Entrevista realizada em 23.01.2024)
RCF 2, 46 anos, Masculino	Que ela olhe pras pessoas que se sobrevive do açaí ou do caranguejo que elas venham pra educar mais, pra saber como, porque tem pessoas que, por exemplo, eu conheci assim que eles vão lá mas não tem tipo assim vai por ir pra ganhar o dinheiro, não age de forma sustentável, não pensa no amanhã, no outro, só pensa naquele dia, naquele dia ele quer pegar tanto do jeito que der. Se ele usa um material pra pescar ele não pensa que vai agredir. Porque tem material agora que a gente usa, usa ele como o saco, produz fiapo coloca no mangal e as vezes o cara vai lá e deixa por lá no coisa né e não pega de volta, não leva a sacola pra trazer os pedaço, deixa lá. Aí eu acho que assim prejudica. (Entrevista realizada em 24.01.2024)

RCF 3, 50 anos, Masculino	Tem um certo local onde pessoas, como que eu digo assim, como as pessoas que tem mais condições de meter equipamentos ali grande pra tirar mais pra ele sem lembrar de dividir com os outros, entendeu, podendo ocasionar no desequilíbrio ambiental daquela parte ali deixando pessoas passando fome ao invés de dividir com ele levando só pra si. Então esse caso aí é uma proteção, de proteger aquele local, um determinado local, onde precisa de uma organização para que se mantenha aquelas famílias lá que estão há muito tempo ali já, muitos anos ou nasceram ali para que não venham sofrer ou se acabar. (Entrevista realizada em 24.01.2024)
RCF 4, 61 anos, Feminino	A RESEX se incentive o povo a plantar. E tem, por exemplo, as mudas das plantas. Se interessa é trazer as mudas das plantas. Porque a natureza, ela precisa, como ela está sendo destruída, precisa ter um manejo. No caso, precisa plantar. (Entrevista realizada em 25.01.2024)
RCF 6, 42 anos, Masculino	Aproveitar o melhor aqui que esta terra me oferece e no final me salvar (Entrevista realizada em 26.01.2024)
RCF 7, 24 anos, Masculino	Se a gente tivesse uma educação melhor. Cada comunidade tem um recurso natural que sobrevive, aí eu achava assim que tinha, como agora né, nunca tinha vindo um pesquisador aqui, nunca tinha tido essas coisa. Quando surgiu a Mocapajuba não pensei que era assim né. Pensei que ia surgir a Mocapajuba, ia ajudar a gente em alguma coisa, doar alguma coisa. Mas eu vendo assim eu ia lá na reunião mas não ia, tipo assim, eu vinha de lá, ah não sei se vou na outra reunião, mas aí dali pra frente foram trazendo mais pessoas contribuindo como você e aquele outro rapaz, às vezes vem pessoas de universidade aí eu já fui tendo outra visão e vou ter como ajudar as pessoas, conversando né, pra educar pra eles melhorarem o modo deles pescarem o modo de eles apanharem o açai. (Entrevista realizada em 26.01.2024)
RCF 9, 66 anos, Feminino	Pra a gente ter uma reserva sem dor de cabeça, o primeiro passo vem dentro de uma sala de aula de capacitação com os próprios alunos, porque é mais fácil você trabalhar com uma pilha de crianças e capacitar aquelas crianças de que você juntar 10 ou 20 adultos e fazer uma reunião e dizer para eles que você não pode fazer isso, que eles vão continuar fazendo. Mas se você, numa sala de aula, chamar os alunos e fazer uma aula de capacitação, dizer para eles o que é o certo, o que é o errado, eles que vão chegar nas suas próprias residências e dizer, meu pai, não faça isso porque isso não está certo. Minha mãe, não faça isso porque isso não está certo. Meu irmão, não faça isso porque isso não está certo. É mais fácil essas crianças respeitar o meio ambiente, respeitar uma lei que seja feita de que você se descabelar com uns adultos que está difícil. (Entrevista realizada em 31.05.2024)

MCD 1 44 anos, feminino	Não digo nem fiscalização, mas é um processo de esclarecimento do funcionamento de uma RESEX. Uma RESEX. Eu acho que assim, que deveria ter uma união dos órgãos competentes, como a municipal, o estadual e o federal, e entidades representativas, para estar realmente fazendo palestras educativas de informações. Por que, assim, tu precisa dizer para o pescador como cuidar. Precisa dizer como. Precisa dizer, tu precisa mostrar para ele que aquela prática realmente prejudica, entendeu? (Entrevista realizada em 16.01.2024)
MCD 3, 24 anos, Masculino	Eu espero que daqui pra frente de fato as políticas públicas, essa mudança de mentalidade, essa aproximação nossa com o governo na pessoal do ICMBIO, nos tragam mais essa conscientização, essa abertura do poder garantir pras gerações futuras nossos recursos naturais e eu espero realmente melhorias de verdade aí, que seja diferente, que a gente comece uma história diferente. (Entrevista realizada em 18.01.2024)
MCD 5, 38 anos, feminino	A minha esperança é que todos os filhos odivelenses que estão incluídos na resex tenha uma sensibilidade para o espaço que vive preservando a natureza, preservando a nossa cultura, nossos saberes e sabendo que “eu faço parte de uma RESEX”, que eu tenho esse pertencimento de RESEX, de estar dentro e lutar e vamos dizer assim, ter um espaço construído por nós com um diferencial né porque nossa eu acho que ainda não temos esse pertencimento, falta isso pra gente. Eu quero e espero muito, muito que meus amigos, meus filhos, meus netos, diz assim olha eu faço parte da RESEX eu sou uma lutadora que aconteça o melhor dentro da RESEX e por nós primeiro, que a mudança venha dos odivelense, em especial. (Entrevista realizada em 19.01.2024)
MCD 6, 39 anos, Masculino	Eu espero que os instrumentos, primeiro, os instrumentos de gestão estejam todos consolidados, plano de manejo, acordo de pesca, regramento, perfil da família beneficiária, política pública destinada pras populações beneficiárias, tudo isso que esteja em condição. (Entrevista realizada em 29.05.2024)
MCD 7, 68 anos, Masculino	Então, eu espero que pelo menos ai dentro de um espaço de dez anos esteja avançado a questão do regramento, das malhas dentro do rio e tal. Então, a gente quer o melhor. A gente pensa num cenário ideal sabe que não vai atingir, mas pelo menos próximo ali. Que a gente tenha uma RESEX realmente funcional, não que não seja no momento, mas ainda tá caminhando. A gente espera que realmente seja efetiva no futuro. (Entrevista realizada em 22.09.2023)
MCD 8, 55 anos, Masculino	A gente precisa ter a compreensão de todos os beneficiários, os usuários e pessoas envolvidas no território da RESEX. Por que foi criado essas unidades, essas reservas? E por que é que é para a gente ter uma ideia de por que é tão importante a conservação dos recursos? E o que isso vai impactar na vida deles? Esse é o principal desafio, essa compreensão toda. Outro desafio é a gente ter infraestrutura, uma infraestrutura que é muito importante. Outro desafio é a gente ter infraestrutura adequada, quantidade de servidores também adequado para poder conseguir dar conta das demandas da gestão dessas unidades. (Entrevista realizada em 04.01.2024)

MCD 9,
55 anos,
feminino

O que a gente espera, que realmente daqui para frente, uma das coisas que a gente precisa ter lá no Mocapajuba, é um dos instrumentos que é o plano de manejo. Tendo o plano de manejo, o reconhecimento das famílias que tá sendo, que foi feito agora, que já passou no conselho, já tem o perfil da família, já tem o reconhecimento da família, tem primeiramente o conselho, que já tem, que é um conselho ativo, tem já o perfil da família, o reconhecimento da família, que foi passado em conselho recentemente, e esperamos que brevemente nós tenhamos o plano de manejo da RESEX Mocapajuba, que é o que muito a gente espera, e o CCDRU, pra essa unidade, pra que a gente consiga realmente fechar esse ciclo de instrumento pra unidade. E também esperamos que daqui, dentro dos dez anos, como a gente não conseguiu ainda, organizar bem a unidade, inclusive porque ainda não tinha o perfil, ainda não tinha o reconhecimento de família, e que ainda não tem o CCDRU e ainda não tem o plano de manejo, então, do momento que a gente já estamos com o perfil e o reconhecimento de família, e que tem um conselho muito atuante, é o que nós esperamos que realmente a gente consiga trazer as políticas sociais pra dentro desta unidade, pra que as famílias possam realmente se enxergarem dentro de todo esse processo, inclusive trabalhando o processo do que ela veio, que é conservar e preservar o ambiente do município de São Caetano de Odiveras.

Fonte: Pesquisa de Campo (2024)

Foram destacadas 16 narrativas que tracejam o percurso para pensar o Bem Viver como caminho que aponta para a felicidade em Mocapajuba. Como ressaltado na seção metodológica desta pesquisa, não houve uma pergunta que direcionasse para a mensuração da felicidade em si. No entanto, ao longo das argumentações detectam-se elementos que sugerem tal vivência. Quais sejam: pensar no amanhã, no outro, em práticas sustentáveis, o reconhecimento da natureza como bem insubstituível, a preservação ou conservação dela, da cultura, dos saberes, o pertencimento à RESEX-Mar, a luta, a visão futura e preocupação com as gerações, o processo educacional, ajuda mútua em prol do coletivo, melhorar o manejo das atividades produtivas, a mudança de mentalidade por um história diferente, melhor regramento e maior efetividade dos compromissos da RESEX com seus objetivos, a esperança, o reconhecimento social, o pensamento coletivo, o compromisso, viver bem, manutenção da vida familiar, a efetivação do Plano de Manejo, do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), de um conselho atuante e outras políticas sociais, e outras articulações institucionais.

Como visto, não há uma linearidade, pois são múltiplos os desejos, as intenções e as práticas. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2023, p. 28) contribui,

[...] Assim, reforça-se a tese de que as tradições indígena-camponesas amazônicas seriam, no mínimo, fontes de inspiração e nos interpelam a um diálogo com a tradição científica convencional ao nos convidar a uma nova convivência *com* a floresta, e não *contra* a floresta, ao diálogo de saberes, à interculturalidade (e não o multiculturalismo). Afinal, o diálogo entre os povos/culturas não se dá num vazio de relações sociais e de poder e, para que se dê de modo consistente, é preciso estabelecer relações sociais e de poder com base na isonomia, na igualdade política e, mais, que respeite a autonomia,

como vem propugnando esses povos. Para isso, é imprescindível superar a colonialidade do saber (e do poder) que, ao inferiorizar o outro, condição para colonizá-lo (afinal, ninguém coloniza quem é igual), acaba por promover um enorme desperdício de experiência humana.

Desse modo, quando se trazem as narrativas dos extrativistas, e mesmo do caráter técnico do órgão gestor federal, alimentam-se as inspirações que convidam para uma nova (re)produção da vida com o ambiente e não contra o ambiente.

Pode-se perguntar, portanto: mas afinal, o que é a felicidade? Antes, de apontar novamente alguma aproximação com um conceito fechado, lembra-se das incertezas que acompanham a teoria do pensamento complexo exatamente por a realidade ser compreendida na dinâmica constante de ordem-desordem-organização. Tal realidade incita o sujeito a ponderar diligentemente suas ações, suas tomadas de decisões, pois é necessário observar se tal ação não prejudica de alguma forma a coletividade, a conservação dos recursos. Para bem decidir, esse sujeito precisa integrar no seu processo de tomada de decisão as dimensões aqui apontadas: ecológica, cultural, política e econômica.

Dentro dessa perspectiva, a felicidade manifesta-se como o desejar e praticar (viver) o bem a si e ao(s) outro(s), considerando todas as dimensões aqui abordadas (ecológica, cultural, política e econômica). Para isso é necessário exercitar as virtudes. Tais virtudes, ou intenções de, podem ser identificadas por meio das falas dos interlocutores, principalmente quando revelam uma preocupação coletiva e de manutenção dos recursos ambientais.

Ela é objetiva porque preocupa-se com a outriedade, o que reforça a relação com os outros, inclusive com as chamadas externalidades (como no caso de intervenções mercadológicas), e se expressa, tanto materialmente quanto imaterialmente, no ambiente, no território. A exemplo, materialmente quando ocorre algum tipo de aquisição de instrumento ou infraestrutura que possa colaborar na reprodução ecológica, cultural, política e econômica do território; e imaterial quando do próprio sentimento de felicidade em si, o que colabora para o reforço dos laços de solidariedade e reciprocidade no coletivo.

Destarte, não se trata de um movimento egoísta e meramente subjetivo ou sentimental. Favorece e demarca (a)o Bem Viver como um movimento originário localmente que interconecta o passado (ancestralidade), o presente (tomada de decisões cotidiana) e o futuro (sustentabilidades). A felicidade, via pensamento complexo, se dá no contexto de ordem-desordem-organização, sendo o sistema ambiental/territorial, em vias de organização ou equilíbrio dinâmico (no presente, pode-se dizer), a manifestação ou contemplação da felicidade em si. Portanto, ela é relacional e processual.

Em tese, não existe um ambiente feliz se este não for organizado (ou em processo dinâmico com vistas à essa organização), considerando ao mesmo tempo sua inerência à ordem e desordem. Por isso a questão do equilíbrio, e da harmonia (movimento conjunto entre os elementos que comporão o equilíbrio), como anseio das comunidades investigadas é um processo dinâmico. Embora a segunda lei da termodinâmica projete o fim do universo com a situação de equilíbrio via entropia, o equilíbrio buscado pelas comunidades é de caráter dinâmico, relativo, dado ao modo como as dimensões (subsistemas) ecológica, cultural, política e econômica também se comportam no sistema ambiental/territorial analisado, que por sua vez está atrelado ao sistema Terra e ao sistema universo.

Chamoiseau (2016) *apud* Morin (2023, p. 110), assim, enriquece o debate:

Os grandes artistas, as grandes obras sempre instalarão uma porta aberta para o horizonte sem horizonte do impensável. E é o que me parece importante no gesto artístico. Não o significado oferecido, essa indigência que nos tranquiliza, mas verdadeiramente uma porta que se abre, que nunca mais vai se fechar e que nos transmitirá sem fim as energias do impossível de conceber.

Nesse horizonte do impensável é para onde caminha a noção de um território feliz, de uma Geografia da(s) Felicidade(s), como uma porta que se abre ao desconhecido e impele o espírito científico a novos conhecimentos.

Todo esse movimento do pensamento também é forjado nas concepções do Bem Viver andino e amazônico, que ao longo do tempo alarga cada vez mais os horizontes.

Nesta perspectiva, o Bem Viver se projeta como uma proposta de transformação civilizatória. E, por isso mesmo, adquire cada vez mais vigor também fora do mundo andino e amazônico, para além de seus desafios plurinacionais. Em seu cerne, como já dissemos, está um grande passo revolucionário que nos insta a abandonar visões antropocêntricas e trilhar um caminho rumo a visões sociobiocêntricas, com as consequências políticas, econômicas e sociais que hão de surgir no processo. (Acosta, 2016, p. 186)

Figura 22 - A felicidade como horizonte



Fonte: Autoria própria (2024)

No recorte imagético acima, estabelece-se uma referência à infinitude dos horizontes, ao Bem Viver, à felicidade. Se o olhar se ocupar do verde da vegetação mais longínqua, esqueceu-se que o extrativista na cena aponta para o céu, para o universo, para o infinito. E aí ainda estão representadas algumas nuances do Bem Viver, a partir do íntimo conhecimento do sujeito acerca da dinâmica (geo)ecossistêmica em seu território. E a felicidade como um constructo inerente à vida deste ser amazônico, o qual, inclusive, pôde relatar:

Só passa fome quem quer. Só passa fome aquele que não tem o costume de pegar a sua comida. Mas, aqui se você vier não tiver nada na sua casa, tu mesmo vem tirar o caranguejo e tu vai vender logo ele. Já volta até com dinheiro. Ah não, mas eu não quero ele o caranguejo, eu quero, eu vou no camarão, pega aí 10 quilos e já tá com seu dinheiro. Ah também não quero camarão. Vou fazer o quê? Aí eu vou dar uma escorada ai na beira aí, pega a rede e vai pra beira. No horário do peixe, tem que ser no horário certo. Pega aí, pega aí o meio do saco de peixe, de pratiqueira, de tainha,[...] É por isso que o povo aqui, eles são assim, pra eles é, pra nós, pra nós é uma alegria muito grande aqui, muito forte nosso potencial aqui sobre alimento. É coisa farta pra nós, não é coisa ruim não [...] Olha, você vai tirar só 100 caranguejos, 150, às vez vende, outro mais 100, outro mais 80 e é assim. [...] Aí todos vem, pega o seu caranguejo, vende o seu caranguejinho, ganha o seu dinheiro [...] Eu gosto de comer o camarão, eu gosto de comer o caranguejo, eu gosto de comer o peixe. Deus o livre! Peixe é minha vida! Já pensaste tu comer um peixinho pulando aqui? Ele sai pulando ai do mangal [...] Tem muita mulher que gosta do marisco aí. Tem mulher aí que á aprontou a sua casa só com o dinheiro do camarão. Já tem seu cantinho ali, tem sua cama, seu fogão. Tem suas coisas ai na casa lá. Ela tem os dois puçázinho dela em casa. (RCF 5, 63 anos, Masculino - entrevista realizada em 25.01.2024)

Nessa narrativa contempla-se a integração dos saberes ecológicos, culturais, políticos e econômicos como dimensões pertinentes à vida extrativista. A “alegria muito grande” com a fartura do alimento no ambiente e o tratamento dado na tomada de decisão sobre o que comer ou comercializar sinalizam o constructo do Bem Viver e da felicidade.

É importante ainda frisar que a Geografia, em sua abordagem Ambiental, busca compreender a realidade como resultante da relação complexa entre natureza e sociedade de modo íntegro, como uma totalidade em constante processo de totalização. Foca em não separar a dimensão física da dimensão humana. Para dar conta disso, essa abordagem abre margem para o diálogo de saberes com outros campos científicos. Assim, a partir das análises tecidas em Mocapajuba é possível vislumbrar um território no qual a felicidade é (re)produzida e usufruída pelos extrativistas em meio às lutas pela sobrevivência cotidiana, dadas pela territorialidade e também reforçada pelo exercício da governança.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação científica desempenhada no contexto da RESEX-Mar Mocapajuba baseou-se na problemática estabelecida entre a pressão de uso humano que se faz sobre a natureza não humana e a garantia dos bens (materiais e imateriais) necessários à sobrevivência ao longo do tempo. Nesse sentido, a questão central incumbiu-se de averiguar se as dinâmicas socioambientais (re)produzidas na UC são demarcadoras de felicidade no território. Assim, considerando que felicidade é um conceito forjado na experiência dos sujeitos com o ambiente enquanto uma totalidade e não está fixada no egocentrismo ou sentimentalismo, debruçou-se sobre as implicações socioespaciais dadas no território via expressões de territorialidades no intuito de se evidenciar elementos que configuram a própria felicidade.

Por meio da perspectiva do pensamento complexo, compreende-se a dinâmica de ordem-desordem-organização como um fenômeno inerente à realidade. A ordem pode ser entendida como o comando dado para executar determinada ação (ou ações). Como visto, tal comando historicamente vigora a partir das tomadas de decisões oriundas do jogo de forças entre mercado, Estado e sociedade. Logo, no pleno exercício dessas ações estabelece-se um equilíbrio dinâmico que, por ser dinâmico, gera desordem, a qual, por sua vez, provoca um novo arranjo para a (re)organização da realidade vivida. As territorialidades, nesse movimento, ocasionam a desordem e evocam, a partir das lutas, uma nova ordem.

Nessa direção, em se tratando de uma RESEX-Mar, do ponto de vista da legislação, o Conselho Deliberativo assume-se como um fórum propício para definir os movimentos a serem executados no ambiente odivelense. Desse modo, a análise da governança aqui foi extremamente profícua porque permitiu conhecer as estratégias e as articulações engendradas para efetivar as tomadas de decisões em prol do território. Então, nessa complexa dinâmica de ordem-desordem-organização, a governança, em meio às manifestações das territorialidades, carrega consigo a função de mediação dos conflitos inerentes e reorienta a ordem num ciclo em espiral *ad aeternum*.

Com intuito de uma aproximação melhor da realidade estudada, subdividiu-se o (geo)ecossistema local em suas dimensões ecológica, cultural, política e econômica, sem esquecer que tais dimensões atuam ao mesmo tempo e interconectadas na composição do território. Na dimensão ecológica, observaram-se as dinâmicas de (re)produção da vida nos ambientes de “mangue e espelho d’água” em uma condição de indissociabilidade entre humanidade e natureza não humana, fato que possibilitou uma abordagem integrada para com a natureza em sua totalidade. Esse ponto é fundamental, pois favorece a luta pela manutenção

dos recursos provenientes da natureza como um todo não segmentado, o qual conecta a sociedade na condição de sujeito e a natureza não humana na qualidade de objeto exterior à humanidade. Portanto, a diminuição dos recursos naturais de (re)produção da vida relatada pelos extrativistas pode ser enfrentada a partir dessa mudança de concepção.

Na dimensão cultural, focou-se no saber ambiental forjado ao longo dos séculos e como que este saber é perpetuado ao longo das gerações. Em Mocapajuba, constata-se uma interconexão entre passado, presente e futuro. O passado, que evoca a ancestralidade e o acúmulo do saber ao longo do tempo; o presente, que emerge como o exercício do fazer transformador da própria natureza agora; e o futuro, que é pensado como uma projeção de perpetuação da (re)produção da vida das comunidades extrativistas. A subdimensão analisada no contexto da juventude desvelou a existência de fragilidades na transmissão do saber ambiental, porém, em São Caetano de Odivelas há também elementos culturais pujantes suficientes para colaborar na resolução desse problema - a exemplo das inúmeras possibilidades que se manifestam quando eclodem suas expressões artísticas, seja pela música, cortejos, festejos, pinturas, artesanato, religiosidades, entre outros.

Na dimensão política, os processos de tomada de decisão, principalmente via CONDEL - mas destacando todo o movimento de luta dentro e fora da RESEX-Mar - tiveram a sua profundidade analítica. À vista disso, teceu-se uma articulação entre territorialidade e governança, sendo a governança entendida enquanto um movimento de expressões das territorialidades que se conflitam, contudo, são passíveis de mediações dadas via execução das reuniões do CONDEL, ou de câmaras temáticas, para deliberações acerca das intervenções a serem realizadas na RESEX-Mar. Por isso, não basta somente a formalização de uma UC em si, é necessária luta constante, o que significa lançar mão de estratégias ora convergentes com as esferas de poder do governo ou do mercado, ora divergentes. Do ponto de vista das fragilidades, é possível notar nessa dimensão as dificuldades (técnicas ou não) no âmbito da comunicação interna (muitos extrativistas relatam que os meios de divulgação das ações pró-RESEX não são tão eficazes), a ineficiência logística e infraestrutural para a execução das reuniões (a exemplo, geralmente o local de realização dessa ação é distante para congregar todos os conselheiros efetivamente), a desconfiança por grande parte dos extrativistas quanto às ações promovidas pelo órgão federal à frente da Reserva, e os desafios em si, tais como: a elaboração do Plano de Manejo, dos Acordos de Pesca, do processo de fiscalização ou monitoramento da biodiversidade, do acesso a políticas públicas, da regularização fundiária via emissão do CCDRU, entre outros.

E, por fim, na dimensão econômica, entendida sob o prisma epistemológico como

mecanismo de (re)produção da vida dado a partir das “regras da casa”, foi proposto um início de mudança em favor da sustentabilidade com base no saber ambiental local, a fim de propor opções para o desenvolvimento desvinculadas do eurocentrismo e das imposições da lógica de mercado capitalista. Defende-se uma lógica de intercâmbios comerciais mais justa, não excludente e democrática. Inclusive, algumas intenções nesta senda são citadas no Caderno de Demandas formulado pelos extrativistas em rede (*Os caminhos para o bem viver: demandas das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas do Estado do Pará (2023-2025)*), de onde é possível referendar algumas pautas que exigem fomentos diretos e indiretos voltados às dimensões da cultura, da identidade e do turismo de base comunitária e familiar, da gestão pesqueira e ambiental, da produção extrativista pesqueira e da recente questão relacionada ao mercado de carbono.

De modo geral, sugere-se que as comunidades extrativistas habitantes do município de São Caetano de Odivelas (PA) e usuárias da RESEX-Mar Mocapajuba (re)produzem relações com o ambiente que estimulam a felicidade no território. Esse processo ocorre de modo relacional aos ideais de desenvolvimento - ou de sustentabilidade - ditados pelo sistema-mundo moderno-colonial (que se pauta na alta performance da economia de mercado e que funciona como âncora fundamental das dinâmicas de geração e acumulação de lucros desse sistema de produção vigente em tempos de globalização). Trata-se de um movimento relacional, pois os processos de tomada de decisão dialogam e ponderam com o que a dinâmica do grande capital impõe (a natureza como mercadoria) e os anseios de felicidade oriundos endogenamente, nos quais elementos da matriz de pensamento do Bem Viver podem ser identificadas.

Por sua vez, na perspectiva da felicidade, como um constructo inspirado no Bem Viver, é possível vislumbrar um novo modelo de sociedade capaz de construir uma sustentabilidade ambiental coerente com a realidade do modo de vida local, que apresente respeito amplo aos tempos e movimentos da natureza não humana; com favorecimento à dialogicidade, à solidariedade e à reciprocidade entre os sujeitos; e que foque em processos democráticos que decidam pela garantia da qualidade de vida majoritária no ambiente. Ela se apresenta materialmente na dimensão do cotidiano. É difícil cientificamente visualizá-la e mensurá-la, no entanto, as entrevistas desvelam um pouco dessa materialidade quando retratam principalmente o pensamento coletivo, a preocupação futura e a sustentabilidade da natureza. Do ponto de vista imaterial, ela transborda por entre o mundo simbólico dos extrativistas por intermédio das artes, dos festejos e da reprodução dos saberes. Assim, propõe-se que a felicidade seja o resultado (geo)ecossistêmico do processo de tomada de decisão individual e coletiva, considerando as dimensões ecológica, cultural, política e econômica presentes no território.

Em atendimento ao que a banca avaliadora desta tese sugeriu, o quadro a seguir estabelece uma síntese dos principais elementos que favorecem à (re)produção da felicidade no território estudado.

Quadro 14 - Elementos socioambientais para a (re)produção da felicidade no território em Mocapajuba

Dimensões	Síntese dos processos cotidianos	Referência ao texto-base (tese)
Ecológica	Saberes ambientais locais (dinâmicas naturais); Ecossistemas locais: área de mangue e espelho d'água; Manutenção dos recursos de (re)produção da vida;	<i>Isso porque é exatamente por meio da interação milenar/ancestral, harmônica e em equilíbrio dinâmico com a natureza, oportunizada pelo saber das comunidades extrativistas, que se pode vislumbrar a felicidade, numa conjunção integrada com as outras dimensões (cultural, política e econômica).</i>
Cultural	Modos de (re)produção da vida; Dinâmicas sociais (saberes ambientais); Transmissão de saberes e fazeres; Ancestralidade e cosmovisão (passado); Tomada de decisão (presente); Garantias de sobrevivência (futuro);	<i>Constata-se uma interconexão entre passado, presente e futuro. O passado, que evoca a ancestralidade e o acúmulo do saber ao longo do tempo; o presente, que emerge como o exercício do fazer transformador da própria natureza agora; e o futuro, que é pensado como uma projeção de perpetuação da (re)produção da vida das comunidades extrativistas.</i>
Política	Processo de tomada de decisão; Conselho deliberativo; Estratégias para a mediação de conflitos internos e externos; Luta, engajamento e protagonismo feminino; Caderno de direitos;	<i>As relações dos sujeitos com o rio, com o mar, com o estuário, com o mangue, com as atividades econômicas que daí surgem, com as tomadas de decisões, com o território em si, "tecem" conjuntamente a realidade.</i>
Econômica	"Cuidar da casa": Resex-Mar Mecanismos internos para a produção, circulação e consumo dos bens necessários à sobrevivência; Futuro sustentável ou desenvolvimento?	<i>Propõe-se conjecturar uma economia dialógica e relacional com os mais variados mercados. Dialógica, pois, pressupõe contatos para efetivação dos intercâmbios, e relacional porque, além do diálogo (a relação em si) com os agentes de mercado, é preciso de fato negociar de modo mais justo, inclusivo e democrático à serviço de um bem maior que é a felicidade das comunidades.</i>
Felicidade (Bem Viver)	<i>[...] pensar no amanhã, no outro, em práticas sustentáveis, o reconhecimento da natureza como bem insubstituível, a preservação ou conservação dela, da cultura, dos saberes, o pertencimento à RESEX-Mar, a luta, a visão futura e preocupação com as gerações, o processo educacional, ajuda mútua em prol do coletivo, melhorar o manejo das atividades produtivas, a mudança de mentalidade por um história diferente, melhor regramento e maior efetividade dos compromissos da RESEX com seus objetivos, a esperança, o reconhecimento social, o pensamento coletivo, o compromisso, viver bem, manutenção da vida familiar.</i>	

Fonte: Autor (2024)

Antes de finalizar, é válido frisar que a Ciência Geográfica, desde antes de sua origem mais iluminista no século XVIII, essencialmente busca compreender a indissociabilidade entre humanidade e natureza não humana. A Geografia, portanto, favorece tomadas de decisões que estejam em acordo com a natureza em seu sentido de totalidade. Esta tese suscita tal possibilidade, pois, vale-se de um pensamento geográfico com perspectiva interdisciplinar (e até transdisciplinar) para o fenômeno. Também se direciona a cada sujeito como um geógrafo em potencial, até porque cada um, além de ser um sujeito interdisciplinar *sui generis*, acaba por reproduzir a vida a partir das suas interconexões com a natureza (não esquecendo que o sujeito também é natureza) desde o seu respirar.

Por fim, como previsto pela teoria do pensamento complexo, a realização de novas pesquisas tende a aprofundar, validar, refutar, ou mesmo explorar novas questões e abordagens, contribuindo para o avanço dos horizontes científicos. Na oportunidade, poderão ser adotadas as seguintes contribuições: reconhecimento do ambiente como um sistema complexo formado pelas dimensões ecológica, cultural, política e econômica, que atuam concomitantemente na composição do território; coerência nos processos de tomada de decisão, seja individual ou coletivamente; fortalecimento de um sistema educacional articulado ao saber ambiental local; reforço teórico relacionado às questões sobre o Bem Viver amazônico; ampliação do debate sobre alternativas contra hegemônicas ao desenvolvimento; e a felicidade na condição de um constructo inerente ao território dado pelo processo de tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2018.

ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Vol. 53, p. 78-101, jan./jun. 2020. DOI: 10.5380/dma.v53i0.62963. e-ISSN 2176-9109

_____. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 40, p. 231-251, abril 2017. DOI 10.5380/dma.v40i0.48566

ALEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR

ALMEIDA, I. M. X. de A.; DOS SANTOS, J. L. O. É Dia de Folia: o folguedo do boi de máscara em São Caetano de Odivelas/PA. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, jul/dez, 2012, p. 117-136.

ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Loyola, 2009.

AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional no local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: IPEA. n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. In: INDA, J. X.; ROSALDO, R. **The anthropology of globalization**: a reader. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002. p. 46-64.

ARAUJO, M. A. R. **Unidades de Conservação no Brasil**: da república à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

ARAÚJO, M. N. F. **Governança ambiental e turismo** – Análise dos parques nacionais: Amazônia, Chapada das Mesas (Brasil) e Tortuguero (Costa Rica). 2015. 375 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

ARISTÓTELES. **Política**. Ed. Bilíngue. São Paulo: Vega, 1998.

_____. **Ética a Nicômaco**. Jandira (SP): Principis, 2021.

ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DAS RESERVAS ESTRATIVISTAS MARINHAS DO ESTADO DO PARÁ (AUREMS). **Os caminhos para o bem viver**: demandas das reservas extrativistas costeiras e marinhas do estado do Pará (2023-2025). Belém: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2023.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID); WORLD JUSTICE PROJECT (WJP). **Indicadores de governança ambiental para a América Latina e Caribe**: uma avaliação da governança ambiental na prática, na Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Jamaica, Peru, República Dominicana e Uruguai. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2020. Disponível em <https://worldjusticeproject.org/> Acesso realizado em 22.01.2022.

BARROS FILHO, C.; KARNAL, L. **Felicidade ou morte**. Campinas: Papirus, 2016.

BELÉM. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Belém. Belém do Pará, 2022.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 8, p. 141-152, Editora UFPR, 2004. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328067418.pdf>. Acesso em 27.01.2023.

BOF, A. M. Quais são os níveis adequados de aprendizado para os estudantes brasileiros da educação básica: construindo uma proposta nacional. **Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais**. 2022. pp. 11-47. DOI: doi.10.24109/9786558010531.ceppe.v6.5376

BOISIER, S. E. **Sociedad civil, participación, conocimiento y gestión territorial**. Santiago de Chile: ILPES, 1997.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro, EDUERJ, 2002. p. 83-132.

BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BRASIL. Decreto de 10 de outubro de 2014. Cria a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 de out. 2014. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/dsn/dsn14009.htm. Acesso em 23.01.2022

BRASIL. Portaria n. 881 , de 20 de agosto de 2020. Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, no estado do Pará (Processo nº 02122.001647/2017-54). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 de ago. 2020. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/4969_20200821_164304.pdf. Acesso em 28.08.2023

BRASIL. Portaria ICMBIO n. 9, de 2 de janeiro de 2024. Aprova o Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, conforme o processo administrativo/ICMBio n. 02122.000257/2022-24. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** (SNUC): Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA/SBF, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. *In*: DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). **Biodiversidade 4**. Brasília, DF; São Paulo: USP, 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Escalas de proficiência do SAEB**. Brasília, DF: INEP, 2020.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação Da Biodiversidade (ICMBIO). **Estudo Socioambiental Referente à Proposta de Criação de Reserva Extrativista Marinha no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará**. Brasília, 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico**, 2022.

BRITO, D. G.; COSTA, K. S. L. da. Natureza, bem viver e questão agrária: possibilidades para o ensino de geografia. **Terra Livre**. São Paulo, ano 38. v. 1, n.60. jan-jun, 2023.
BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CABALLERO-ARIAS, H. (Post)desarrollo, antropología y estado en Venezuela: la nueva lógica de la participación local. **Espacio Abierto**, Caracas, v. 16, n. 1, p. 135-162, 2007.

CÂMARA, J. B. D. **Governabilidade, Governança Ambiental e Estado do Meio Ambiente no Distrito Federal**. 2011. 323f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2011.

CAMARGO, L. H. de. **A geoestratégia da natureza**: a geografia da complexidade e a resistência à possível mudança do padrão ambiental planetário. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CAMARGO, L. H.; GUERRA, A. J. T. A geografia da complexidade: aplicação das teorias da auto-organização ao espaço geográfico. *In*: VITTE, A. C. (Org.). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp.127-162.

CANALI, N. E. Geografia Ambiental: desafios epistemológicos. *In*: MENDONÇA, F. KOZEL, S. (Orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. pp. 165-188.

CANTO, O.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; VASCONCELLOS, A. M. A.; NOVAES, T.; ABREU, A.; SOARES, D. A. S. Conflitos Socioambientais e Gestão do Território em

Unidades de Conservação na Zona Costeira do Estado do Pará-Amazônia-Brasil. In: SILVA, C. N. da.; NETO, A. da C. O.; FILHO, J. S. (Org.). **Perspectivas e análises do espaço geográfico: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais**. 1ª ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2018. pp. 86-114.

CARDOSO, I. dos S. **Conflitos socioambientais envolvendo ostreicultores na RESEX-Mar Mocapajuba no município de São Caetano de Odivelas – Pará**. 2023. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Pará, 2023.

CARDOSO, L. M. **“Da floresta ao mar”**: participação e gestão de uma recém-criada Reserva Extrativista Marinha no nordeste paraense. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. Universidade Federal do Pará, 2020.

CASTRO, F. de; HOGENBOOM, B.; BAUD, M; Governança ambiental na América latina: para uma agenda de pesquisa mais integrada. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. XIV, n.2, p. 1-13, jul./dez. 2011.

CASTRO JÚNIOR, E. de.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. de. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 25-66.

CATALA, J. P. Governabilidad democrática para el desarrollo humano: marco conceitual e analítico. **Revista Instituciones e Desarrollo**, Institut Internacional de Governabilitat de Catalunya, Còrsega. n. 10, 2001, p. 103 – 148.

CAVALCANTI, C. **Bhutan’s development conception: an uncommon application of the principles of ecological economics**. Olinda: 2013. Disponível em: <<https://redcolca.org/pdf/Cavalcanti-BHUTANS-NDP-and-EE.pdf>> Acesso realizado em 07.04.2022

CECHIN, A. **A natureza como limite da economia: A contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Editora Senac; Edusp, 2010.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CHAUÍ, M. S. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CLAVAL, P. A geografia cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro, EDUERJ: 1999. p. 59 -97.
_____. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, F. KOZEL, S. (Orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. pp. 11-46

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. de A. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 67-111.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: _____. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e a escola de Berkeley: uma apreciação. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro, EDUERJ: 2001. p. 9 - 33.

COSME, P. B. **Entre a cultura popular e a arte urbana**: a cidade de São Caetano de Odivelas-Pará nos murais contemporâneos de And Santtos e Adriano DK. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, do Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, 2020.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: _____. (Org.). **Etnoconservação**: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB; USP; HUCITEC, 2000. p. 1-46.

_____. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

DURAND, F.; ANDRADE, A. C. F.; SEYLER, P. MOREIRA, D. VAN BEEK, P. O sistema estuarino amazônico In: **Trajetórias de Pesquisa na Amazônia Brasileira**: o IRD e seus parceiros. Institut de Recherche pour le Développement: Marseille, 2022. Disponível em https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/2023-05/010087846.pdf. Acesso em 23.01.2024. pp 81-84.

DUTRA-GOMES, R.; VITTE, A. C. Geografia, complexidade e construções epistemológicas na América Latina. **Cuadernos de Geografía**: Revista Colombiana de Geografía. v. 29. n.1. pp. 3-15. 2020. doi: 10.15446/rcdg.v29n1.69611.

ESCOBAR, A. El lugar de La naturaleza y La naturaleza Del lugar: globalización o posdesarrollo. In: VIOLA, A. (Org.). **Antropología del desarrollo**. Barcelona: Paidós, 2000. p. 169-216.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). **Estatística Municipal**: São Caetano de Odivelas. 2023.

FUINI, L.; PIRES, E. As dimensões da governança territorial: delineamento preliminar de aspectos teóricos e morfológicos. In: SAQUET, M.; SPÓSITO, E. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp. 291-313.

FURLAN, S. A. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. **Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 3-15, 2006.

FURTADO, L. G. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para o projeto de estudo pluridisciplinar. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, maio-ago. 2006

FUSCALDO, B. M. H.; URQUIDI, V. O Buen Vivir e os saberes ancestrais frente ao neo-extrativismo do século XXI. **Polis**, vol. 14, n. 40, p. 81-99. 2015.

GARCIA-CANCLINI, N. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUDYNAS, E. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina en Movimiento**, Quito, n. 462, p. 1-20, fevereiro 2011.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**. Território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. De espaço e território, estrutura e processo. **Economía, Sociedad y Territorio**, vol. xiii, núm. 43, 2013, 805-815.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. *In*: HEIDEMANN, F.; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento**. Bases epistemológicas e modelos de análise. 3. Ed. Brasília: Editora Unb, 2014. p. 23-49.

HENRIQUES, M. C. Introdução à Política de Aristóteles. *In*: ARISTÓTELES. **Política**. Ed. Bilingue. São Paulo: Vega, 1998. pp. 17-38.

JACKSON, T. **Prosperidade sem crescimento: vida boa em um planeta finito**. São Paulo: Planeta Sustentável; Ed. Abril, 2013.

JACOBI, P. R.; GUNTHER, W. M. R.; GIATTI, L. L. Agenda 21 e governança. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 231-241, 2012.

KRENAK, A. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. MAIA, B. (Org.), 2020. Disponível em: <https://www.culturadobemviver.org/> Acesso realizado em 25.02.2023.

KLEIN, R. Uma solução para a divergência de diferentes padrões no SAEB. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.27, n.103, p. 229-249, abr./jun. 2019

LARAIA, R. de B. **Cultura um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LEFF, E. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 11. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LIMBERGER, L. **Abordagem sistêmica e complexidade na geografia**. Geografia. v. 15, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/geografia> Acesso realizado em 10.01.2024.

MACIEL, I. L. S. **O mangue como unidade geográfica de análise: o espaço de vivência e produção comunitária nos manguezais da comunidade de Jutai no município de São Caetano**

de Odivelas - PA. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, 2009.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do Pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percurso**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012.

MARINHO, R. S. **Pequenas cidades do nordeste do Pará: maritimidades da Amazônia**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2017.

MARTINS, H. H. de S. Metodologia qualitativa de pesquisas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARX, J. A terra e o território nos discursos do Bem Viver: aproximações ao campo dos estudos urbanos. **Anais. XX ENANPUR**. Belém, 2023.

MATUS, C. **Adeus Senhor Presidente: planejamento, antiplanejamento e governo**. Recife: Editora Litteris, 1989.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2009. p. 217-228.

MENDONÇA, F de A. Geografia Socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo, nº 16, pp. 139-158, 2001.

_____. Geografia Socioambiental. In: MENDONÇA, F. KOZEL, S. (Orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. pp. 121-144.

_____. **Geografia e meio ambiente**. 9. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MIRES, F. **O discurso da natureza**. Ecologia e política na América Latina. Florianópolis: Editora UFSC; Bernúcia Editora, 2012.

MORAES, J. L. A. de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, S. M. de S. (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 123-148.

MORIN, E. **Conhecimento, ignorância, mistério**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2023.

_____. **O problema epistemológico da complexidade**. 3. Ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002.

MULS, L. M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista Economia**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2008.

NASCIMENTO, J. R. do. **Nos maretórios da Amazônia:** os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará. 2021. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

NEVES, C. E. das.; SODRÉ, M. T. Teoria da complexidade e a geografia física. *In:* SPOSITO, E.; CLAUDINO, G. dos S. (Orgs.). **Teorias na Geografia:** manifestações da natureza (Livro II). Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. pp. 189-225.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo:** olhar, ouvir, escrever. 2. Ed. São Paulo: UNESP; Paralelo 15, 2000.

PIANKA, E. **Ecologia evolutiva.** Barcelona: Ediciones Ômega, 1975.

PIMENTEL, M. A. da S. Comunidades tradicionais em reservas extrativistas marinhas no estado do Pará: Conflitos e resistências. **Ambientes.** Vol. 1, n. 1, 2019, pp. 191-218.

PIMENTEL, M. A.; RIBEIRO, W. C. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 2, p. 224-237, mai./ago. 2016. ISSN 2179-0892.

PINHEIRO, E. S. **O direito à participação para a governança de manguezais em áreas protegidas do Sul Indiano e da Amazônia Brasileira.** 2019. 262 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2019.

_____. **Sustentabilidade, Manguezais e Reserva Extrativista:** instituições e atores sociais nos municípios de Curuçá e São Caetano de Odivelas. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

POLANYI, K. **A Grande Transformação:** as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campos, 1980.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 14^a ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Amazônia:** encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 9. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. São Paulo: FGV, 1994.

RAFFESTEIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, M. da S. **Governança para o Desenvolvimento Territorial**: da concepção à ação – o caso do Programa Pará Rural. 2015. 162f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2015.

RIZZI, T. C. A felicidade em Santo agostinho. **Revista Filosófica São Boaventura**, v. 14, n. 2, jul/dez. 2020

RODRIGUES, S. C. M. **Acordos de pesca como instituição social de governança de territórios pesqueiros**: o caso de Limoeiro do Ajuru-PA. Belém do Pará: GAPTA/UFPA, 2021.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 28-56.

SANTOS, F. J. da C. **Cultura, territorialidade e desenvolvimento local**: o caso da APA do rio Curiaú no Amapá. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

_____. Elementos para pensar o Buen Vivir amazônico: um estudo de caso em Mocapajuba no nordeste paraense. **Ambientes**. Vol. 4, n. 2, 2022, pp. 173-200. ISSN: 2674-6816

_____. **Notas de campo**. São Caetano de Odivelas, 2024.

SANTOS, F. J. da C.; SIMONIAN, L. T. L. Cultura, Territorialidade e Desenvolvimento Local: o caso da APA do rio Curiaú no Amapá. **Papers do NAEA**, Belém, n. 365, p. 1-21, mar. 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, S. P. **RESEX-Mar de São Caetano de Odivelas (PA)**: uma etnografia dos conflitos socioambientais. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, 2016.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP, 2009. p. 73-94.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. A diversidade do ecossistema manguezal. In: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Atlas dos Manguezais do Brasil**. Brasília: ICMBIO, 2018. pp. 23-36.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C. B. D. **Gestão ambiental**: uma análise das ações da colônia de pescadores z-04 enquanto ator social do processo de desenvolvimento local de São Caetano de Odivelas/PA. 2012. 177f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local). Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SILVA, F. **Planejamento regional com foco em arranjos produtivos locais: a experiência recente do Estado do Pará.** Belém: NAEA; UFPA, 2009.

_____. Pólos de inovação tecnológica e planejamento regional no estado do Pará. In: PONTE, M. X. (Org.). **Produção sustentável na Amazônia.** Belém: UFPA, 2011.

SILVA, F. P. da. Comunalismo nas refundações andinas do século xxi: O sumak kawsay/suma qamaña. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v. 34, n. 101, 2019. pp. 1-19.

SILVA JUNIOR. S. R.; MANESCHY, M.C.; RIBEIRO, T. G.; SILVA, T. I. Desafios da gestão participativa de recursos naturais em uma Reserva Extrativista Marinha no Pará. **Novos Cadernos NAEA.** v. 21, n. 2, p. 173-191, maio-ago 2018.

SILVA, S. S. da. Proposta de um modelo de análise do comprometimento com a sustentabilidade. **Ambiente e Sociedade,** São Paulo, v. XVII, n. 3, p. 35-54. 2014.

SILVA, S. S. S da. **O boi e a máscara:** Imaginário, Contemporaneidade e Espetacularidade nas Brincadeiras de Boi de São Caetano de Odivelas - Pará. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia, 2011.

SIMONI, J.; LINDOSO, D.; DEBORTOLI, N.; PARENTE, I.; EIDIT, G. Instituições e políticas públicas em territórios da Amazônia: desafios para a capacidade adaptativa e redução de vulnerabilidades. **Novos Cadernos NAEA,** Belém, v. 16, n. 2, 45-66, dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v16i2.1393>

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente,** v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 118-139, novembro 2018.

_____. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAHWAGE, C.; RUGGERI, S. (Org.). **Imagem & pesquisa na Amazônia:** ferramentas de compreensão da realidade. Belém: Alves, 2007. p. 15-52.

SOAVINSKI, R.; MARETTI, C. Introdução. In: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Atlas dos Manguezais do Brasil.** Brasília: ICMBIO, 2018. pp. 4-5.

SOUTO, R. D. O papel da geografia em face da crise ambiental. **Estudos Avançados,** v. 30, n. 87, mai/ago 2016. DOI: 10.1590/S0103-40142016.30870012

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

_____. **Ambientes e territórios:** Uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019a.

_____. O que é a Geografia Ambiental?. **Ambientes:** Revista de Geografia e Ecologia Política, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 14, 2019b. DOI: 10.48075/amb.v1i1.22684. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22684>. Acesso em: 30 nov. 2021.

_____. de. A pandemia e a "ambientalização" da Geografia: Um desafio epistêmico-político. *Geografares*, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 65–85, 2020. DOI: 10.7147/geo. v1 i3 1.31454. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/31454>. Acesso em: 30 nov. 2021.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.77-116.

SUETERGARAY, D. M. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUETERGARAY, D. M. A.; VERDUM, R. (Orgs.). **Ambiente e lugar no urbano: a grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000. pp. 17-30.

_____. Geografia física (?) geografia ambiental (?) ou geografia e ambiente (?). In: MENDONÇA, F. KOZEL, S. (Orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. pp. 111-120.

_____. **Meio, ambiente e geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021.

_____. O tempo que escoia e o tempo que faz: a natureza da natureza, o território da natureza e a natureza do território. In: SPOSITO, E.; CLAUDINO, G. dos S. (Orgs.). **Teorias na Geografia: manifestações da natureza (Livro II)**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. pp. 133-151.

TELES, G. C.; PIMENTEL, M. A. S. A nova perspectiva de geossistema, proposta por Bertrand, aplicada a bacia hidrográfica do rio Mocajuba – Nordeste Paraense. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 05, n. 02, p. 381-399, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

VALE, J. R. B.; LEITE, T. V. da S.; SILVA, E. L. S. da.; SANTOS, J. F. dos. Análise espacial das unidades de paisagem da Reserva Extrativista Marinha Mocajuba, zona costeira do Nordeste paraense. **Revista Cerrados**. Montes Claros – MG, v. 16, n. 2, p. 153-173, ago./dez.-2018.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

VIERTLER, R. B. A ideia de “sustentabilidade cultural”: considerações e críticas pela antropologia. In: BASTOS FILHO, J. B.; AMORIM, N. F. M.; LAGES, V. N. (Org.). **Cultura e desenvolvimento: a sustentabilidade em questão**. Maceió: PRODEMA; UFAL, 1999. p. 17-35.

VIOLA, A. La crisis do desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. In: _____. (Org.). **Antropología del Desarrollo**. Barcelona: Paidós, 2000. p. 9-64.

VITTE, A. C. Modernidade, território e sustentabilidade: refletindo sobre qualidade de vida. In: VITTE, C. de C. S.; KEINERT, T. M. M. (Org.). **Qualidade de vida, planejamento e**

gestão urbana. Discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 111-122.

WAGLEY, C. **Comunidade Amazônica:** estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasiliense, 1977.

YIN, R. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A - ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2023 DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX-MAR MOCAPAJUBA

02122.000429/2018-83

Número Sei:14391626

INTEGRAT+
 Programa de Integridade do ICMBio


MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA ICMBIO SALGADO PARAENSE

Av. Júlio César, nº 7060, Prédio Censipam, Sala ICMBio Salgado Paraense - Bairro Val-de-Cans - Belém -
CEP 66617420

Telefone: (91) 3366-2377

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2023 DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX MARINHA MOCAPAJUBA

Conforme estabelecido em prévia convocatória (SEI nº 13587337), às 09 horas do dia 5 de abril de 2023, na Câmara Municipal de São Caetano de Odivelas - PA, deu-se início a 1ª reunião extraordinária de 2023 do conselho deliberativo da RESEX Marinha Mocapajuba, presidida pelo Chefe Substituto BRUNO BARBOSA IESPA (ICMBio-NGI Salgado Paraense), que deu início a primeira chamada para a reunião. Não havendo quórum suficiente, foi realizada a segunda chamada às 09 horas e 30 minutos e, havendo quórum suficiente, BRUNO (ICMBio-NGI Salgado Paraense) iniciou a reunião. Estavam presentes os Servidores efetivos do ICMBio BRUNO IESPA, Chefe substituto do NGI Salgado Paraense, ANDRESSA AMORIM, técnica ambiental do NGI Salgado Paraense, e WILLIAN FERNANDES, Coordenador da CR Belém, além dos Agentes Temporários Ambientais do NGI Salgado Paraense GABRIEL WISLEY, ELERSON ALVES e ERNANDES SILVA, prestando total apoio à equipe técnica. Quanto aos membros do Conselho que se encontravam na segunda chamada da reunião, se faziam presentes: MERIAM CHAGAS FARIAS (Associação de Mulheres na Pesca de Cachoeira – AMUPESC); RENILDE PIEDADE DA SILVA e sua suplente ESTER ROSSI DANTAS DE ALBUQUERQUE (Polo Santa Maria da Barreta); RAIMUNDO NONATO ROCHA DA SILVA e sua suplente LUCILEIA SOARES PEREIRA (Polo Boa Vista); CLODOALDO CARDOSO BARROS e sua suplente NOEME DE JESUS BARROS CARDOSO (Polo Ponta Bom Jesus); RISOLENE RABELO GOMES (Polo Cidade); CARLOS ALEX LOUREIRO DOS SANTOS (Polo Pereru de Fátima); JOSE GUILHERME FERNANDES (UFPA); EDDIE ARLEY DE A. GONÇALVES (Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas/PA); e FRANCISCO SALDANHA MIRANDA (Câmara Municipal de São Caetano de Odivelas/PA); e ANDERSON CORREA CASTRO (EMATER/ELSCO). Estavam presentes também outros comunitários que não integram o Conselho Deliberativo. BRUNO (ICMBio-NGI Salgado Paraense) iniciou a reunião apresentando a nova servidora do NGI Salgado Paraense ANDRESSA, e o Coordenador da CR Belém WILLIAN. Em seguida, BRUNO (ICMBio-NGI Salgado Paraense) passou a palavra para o WILLIAN, que comentou previamente sobre o seu trabalho de 16 anos no ICMBIO, auxiliando, inclusive, na fundação do conselho da RESEX Marinha Mocapajuba, e que estaria a disposição para ajudar na facilitação da reunião. Em seguida, BRUNO (ICMBio-NGI Salgado Paraense) apresenta as pautas da reunião, sendo as seguintes: 1ª - **Leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária de 2022 do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha Mocapajuba**; 2ª - **Projeto de reciclagem desenvolvido na região (Encaminhamento da 2ª Reunião Ordinária de 2022)**; 3ª - **Renovação / Modificação do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha Mocapajuba**; 4ª - **Representante no Conselho Deliberativo de São João da Ponta**; 5ª - **Família Beneficiária da RESEX Marinha Mocapajuba**; e 6ª - **Exploração Petrolífera na Foz do Rio Amazonas**; 7ª - **O que ocorrer**. Abordando o 1º item da pauta, foi realizada a leitura da minuta da ata, a qual foi aprovada sem ressalvas. LUCILEIA (Polo Boa Vista), perguntou sobre a representação da associação das ostras no polo de Pereru de Fátima, afirmando que a associação das ostras de Fátima Pereru

APÊNDICE B -ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023 DO CONSELHODELIBERATIVO DA RESEX-MAR MOCAPAJUBA

11/01/2024, 10:15

SEI/ICMBio - 17103884 - Minuta de Ata

02122.000481/2021-35

Número Sei:17103884



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA ICMBIO SALGADO PARAENSE

Av. Júlio César, nº 7060, Prédio Censipam, Sala ICMBio Salgado Paraense - Bairro Val-de-Cans - Belém -
CEP 66617420

Telefone: (91) 3366-2377

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MOCAPAJUBA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023

No dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e três, na Câmara Municipal de São Caetano de Odivelas, foi realizada a segunda reunião ordinária 2023 do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, com as seguintes pautas: 1. Leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2023 do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha Mocapajuba; 2. Aprovação de Minuta do Perfil do beneficiário da RESEX Marinha Mocapajuba; 3. Criação da Câmara Temática das famílias beneficiárias da RESEX Marinha Mocapajuba; 4. Plano de Ação do Conselho da RESEX Marinha Mocapajuba; 5. Solicitação de aprovação para a realização de pesquisa na RESEX Marinha Mocapajuba e; 6. O que ocorrer. Compôs a mesa, pelo ICMBio, Rodrigo Augusto Alves de Figueiredo, como presidente do Conselho, Gabriel Costa Oliveira, como primeiro secretário da reunião e Rodrigo Leal Moraes, como moderador. Às nove horas foi realizada a primeira chamada para reunião, não resultando em quórum suficiente pois apenas 4 (quatro) instituições-membro do conselho estavam presentes, sendo elas: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Federal do Pará (IFPA), Colônia de Pescadores Z04 – Comandante Frederico Vilar e, Polo Comunitário Santa Maria da Barreta. Seguindo o regimento interno do CONDEL, a presidência aguardou até às 09:30h (nove horas e trinta minutos) e realizou a segunda chamada, resultando em quórum suficiente, pois além das instituições previamente citadas, também estavam presentes: Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas/PA, Câmara Municipal de São Caetano de Odivelas/PA, Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG), Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM), Polo Comunitário Páscoa, Polo Comunitário Boa Vista, Polo Comunitário Cachoeira e Polo Comunitário Cidade, totalizando 13 (treze) instituições-membro, conforme lista de presença em anexo. Após as chamadas, Rodrigo Leal iniciou a reunião com a apresentação da equipe do ICMBio e também dos conselheiros presentes. Em seguida, o moderador iniciou a apresentação da **PRIMEIRA PAUTA: Leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2023 do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha Mocapajuba**. Após a leitura e prévia deliberação entre os conselheiros foram sugeridas modificações ortográficas. Além dessas correções, houve apenas a sugestão da conselheira Sandra Regina (CONFREM) para trocar, no texto da ata, a palavra “rebater” por outra nomenclatura menos agressiva. Portanto, juntamente com as correções sugeridas, o CONDEL da RESEX Marinha Mocapajuba aprovou a ata da primeira reunião ordinária, atendendo, assim, o primeiro ponto de pauta. Após leitura e aprovação da ata da reunião anterior, como forma de apresentar resumidamente a temática discutida naquela reunião, o moderador Rodrigo Leal destacou os seguintes temas tratados: O lixo do município; As famílias beneficiárias; A modificação do CONDEL; A Exploração Petrolífera na costa paraense e o Plano de Manejo da Resex Mocapajuba. O conselheiro Raimundo Nonato (Colônia de Pescadores Z04) questionou sobre a distância abrangida pela RESEX e a pesca de Arrasto. Rodrigo Leal (ICMBio-NGI Salgado Paraense) comentou que a unidade tem seu limite a 1 milha náutica de distância, mas que segundo legislação estadual a pesca de arrasto é proibida em até 2 (duas) milhas náuticas da costa e que essas questões serão bem discutidas no Plano de Manejo. Rodrigo

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa. As informações contidas neste termo serão fornecidas por *Fernando Junio da Costa Santos* (pesquisador responsável), para que você possa autorizar sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos e riscos a que se submeterá, podendo sair da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo algum.

1. Título da pesquisa: TERRITORIALIDADE(S), GOVERNANÇA(S) E FELICIDADE(S) EM MOCAPAJUBA, NA AMAZÔNIA PARAENSE.

2. Objetivo principal: Apurar a efetividade com que se garante o desenvolvimento/felicidade do ambiente de acordo com as articulações estratégicas de governança na RESEX-Mar Mocapajuba.

3. Justificativa: A RESEX-MAR Mocapajuba foi criada em 2014, com a finalidade de proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais, assim como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e amenizar os conflitos socioambientais. Nesse sentido, a pesquisa pode funcionar como um instrumento referencial para que os governantes locais, comunidades ou instituições privadas planejem estrategicamente as intervenções em seu território. Assim, é passível de estímulo à elaboração de projetos de desenvolvimento (ou felicidade) que considerem de fato as particularidades locais. Nessa perspectiva, ideias novas podem ser geradas a partir de análises comparativas entre diferentes formas de utilização física, econômica e social de recursos naturais em diferentes cenários regionais. Além do mais, uma análise integrada que englobe a configuração do ambiente, os diversos sujeitos locais e a gama de instituições pode resultar em uma melhor compreensão de como os diferentes usos de recursos, respectivos grupos sociais e políticas públicas estão relacionados. E para potencializar isto, a análise das expressões de territorialidade(s) pode elucidar como os grupos de interesses se articulam para abordar os desafios ambientais comuns e de multiescala.

4. Procedimentos: Você responderá a algumas perguntas elaboradas de acordo com um roteiro de entrevista semiestruturada (em anexo), composto por perguntas abertas com intuito de verificar suas percepções sobre a RESEX-MAR Mocapajuba. A aplicação desta entrevista terá duração média de 20 minutos e não interferirá nas suas atividades cotidianas.

5. Riscos: Há possibilidade mínima de vazamento de algumas informações coletadas durante a pesquisa; a depender do teor do diálogo poderá também provocar algum tipo de desconforto emocional. Não obstante, apenas os pesquisadores terão acesso a sua identificação. Em todas as etapas do projeto, a sua identificação será mantida em sigilo, garantindo seu anonimato e confidencialidade das informações. Seu nome será identificado na pesquisa com letras ou números.

6. Benefícios: A pesquisa terá benefícios relevantes após a conclusão da mesma, conhecendo a situação atual das dinâmicas internas e externas que podem viabilizar a felicidade no território estudado.

7. Retirada do Consentimento: Você tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem nenhum prejuízo.

8. Garantia do Sigilo: O pesquisador garante a privacidade e a confidencialidade dos dados.

9. Formas de Ressarcimento das Despesas e/ou Indenização Decorrentes da Participação na Pesquisa: Você não receberá nenhum pagamento ou recompensa por participar desta pesquisa, mas, se ocorrer uma situação em que haja necessidade de cobrir despesas decorrentes da pesquisa ou danos causados pela pesquisa, os gastos serão de responsabilidade do pesquisador.

Rubrica pesquisador

Rubrica Participante

10. A qualquer momento da pesquisa você poderá entrar em contato pelos meios disponibilizados neste termo, como telefone ou e-mail, tanto das pesquisadoras como do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

11. CEP é um órgão institucional constituído por profissionais de várias áreas, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas de acordo com sua integridade e dignidade, este órgão tem como objetivo contribuir no desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos (Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa envolvendo Seres Humanos –Res. CNS nº 466/12). O Comitê de Ética é responsável pela avaliação e acompanhamento dos protocolos de pesquisa sobre normas éticas. **Endereço do Comitê de Ética:** Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará (CEP - ICS/UFPA). Rua Augusto Corrêa, nº 01, Campus do Guamá. UFPA, Faculdade de Enfermagem do ICS, sala 13, 2º andar, CEP: 66.075-110, Belém-Pará. Tel: 3201-7735 E-mail: cepccs@ufpa.br

12. Informações dos pesquisadores: Fernando Junio da Costa Santos (pesquisador responsável) vinculado ao Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO) da UFPA. E-mail do Programa de Pós Graduação: ppggeografia@ufpa.br. Pesquisador 1. Fernando Junio da Costa Santos. Contato: 91 987016856. E-mail: santosfcosta@gmail.com. Pesquisador 2. Carlos Alexandre Leão Bordalo (Orientador). Contato: 91 99984-7227. E-mail: carlosalbordalo@gmail.com.

13. Este termo está impresso em 2 vias, sendo que uma fica com você e outra com o pesquisador, ambas devem ser rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, por você e pelo pesquisador, devendo as assinaturas estarem na mesma folha.

Declaro que obtive de forma ética a assinatura do participante da pesquisa e que segui rigorosamente tudo o que a resolução do CNS nº 466/12 e 510/16 determinam.

Assinatura do pesquisador responsável

14. Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____, após leitura e compreensão deste termo de informação e consentimento, entendo que minha participação é voluntária e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum para mim. Confirmando que recebi uma via deste termo de consentimento, e autorizo a realização do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos somente em meio científico.

São Caetano de Odivelas-PA, ____ de _____ de 2024

Assinatura do (a) participante da pesquisa

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO SOCIOAMBIENTAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA



QUESTIONÁRIO SOCIOAMBIENTAL

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa. As informações contidas neste Questionário serão fornecidas por *Fernando Junio da Costa Santos* (pesquisador responsável), para que você possa autorizar sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos e riscos a que se submeterá, podendo sair da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo algum.

1. Título da pesquisa: TERRITORIALIDADE(S), GOVERNANÇA(S) E FELICIDADE(S) EM MOCAPAJUBA, NA AMAZÔNIA PARAENSE.

2. Objetivo principal: Apurar a efetividade com que se garante o desenvolvimento/felicidade do ambiente de acordo com os processos de tomada de decisão na RESEX-Mar Mocapajuba.

3. Nome (iniciais): _____ 4. Idade (anos) _____ 5. Série: _____

6. Qual localidade/comunidade/bairro você mora? _____

7. Há quanto tempo você mora neste local? _____

8. Você considera importante a preservação ou conservação do meio ambiente?

() Sim () Não () Parcialmente

9. De acordo com sua resposta ao Item 8 escreva, em poucas palavras, por que você CONSIDERA IMPORTANTE, NÃO IMPORTANTE ou PARCIALMENTE a preservação ou conservação do meio ambiente?

10. Considerando uma escala de 0 a 10, qual seu grau de conhecimento sobre o funcionamento de uma Reserva Extrativista?

[] de 0 a 2 (abaixo do básico) [] de 2,1 a 4,9 (básico) [] de 5 a 8,9 (adequado) [] de 9 a 10 (Avançado)

11. Você sabia que grande parte do território municipal de São Caetano de Odivelas é uma Reserva Extrativista?

() Sim () Não () Ouvi falar

12. O que você tem feito para colaborar na construção de um futuro melhor para o meio ambiente?

13. Qual profissão você deseja exercer no futuro? _____

14. Quais os motivos que lhe levam a escolher essa profissão?

15. Pensando no lugar que você mora (bairro ou comunidade), o que você deseja para que a qualidade do ambiente seja permanentemente garantida? (se puder, escrever no mínimo dois desejos)

1/1

Muito obrigado pela sua participação!

ANEXO A - AUTORIZAÇÃO ICMBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 87809-1	Data da Emissão: 30/03/2023 20:38:14	Data da Revalidação*: 30/03/2024
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS	CPF: 811.106.932-49
Título do Projeto: TERRITORIALIDADE(S), GOVERNANÇA(S) E FELICIDADE(S) EM MOCAPAJUBA, AMAZÔNIA PARAENSE.	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Pesquisa socioambiental em UC federal	05/2023	04/2024

Observações e ressalvas

1	Deve-se observar as recomendações de prevenção contra a COVID-19 das autoridades sanitárias locais e das Unidades de Conservação a serem acessadas.
2	Esta autorização NÃO libera o uso da substância com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
3	Esta autorização NÃO libera o uso da substância com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
4	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Portaria ICMBio nº 748/2022, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/ogen .
8	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
9	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
10	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0878090120230330

Página 1/3

ANEXO B - AUTORIZAÇÃO DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TERRITORIALIDADE(S), GOVERNANÇA(S) E FELICIDADE(S) EM MOCAPAJUBA, NA AMAZÔNIA PARAENSE

Pesquisador: FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 74436623.0.0000.0018

Instituição Proponente: INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.547.126

Apresentação do Projeto:

A partir da compilação de dados oriundos das vivências na Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba é possível vislumbrar que as populações tradicionais locais, ao longo de sua geograficidade, ao imprimir historicamente seus direitos de uso no e pelo território, carregam consigo saberes ancestrais de resolução de problemáticas oriundos da vivência harmônico-dinâmica para com a sustentabilidade dos recursos ambientais. Nesse sentido, reforça-se a atual necessidade, em meio aos sinais de enfraquecimento do modus operandi do sistema de reprodução do capital vigente, como uma faceta da crise civilizatória que se abate sobre a humanidade, de se construírem modos de vida que não sejam meramente regidos pelos processos de geração e acumulação de lucros.

Objetivo da Pesquisa:

Apurar a efetividade com que se garante o desenvolvimento/felicidade do ambiente de acordo com as articulações estratégicas de governança na RESEX-Mar em questão.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Há uma mínima possibilidade de haver vazamento de informações antes da defesa pública da tese; pode também ocorrer algum desconforto emocional devido ao teor das perguntas e tempo de entrevista. Esta pesquisa empreende dar uma resposta mais próxima da realidade dos envolvidos no contexto

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá, UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

**UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ**



Continuação do Parecer: 6.547.126

da luta pela sobrevivência em RESEX-Mar, em trecho situado ao longo da maior e mais preservada faixa contínua de manguezais do mundo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto atende aos requisitos do CEP.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos estão presentes na solicitação do pesquisador.

Recomendações:

O projeto atende aos requisitos do CEP. Parabênzulo pela iniciativa e desejo sucesso na pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto somos pela aprovação do protocolo. Este é nosso parecer, SMJ.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2181880.pdf	22/09/2023 16:24:07		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DE_PESQUISA_corrigido.pdf	22/09/2023 16:23:42	FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_FERNANDOSANTOS_corrigido2.pdf	22/09/2023 16:23:23	FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS	Aceito
Outros	ACEITEORIENTADOR.pdf	20/09/2023 14:24:41	FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS	Aceito
Outros	portaria_coordenador_PPGeo.pdf	20/09/2023 14:24:13	FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS	Aceito
Outros	CONSENTIMENTOPPGEO_assinado.pdf	20/09/2023 14:23:24	FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS	Aceito
Outros	TERMODECOMPROMISSO.pdf	20/09/2023 14:22:52	FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS	Aceito
Outros	DECLARACAO_DE_ISENCAO_DE_ONUS_assinado.pdf	20/09/2023 14:22:09	FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS	Aceito
Outros	CARTA_DE_ENCAMINHAMENTO_assinado.pdf	20/09/2023 14:21:18	FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	CAPACARIMBADA.pdf	20/09/2023 14:14:22	FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado	PROJETODETESE.pdf	25/07/2023	FERNANDO JUNIO	Aceito

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá, UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



Continuação do Parecer: 6.547.126

/ Brochura Investigador	PROJETODETESE.pdf	10:33:58	DA COSTA SANTOS	Aceito
Outros	ROTEIRO.pdf	25/07/2023 10:32:58	FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 01 de Dezembro de 2023

Assinado por:

Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br